

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO EDUCACIONAL**

Simone da Rosa Messina Gomez

**GESTÃO UNIVERSITÁRIA E QUALIDADE NA EXTENSÃO:
INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSOS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS
NA UFSM**

Santa Maria, RS
2018

Simone da Rosa Messina Gomez

**GESTÃO UNIVERSITÁRIA E QUALIDADE NA EXTENSÃO:
INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSOS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UFSM**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Área de Concentração em Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica e Superior, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Prof^a Dr^a Elisiane Machado Lunardi

Santa Maria, RS
2018

Gomez, Simone da Rosa Messina
Gestão Universitária e Qualidade na Extensão:
Institucionalização de cursos de língua estrangeira /
Simone da Rosa Messina Gomez.- 2018.
160 p.; 30 cm

Orientadora: Elisiane Machado Lunardi
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2018

1. Gestão Universitária 2. Qualidade na Educação
Superior 3. Extensão Universitária 4. Institucionalização
5. Língua Estrangeira I. Lunardi, Elisiane Machado II.
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

© 2018

Todos os direitos autorais reservados a Simone da Rosa Messina Gomez. A reprodução de partes do texto pode ser realizada, desde que citada a fonte. Dúvidas, contatar por e-mail.

End. Eletr: simessina@gmail.com

Simone da Rosa Messina Gomez

**GESTÃO UNIVERSITÁRIA E QUALIDADE NA EXTENSÃO:
INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSOS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UFSM**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Área de Concentração em Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica e Superior, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.


Aprovado em 27 de junho de 2018:


ELISIANE MACHADO LUNARDI

Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)


VANESSA RIBAS FIALHO

Dra. (UFSM)


ELIANE APARECIDA GALVÃO DOS
SANTOS

Dra. (UFN)

Santa Maria, RS
2018

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à Deus, o qual me inspira sempre a continuar lutando;

Ao meu marido Pedro, meu amor, meu companheiro e amigo;

Aos meus pais Carlos e Vera, pelo apoio e exemplos de luta;

Aos meus irmãos Carlos Vinícius e Letícia pela parceria e apoio;

Aos demais familiares pelos incentivos;

À minha orientadora prof. Elisiane Lunardi, pela paciência e por ter acreditado no meu potencial;

Às professoras da banca examinadora, pelas excelentes contribuições;

Ao grupo de Estudos e Pesquisa Redes/CNPq, espaço de discussão e crescimento com as demais colegas;

Ao programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, por essa oportunidade maravilhosa de crescimento profissional;

Ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas pela participação como contexto de pesquisa;

E a todos os amigos que contribuíram e torceram pelo meu sucesso.

“NINGUÉM CAMINHA SEM APRENDER A
CAMINHAR, SEM APRENDER A FAZER O CAMINHO
CAMINHANDO, REFAZENDO E RETOCANDO O
SONHO PELO QUAL SE PÔS A CAMINHAR”.

(PAULO FREIRE)

RESUMO

GESTÃO UNIVERSITÁRIA E QUALIDADE NA EXTENSÃO: INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSOS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UFSM

AUTORA: Simone da Rosa Messina Gomez

ORIENTADORA: Elisiane Machado Lunardi

A pesquisa foi realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional na linha “Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica e Superior”. Trata da extensão universitária em termos de gestão e qualidade, por meio de uma proposta de institucionalização dos cursos de língua estrangeira na UFSM, vinculados ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DLEM), contexto funcional da autora. O objetivo foi reconhecer os indicadores de qualidade relacionados aos cursos de extensão em línguas estrangeiras na UFSM para propor sua institucionalização. A metodologia de pesquisa utilizada foi quantitativa do tipo estudo de caso. A revisão bibliográfica tratou de gestão universitária, gestão da extensão, qualidade no ensino superior, concepções, história da extensão, legislação pertinente e a importância da língua estrangeira para a internacionalização na educação superior. Os instrumentos para a construção dos dados foram: a pesquisa bibliográfica, a observação participante, a análise documental, questionários semiabertos *on-line* e entrevistas semiestruturadas. Os participantes da pesquisa foram alunos, tutores e gestores acadêmicos dos cursos de extensão em língua estrangeira do DLEM e gestores universitários da UFSM. O tratamento dos dados foi realizado através da técnica de análise de conteúdo. Os resultados comprovaram o interesse da comunidade acadêmica e externa na institucionalização dos cursos de extensão em línguas estrangeiras na UFSM. Como produto desta pesquisa, aponta-se indicadores de qualidade para a criação de uma unidade administrativa para o ensino de idiomas: no campo da gestão e suas políticas - a formação de uma equipe gestora e pedagógica capacitada em gestão acadêmica e que atue com base na gestão democrática, o apoio institucional e a elaboração de uma política linguística para a UFSM, no sentido de fortalecer o processo de internacionalização; em relação à infraestrutura – dotação orçamentária, espaço físico próprio ou maior disposição de salas de aula para os cursos, aquisição de novos equipamentos e inclusão de novos servidores. Ainda, no quesito relação comunidade-universidade, o desafio é ampliar a oferta dos cursos de idiomas para a comunidade interna e externa, bem como as opções de línguas estrangeiras; em relação ao plano pedagógico, os participantes consideraram fundamental: a capacitação didático-pedagógica dos tutores, a interação harmoniosa entre tutores e alunos, currículo que contemple atividades culturais, material didático de excelência e avaliação formativa com *feedback* aos alunos e; quanto à produção acadêmica e materiais didáticos dos cursos, sugere-se ampliar a divulgação. Por fim, propõe-se um Núcleo de Extensão em Línguas Estrangeiras (NELE) como uma unidade do organograma institucional da UFSM.

Palavras-chave: Gestão Universitária. Qualidade na Educação Superior. Extensão Universitária. Institucionalização. Línguas Estrangeiras.

ABSTRACT

UNIVERSITY MANAGEMENT AND QUALITY IN THE EXTENSION: INSTITUTIONALIZATION OF FOREIGN LANGUAGE COURSES IN UFSM

AUTHOR: Simone da Rosa Messina Gomez

ADVISOR: Elisiane Machado Lunardi

This research was carried out within the scope of the Professional Master's Degree in Public Policies and Educational Management in the line "Policies and Management of Basic and Higher Education" of the Federal University of Santa Maria, RS. It is about university extension, in the context of the foreign language courses, linked to the Department of Modern Foreign Languages (DLEM), the sector of functional allocation of the author. The objective was to recognize the quality indicators related to the extension courses in foreign languages at the UFSM to propose their institutionalization. The research methodology used was qualitative of case study type. The benchmarks and legal framework dealt with university management, quality in higher education, conceptions, history of extension, relevant legislation and the importance of foreign languages for internationalization of universities. The instruments used to get data were: bibliographic research, participant observation, documentary analysis, semi-open questionnaires online and semi-structured interviews. The subjects of the research were academic managers, tutors and students of the foreign language extension courses of the DLEM, as well as university managers the of the UFSM. Data analysis was performed using the content analysis technique. The results proved the interest on the institutionalization of extension courses in foreign languages in UFSM by the academic and external community. As product of this research the quality indicators used to create a unit for language teaching are: a pedagogical time to management; elaboration of a language policy for the UFSM, considering the internationalization process; in relation to the infrastructure - budget allocation, own physical space or a bigger number of available classrooms for the courses, new acquisitions of equipments and inclusion of new servers; in community-university related issue, the challenge is to enlarge the offer of language courses for the internal and external community as well as foreign language options; in pedagogical plan, the participants consider: a didactic-pedagogical training of the tutors, a harmonious interaction between the tutors and students, a curriculum which contemplates cultural activities, a didactic material of excellence and a formative evaluation with feedback to the students. Regarding to the academic plan of the courses, it is advisable to disclose the academic productions of extension and didactic materials. It is proposed the "Núcleo de Extensão em Línguas Estrangeiras" (NELE) as a unit which is part of the UFSM.

Keywords: University management. Quality in higher education. University extension. Foreign languages.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema metodológico das fases da pesquisa.....	25
Figura 2 – Esquema da triangulação dos dados.....	28
Figura 3 – Fluxograma do instrumento de avaliação da extensão.....	60
Figura 4 – Fluxograma da relação conceitual de internacionalização.....	64
Figura 5 – Mapa das unidades de Idiomas nas Universidades Federais.....	116
Figura 6 – Fluxograma do procedimento para institucionalização do NELE....	122
Figura 7 – Organograma da Pró-Reitoria de Extensão com o NELE.....	123
Figura 8 – Organograma do CAL com o NELE.....	124
Figura 9 – Organograma SAI.....	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Produções por descritores.....	31
Gráfico 2 –	Produções selecionadas por ano.....	32
Gráfico 3 –	Frequência de palavras das produções mais citadas.....	33
Gráfico 4 –	Projetos na UFSM.....	48
Gráfico 5 –	Número de projetos de extensão por centro de ensino	49
Gráfico 6 –	Divulgação dos cursos de extensão do DLEM.....	98
Gráfico 7 –	Meio de divulgação mais eficiente dos cursos.....	99
Gráfico 8 –	Vínculo dos participantes com a UFSM.....	101
Gráfico 9 –	Unidades administrativas dos participantes.....	102
Gráfico 10 –	Línguas estrangeiras cursadas ou em curso.....	103
Gráfico 11 –	Número de alunos por turma.....	113
Gráfico 12 –	Modalidade preferida de curso.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Distribuição das bolsas CsF, por país de destino, em 2013.....	66
Tabela 2 –	Recurso repassado pela PRAE para os cursos de extensão.....	77
Tabela 3 –	Indicadores de qualidade referentes à área pedagógica.....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Participantes da pesquisa.....	22
Quadro 2 – Documentos analisados	26
Quadro 3 – Títulos e autores de teses e dissertações selecionadas.....	30
Quadro 4 – Os 5 artigos mais relevantes da <i>SciELO (Web os Science)</i>	31
Quadro 5 – Movimento pró-social das universidades latino-americanas.....	38
Quadro 6 – Avanço conceitual das IES latino-americanas em relação à extensão universitária.....	38
Quadro 7 – Desafios PDI/UFSM.....	49
Quadro 8 – Indicadores de qualidade da gestão universitária.....	57
Quadro 9 – Dimensões de avaliação da extensão universitária.....	59
Quadro 10 – As seis línguas estrangeiras prioritárias no Programa CsF.....	67
Quadro 11– Núcleo de Extensão em Língua Estrangeira e suas dimensões.....	126

,

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAL	Centro de Artes e Letras
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CELU	<i>Certificado de Español: lengua y uso</i>
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEPESLI	Centro de Ensino e Pesquisa de Línguas Instrumentais
CELPE-BRAS	Exame para certificado de proficiência em língua português para estrangeiros
CNE	Conselho Nacional de Educação
CsF	Programa Ciência sem Fronteiras
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
DLEM	Departamento de Letras Estrangeiras Modernas
ENTRELÍNGUAS	Centro de estudos sobre práticas linguísticas e culturais
EAD	Educação a distância
FAPERGS	Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do RS
FIEX	Fundo de Incentivo a Extensão
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão
IBN	Igreja Batista Nacional
IBICIT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IsF	Programa Idiomas sem Fronteiras
IES	Instituição(ões) de Ensino Superior
IL	Instituto de Letras
LABLIN	Laboratório de Línguas
LABEON	Laboratório de ensino e aprendizagem de línguas <i>on-line</i>
LINC	Projeto línguas no campus
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MP	Mestrado Profissional
NELE	Núcleo de Extensão em Línguas Estrangeiras
NLC	Núcleo de Cultura Linguística
NUPEL	Núcleo Permanente de Extensão
OCDE	Organização pela Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNE	Plano Nacional de Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PPI	Plano Pedagógico Institucional
PRE	Pró-Reitoria de Extensão
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROJUR	Procuradoria Jurídica
ProExt	Programa de Extensão Universitária
PNExt:	Política Nacional de Extensão
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PROLETRAS	Projeto de Ensino e Aprendizagem de Línguas Estrangeiras
PROEXCE	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Empreendedorismo
SAI	Secretaria de Apoio Internacional
SIE	Sistema Integrado de Ensino
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
TOELF	<i>Test of English as a Foreign Language</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	METODOLOGIA	21
2.1	DESCRIÇÃO DO CONTEXTO DE PESQUISA.....	21
2.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
3	MARCOS TEÓRICOS E LEGAIS	29
3.1	ESTADO DO CONHECIMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	29
3.2	HISTÓRIA E CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	37
3.3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	43
3.3.1	Políticas Nacionais de Extensão	44
3.3.2	Políticas da UFSM	46
3.3.3	Perspectivas para a extensão em tempo de instabilidade político-econômica no Brasil	51
3.4	QUALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A GESTÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	54
3.5	INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS.....	61
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	69
4.1	HISTÓRICO DOS CURSOS DE EXTENSÃO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UFSM.....	70
4.2	SITUAÇÃO ATUAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DOS CURSOS DE EXTENSÃO DO DLEM.....	76
4.3	INDICADORES DE QUALIDADE PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSOS DE IDIOMAS NA UFSM.....	89
4.3.1	Políticas de Gestão	89
4.3.2	Infraestrutura	95
4.3.3	Relação Universidade-sociedade	100
4.3.4	Plano acadêmico	108
4.3.5	Produto acadêmico	115
5	NÚCLEO DE EXTENSÃO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UFSM: UMA PROPOSTA VIÁVEL	116
5.1	MAPEAMENTO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE IDIOMAS NAS PRINCIPAIS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS.....	116
5.2	PROPOSTA: NÚCLEO DE EXTENSÃO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS.....	120
6	[IN] CONCLUSÕES: DESCORTINANDO AS POTENCIALIDADES DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS ATRAVÉS DA LÍNGUA ESTRANGEIRA	129
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICE 1 – MODELO DO QUESTIONÁRIO	143
	APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	148
	APÊNDICE 3 – QUADRO EUROPEU DE LÍNGUA ESTRANGEIRA	151
	APÊNDICE 4 – MINUTA DA RESOLUÇÃO DO NELE/UFSM	152
	APÊNDICE 5 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	154
	ANEXO 1 – FORMULÁRIO PLATAFORMA BRASIL	156
	ANEXO 2 – AUTORIZAÇÕES INSTITUCIONAIS	159
	ANEXO 3 – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	160

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa foi realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica e Superior na linha “Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior”. Trata da Extensão Universitária em termos de gestão e qualidade, através de uma proposta de institucionalização de cursos de língua estrangeira na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Para compreender os caminhos que me trouxeram até essa pesquisa, gostaria de relatar um pouco da minha relação profissional com a área de Extensão Universitária, a qual iniciou durante o meu curso de graduação em ciências biológicas realizado na UFSM (2004/2008). Nessa ocasião, fui bolsista do Fundo de incentivo à Extensão (FLEX) no Jardim Botânico da UFSM na função de educadora ambiental. O trabalho de educação ambiental foi desenvolvido ao longo de três anos (2006-2008) atendendo aos alunos do ensino básico, de escolas de Santa Maria e região. Concomitante a isso, no turno da noite, fui docente voluntária na “Alternativa pré-vestibular popular”, programa¹ vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PRE/UFSM).

A vivência no curso pré-vestibular me inspirou a elaborar, coordenar e executar um cursinho pré-vestibular popular e gratuito, em 2008, na Igreja Batista Nacional (IBN) a qual frequento desde minha adolescência. A gestão do curso pré-vestibular foi um marco na minha vida, constituindo-se em uma ação de extensão planejada e executada com sucesso e, especialmente, com apoio da IBN e da UFSM, na qual obtive o meu primeiro contato com a gestão educacional. Para estruturar o curso, reuni uma equipe de professores voluntários, os quais me auxiliaram na elaboração da apostila didática do curso. Também organizei a sala de aula cedida pela IBN com mobiliário doado pela UFSM. Foi muito gratificante realizar tal ação de extensão, pois desenvolvi características como comprometimento, competência, liderança, mobilização coletiva, transparência, visão estratégica, visão proativa, iniciativa e criatividade as quais são fundamentais para todo gestor educacional, conforme Lück (2006).

Na sequência, cursei a especialização em educação ambiental na UFSM

¹ O pré-universitário Popular Alternativo (PUPA) é um programa de Extensão que tem como objetivo principal a democratização do acesso ao ensino superior por meio de aulas preparatórias pautadas pela educação popular (Pró-Reitoria de Extensão/UFSM).

(2009-2010), cuja minha experiência com a extensão no Jardim Botânico serviu de inspiração para o desenvolvimento da minha monografia: “Roteiros de práticas ambientais para monitoria de visitas escolares ao Jardim Botânico da UFSM, na perspectiva da ecoalfabetização”.

Após a conclusão desse curso *lato sensu*, fui convidada pela pedagoga Venice Grings da Unidade de Apoio Pedagógico do Centro de Ciências Rurais da UFSM, a qual fez parte da banca de defesa da minha monografia, para participar e auxiliar na gestão do programa de extensão “Educação Socioambiental Multicentros²”, contemplado com recursos do Programa de Extensão (ProExt/MEC), para promover seminários e diversas ações de extensão para a comunidade em geral (2011-2013).

A participação nesse programa de Extensão Universitária foi significativa para o meu aprendizado em planejar seminários temáticos e ciclos de debates, cursos de formação docente, organização de congressos, produção e apresentação de artigos acadêmicos, apresentação de palestras, elaboração e execução de projetos de extensão na educação básica e superior, dentre outras atividades.

Em meados de 2012, prestei concurso público para o cargo de técnico em assuntos educacionais da UFSM. Fui aprovada e nomeada no segundo semestre de 2013 e então alocada no Laboratório de Línguas, do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DLEM/CAL), onde me deparei, novamente, com a Extensão Universitária a partir dos cursos de línguas estrangeiras, os quais são de grande relevância institucional.

Dentre minhas funções na secretaria do Laboratório de Línguas, está a execução administrativa e financeira dos cursos de extensão do DLEM. Sou responsável por elaborar editais, selecionar bolsistas, elaborar relatórios, encaminhar memorandos, organizar documentos, providenciar material de consumo, encaminhar pagamento aos bolsistas, dentre outras atividades administrativas. Também faço parte da Comissão do Teste de Suficiência em Língua Estrangeira, aplicado duas vezes ao ano na UFSM aos alunos e servidores da UFSM, na qual organizo a logística de aplicação do referido teste.

² É um trabalho interdisciplinar que reúne todos os segmentos da instituição, além de pessoas de áreas diferentes e complementares visando criar oportunidades formativas que discutam/ampliem a compreensão a respeito da crise socioambiental, assim como as perspectivas e formas efetivas de sua superação. Fonte: Site do Programa de Educação Socioambiental Multicentros/UFSM.

Durante esses cinco anos trabalhando na secretaria do Laboratório de Línguas e em algumas atividades do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas pude acompanhar os diversos desafios para a manutenção dos cursos de extensão em língua estrangeira do DLEM. Dentre as dificuldades estão a carência de infraestrutura própria, a escassez de recursos financeiros, o insuficiente apoio institucional, as dificuldades de gestão administrativa, dentre outros fatores, que podem refletir na oferta de cursos.

O cargo pelo qual prestei o concurso (Edital 01/2012/UFSM), “técnico em assuntos educacionais”, em sua natureza, aponta para atividades de gestão educacional o que também me desafia a pensar numa proposta de institucionalização para o ensino de línguas estrangeiras na UFSM no intuito de colaborar com o processo de gestão dos cursos de extensão.

Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. (UFSM, 2012).

Nesse contexto, senti a necessidade de investir na minha formação continuada a partir do curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional no sentido de contribuir em relação à qualidade dos cursos de extensão em línguas estrangeiras na UFSM. Além disso, o mestrado profissional, por sua natureza, possibilitou uma pesquisa aplicada ao meu contexto de trabalho unindo a formação acadêmica com uma contribuição concreta ao setor de trabalho.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é uma instituição reconhecida tanto no Brasil, quanto no campo internacional, e dentre suas diversas frentes de trabalho, precisa mobilizar sua atenção e recursos para o ensino dos idiomas que se configura em uma das bases para a internacionalização³. A partir desse processo, a UFSM poderá promover mais oportunidades de mobilidade bem como divulgar as pesquisas brasileiras em outros idiomas.

Não se pode subestimar que as línguas estrangeiras têm ganhado espaços cada vez maiores na sociedade e que suas contribuições contemplam as áreas profissional, acadêmica e pessoal. No âmbito profissional elas oportunizam um potencial de empregabilidade, tanto no Brasil quanto no exterior; possibilidade de

³Entende-se por internacionalização a livre circulação de conhecimentos científicos e a mobilidade internacional de pesquisadores a fim de qualificar a educação superior.

ganhos financeiros; realização de estágios e cursos no exterior ou dentro do país ministrados por estrangeiros; no meio acadêmico permitem acesso a textos originais em língua estrangeira; comunicação com pesquisadores de outros países; realização de cursos ou participação em congressos no exterior; maior flexibilidade cognitiva; acesso a redes de informação mundiais; desenvolvimento mais apurado do pensamento crítico e de consciência linguística; e na vida pessoal possibilitam o conhecimento de outras culturas; valorização da própria cultura; melhor proveito de viagens ao exterior; enriquecimento cultural por meios diversos (filmes, literaturas, TV, rádio on-line, entre outros).

A UFSM, ao ofertar os cursos de graduação em Letras Inglês e Letras Espanhol, ambos licenciatura, dispõe de recursos humanos especializados para promover o ensino, a pesquisa e a extensão de línguas estrangeiras e suas respectivas culturas. Além disso, há demanda significativa de estudantes e servidores, bem como da comunidade externa, interessados em estudar novos idiomas.

Os cursos de línguas estrangeiras servem à extensão Universitária, assim como também são importantes para a formação docente dos alunos dos cursos de licenciaturas, em Língua Inglesa e em Língua Espanhola, que nesse espaço articulam o ensino, a pesquisa e a extensão na universidade.

Contudo, os cursos de idiomas do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DLEM), na modalidade de projeto de extensão, estão limitados em sua gestão administrativa e financeira. Assim, a proposta de institucionalização⁴ dos cursos de extensão em línguas estrangeiras visa oficializá-los em um setor próprio com recursos humanos especializados, na área administrativa, pedagógica e com orçamento próprio. Isso seria um passo fundamental propiciar mais oportunidades de aprendizagem de novos cursos e idiomas para a comunidade. Assim, institucionalizar é dar legitimidade e permitir a continuidade dos referidos cursos dentro da estrutura organizacional da UFSM.

Diante disso, surgiu o problema de pesquisa: Quais os indicadores de qualidade para a institucionalização dos cursos de extensão em língua estrangeira na UFSM?

⁴ Entende-se por institucionalização as ações organizacionais tornadas habituais por atores específicos e que adquirem valor social próprio, prevalecendo ao longo do tempo (TOLBERT E ZUCKER, 1999).

Para responder a esse questionamento, o objetivo geral foi reconhecer os indicadores de qualidade relacionados aos cursos de extensão em línguas estrangeiras na UFSM para propor sua institucionalização.

No desdobramento deste objetivo, pretendeu-se definir os marcos teóricos e legais acerca da gestão e qualidade da extensão Universitária; investigar os indicadores de qualidade referentes aos cursos de extensão do DLEM; refletir sobre em que medida as políticas de extensão Universitária contribuem com a gestão dos cursos de língua estrangeira e, por fim, construir uma proposta de institucionalização dos cursos de línguas estrangeiras para a UFSM.

Acredita-se que a institucionalização dos cursos de línguas estrangeiras na UFSM qualificará os cursos de idiomas e a gestão da extensão Universitária nos âmbitos administrativo, pedagógico e financeiro. Os resultados disso serão mais oportunidades de oferta de cursos regulares com novas opções de idiomas para os estudantes, e assim, mais publicações internacionais, mais mobilidade e maior preparo dos estudantes para o mundo de trabalho globalizado e competitivo.

Essa dissertação foi organizada em seis capítulos. No primeiro capítulo apresentou-se a introdução do trabalho com sua contextualização, justificativa e objetivos. No segundo capítulo, segue a descrição da metodologia utilizada na pesquisa. No terceiro capítulo, delineou-se os marcos teóricos e legais acerca da extensão universitária. No quarto capítulo, seguem os resultados e discussão. No quinto, capítulo foi apresentada a proposta de institucionalização dos cursos de idiomas na UFSM: o Núcleo de Extensão em Língua Estrangeira e por fim, no sexto capítulo, foram realizadas as considerações finais da pesquisa.

2 METODOLOGIA

Esta seção apresenta os delineamentos metodológicos adotados na pesquisa a fim de responder aos objetivos propostos (p.20).

2.1 DESCRIÇÃO DO CONTEXTO DE PESQUISA

Muitas universidades federais⁵ brasileiras desenvolvem ações de extensão em língua estrangeira, como forma dos alunos dos cursos de Letras colocarem seus conhecimentos em prática e assim, também atender às demandas da comunidade.

Nesta linha de ação extensionista, a UFSM oferece cursos de extensão em línguas estrangeiras vinculados ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DLEM) o qual faz parte da estrutura organizacional do Centro de Artes e Letras (CAL) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Os referidos cursos de extensão promovem a prática de ensino dos alunos em formação dos cursos de Letras: Letras Licenciatura - Habilitação Inglês e Literaturas da Língua Inglesa e Letras Licenciatura - Habilitação Espanhol e Literaturas da Língua Espanhola, bem como atendem às demandas da comunidade. Os alunos interessados em exercer funções como tutores ou monitores são orientados pelos professores coordenadores dos cursos. Os tutores se responsabilizam pelas turmas, planejando e ministrando as aulas e aplicando as avaliações, enquanto os monitores auxiliam os tutores em suas atividades. Os coordenadores dos cursos de extensão atuam na área pedagógica e também na gestão administrativa dos cursos.

Os cursos têm por finalidade promover o ensino, a pesquisa e a extensão. As atividades são realizadas junto aos laboratórios didáticos, possibilitando a inserção dos alunos, desde primeiros semestres, na prática docente e assim qualificando-os para o exercício da docência na área de Letras Inglês e Espanhol, além de oportunizar através da pesquisa e do ensino uma reflexão sobre a linguagem, em seus diversos aspectos. (DLEM, 2013, p. 2).

Os cursos ofertam, semestralmente, uma média de quinhentas vagas, dentre as quais cerca de 30% (trinta por cento) das vagas são ocupadas, gratuitamente, por

⁵ No capítulo cinco apresenta-se um mapeamento das atividades de Extensão em línguas estrangeiras nas principais universidades federais brasileiras.

alunos com benefício socioeconômico⁶. Os demais estudantes pagam um valor reduzido em comparação aos cursos de idiomas privados, recurso que é revertido em pagamento de bolsas para os tutores e monitores dos cursos.

Os cursos de extensão em língua inglesa são os mais procurados. Em segundo lugar, os cursos de espanhol e em terceiro, os cursos de português como língua estrangeira para intercambistas e refugiados, demanda que vem crescendo nos últimos semestres. Eventualmente, outras línguas estrangeiras como alemão e francês são oferecidos em cursos de extensão, as quais também são bastante procuradas pela comunidade.

Apesar de todos os esforços empreendidos, as ações de extensão do DLEM encontram limitações para ampliar a oferta dos cursos de idiomas. A institucionalização desses cursos através da implantação de um núcleo administrativo será fundamental para dar conta dessa demanda.

Os participantes dessa pesquisa foram:

Quadro 1 – Participantes da pesquisa

Participantes da pesquisa	Técnica utilizada	N. de envolvidos (amostra)
Alunos dos cursos	Questionário <i>on-line</i>	53
Gestores dos cursos de extensão DLEM	Entrevista semiestruturada	3
Gestores universitários	Entrevista semiestruturada	2
Tutores de ensino	Entrevista semiestruturada	2
	Total	60

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na análise e discussão dos resultados, os alunos foram identificados como Aluno A, B, C, etc; os, os tutores como Tutor 1 e tutor 2, os gestores acadêmicos dos cursos, numerados como Gestor Acadêmico 1, Gestor Acadêmico 2 e Gestor Acadêmico 3; os gestores universitários como Gestor Universitário 1 e Gestor Universitário 2.

Lakatos e Marconi (2003) definem a população como um universo e a amostra como uma parcela selecionada desse universo, significativa para a pesquisa. Gil (2008) esclarece que os elementos do universo são tão grandes que

⁶ Estudantes com renda familiar inferior a 1,5 salários mínimo per capita tem direito ao Benefício Socioeconômico (BSE), um tipo de subsídio mantido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da UFSM.

seria impossível considerá-los em sua totalidade, por isso há a necessidade de trabalhar com elementos de uma amostra.

A seleção da amostra deu-se de forma não probabilística. A escolha foi por conveniência, considerando as características particulares do grupo em estudo. (GIL, 2008). O critério usado para determinar o tamanho da amostra foi o da “saturação teórica” (FLICK, 2009). Assim, as entrevistas e questionários são realizados até que as respostas dadas não conduzam mais a nenhum acréscimo significativo nas informações colhidas pelas anteriores, gerando a repetição ou “saturação teórica” de uma categoria.

A maioria dos participantes estão diretamente envolvidos com o contexto da pesquisa e abrangem todos os segmentos da universidade (estudantes, docentes ou técnico-administrativos), bem como da comunidade externa. Além disso, esses sujeitos, por já estarem familiarizados com o contexto, puderam apontar indicadores de qualidade para os cursos de idiomas da UFSM com mais facilidade.

Os tutores de ensino selecionados para a pesquisa possuem significativa experiência com os cursos e já exerceram multitarefas, desde a parte administrativa até pedagógica dos cursos, com autonomia dada pelo seu docente orientador. Os gestores dos cursos de extensão do DLEM (docentes) foram selecionados por estarem a par da gestão administrativa e pedagógica dos cursos.

Os gestores universitários foram escolhidos porque podem apoiar a proposta de institucionalização dos cursos de línguas estrangeiras levando em conta as demandas de extensão universitária e internacionalização na UFSM, a qual tem como, uma de suas bases, a proficiência em língua estrangeira.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa de mestrado profissional é realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Educacional na linha de pesquisa “Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior”.

Conforme definição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na Portaria Normativa n. 17 do Ministério da Educação (MEC) de 28 de dezembro de 2009, o Mestrado Profissional (MP) é uma modalidade de Pós-Graduação *stricto sensu* voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas

que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. O MP objetiva uma pesquisa aplicada na qual tem como prioridade a resolução de problemas encontrados na realidade de trabalho do pesquisador (BARROS e LEHFELD, 2000).

A abordagem da metodologia desta pesquisa é quantiquantitativa. O enfoque qualitativo preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser somente quantificado; explora um universo de conhecimentos, experiências e significações que se relacionam a um espaço mais íntimo de concepções e práticas. Já abordagem quantitativa se pauta em pressupostos positivistas, na objetivação e generalização dos resultados; no distanciamento entre sujeito e objeto; e da neutralidade do pesquisador como elementos que asseguram e legitimam a cientificidade de uma pesquisa. Flick (2009) salienta que a convergência dos métodos quantitativos e qualitativos proporcionam mais credibilidade e legitimidade aos resultados encontrados, evitando o reducionismo à apenas uma opção.

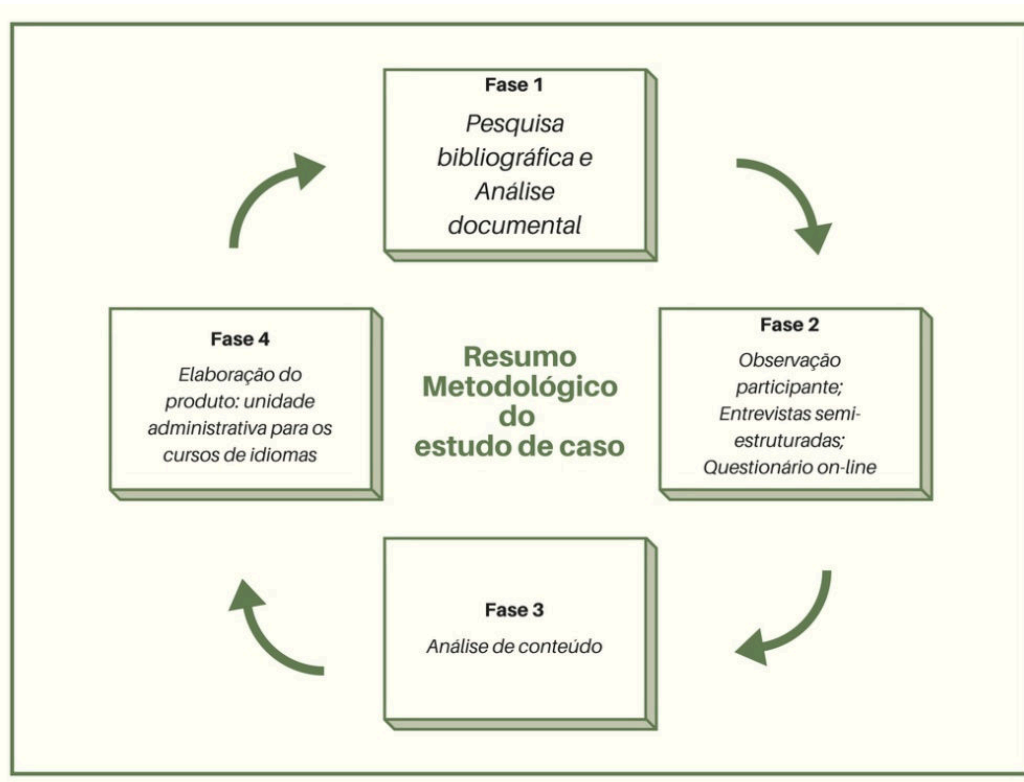
Quanto à tipologia a pesquisa constituiu-se em um estudo de caso. Para Yin (2001), um estudo de caso é uma investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Lüdke e André (1986) afirmam que o estudo de caso qualitativo possui um grande potencial para conhecer e compreender melhor os problemas da área da educação. Nesse sentido, a pesquisa investiga indicadores de qualidade da Extensão Universitária que viabilizem a institucionalização dos cursos de línguas estrangeiras no caso da UFSM.

As técnicas de pesquisa para a construção dos dados foram escolhidas conforme sua viabilidade para o presente estudo: estado do conhecimento, pesquisa bibliográfica, análise documental, observação participante, entrevista semiestruturada e questionário semiaberto *on-line*.

O estado do conhecimento é a fase exploratória desta pesquisa que permitiu obter uma noção geral do que vem sendo pesquisado na área de Extensão Universitária nos últimos anos: “No que diz respeito à fase exploratória, sua contribuição é ímpar porque nos dá uma visão do que já foi/está sendo produzido em relação ao objeto de estudo” (MOROSINI & FERNANDES, 2014, p.161).

Na Figura 1 segue o esquema metodológico das fases da pesquisa.

Figura 1 – Esquema metodológico das fases da pesquisa



Fonte: Elaboração da autora com uso de modelos do site www.canva.com (2018)

A pesquisa bibliográfica é uma reinterpretação do que já foi escrito sobre determinados temas. Para Lakatos e Marconi (2003) esse tipo de pesquisa propicia o exame de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, possibilitando novas conclusões. A pesquisa bibliográfica deste projeto foi realizada com base nos seguintes temas: gestão universitária e qualidade na educação superior, história, concepções e políticas públicas de Extensão Universitária e importância dos idiomas para a internacionalização da educação superior.

No contexto da pesquisa qualitativa, a análise documental constituiu um método importante na construção dos dados, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. Pode ser entendida como uma série de operações, que visa estudar e analisar um, ou vários documentos, buscando identificar informações factuais nos mesmos, para descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados, atendo-se sempre às questões de interesse (GIL, 2008). Segue Quadro 2 com a relação dos documentos analisados:

Quadro 2 – Documentos analisados

Documentos Nacionais	Documentos locais (UFSM)
Constituição Brasileira (1988)	Estatuto UFSM, Portaria n. 156/2014
Lei Básica da Reforma Universitária n.5.540/1968	Regimento Geral UFSM - Resolução n.006/2011
Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.9.394/1996	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFSM) - 2016-2026
Documentos elaborados pelo FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão	Projeto Pedagógico Institucional (PPI/UFSM)- 2016-2026
Plano Nacional de Extensão (2001)	Política de Extensão UFSM (2008)
SINAES (2004)	Resolução 25/08 UFSM
Política Nacional de Extensão (2012)	Projeto integrado do DLEM (2013)
Plano Nacional de educação (2014-2014) lei n.13.005	Relatórios e outros documentos referentes aos cursos de extensão em línguas estrangeiras do DLEM

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A observação participante é abordada por Becker (1994), entendendo que o pesquisador coleta dados, participando do grupo ou organização, observando as pessoas e seu comportamento em situações cotidianas. Ou seja, um dos pressupostos da observação participante é o de que a convivência do investigador com a pessoa ou grupo estudado cria condições privilegiadas para que o processo de observação seja conduzido e dê acesso a uma compreensão que de outro modo não seria alcançável. Assim, o fato da pesquisa acontecer no ambiente laboral da autora facilitou a captação de informações privilegiadas e fundamentais para o estudo que, de outra forma, não seriam obtidas.

Durante a construção dos dados, também foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada a qual possui maior flexibilidade que as demais técnicas de pesquisa. "É uma técnica que envolve duas pessoas numa situação "face a face" e em que uma delas formula questões e a outra responde" (GIL, 2008, p. 114- 115).

A entrevista foi gravada com uso de *smartphone* e posteriormente foi transcrita no editor Google docs. O roteiro de entrevista está no apêndice 2.

Outra técnica aplicada foi o questionário *on-line* aos alunos dos cursos de extensão do DLEM. Pode-se definir questionário como:

A técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado. (GIL, 2008, p.121).

As questões semiabertas têm como objetivo proporcionar ao pesquisador obter dados objetivos e subjetivos, podendo, assim, captar respostas precisas e oportunizar que o respondente possa responder livremente, sob o seu ponto de vista algumas questões sobre o tema pesquisado. O modelo do questionário está no apêndice 1. Em relação ao questionário ser *on-line* com uso da ferramenta do Google Forms (Gmail), Giraffa (2016) defende que as tecnologias digitais podem auxiliar os pesquisadores na otimização e na organização das etapas de pesquisa. Segundo a autora o benefício de utilizar essa ferramenta é a facilidade de acesso, monitoramento dos respondentes. Além disso, o registro das respostas já é tabulado em forma de planilha ou de gráficos que o Google Forms oferece.

Em relação aos aspectos éticos, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, através da Plataforma Brasil, com o envio de todos os documentos exigidos. Nos Anexos 1, 2 e 3 seguem: o formulário preenchido e encaminhado à Plataforma Brasil e as autorizações institucionais e o termo de confidencialidade. No Apêndice 5 segue o modelo do termo de consentimento livre e esclarecido encaminhado aos participantes de pesquisa.

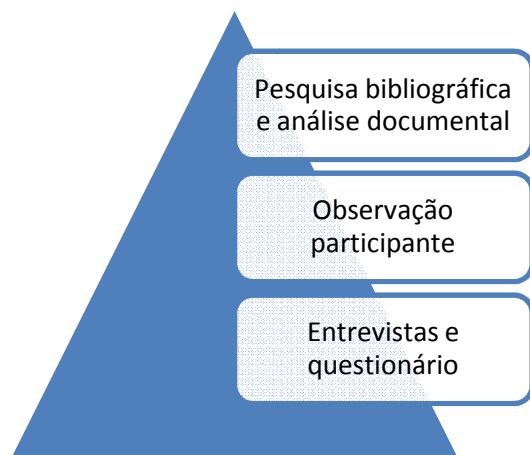
Para o tratamento dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Bardin (2009) configura a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. São fases da análise de conteúdo: 1. Pré-análise; 2. Exploração do material; 3. Tratamento dos resultados através da inferência e da interpretação. A pré-análise inicia a partir da leitura flutuante dos dados, seguida da preparação do material e da elaboração de indicadores. Depois é realizada a exploração do material e por fim, o tratamento dos dados mediante inferência e interpretação.

A triangulação dos dados foi realizada levando em conta todos os dados construídos durante a pesquisa, conforme Figura 2.

A pesquisa bibliográfica e documental promoveu toda a base teórica da pesquisa, enquanto os questionários on-line e entrevistas serviram para apontar os indicadores de qualidade para a institucionalização dos cursos de idiomas na UFSM.

Após a análise dos dados, os indicativos de qualidade construídos na pesquisa, foram sistematizados conforme as dimensões da Política Nacional de Extensão Universitária: política de gestão, infraestrutura, relação universidade-sociedade, plano acadêmico e produto acadêmico.

Figura 2 - Esquema da triangulação dos dados



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Ao final da pesquisa foi proposta uma unidade administrativa para a gestão dos cursos de extensão do DLEM. Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes): “[...] o trabalho final do curso é necessário ser sempre vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional-aluno e de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, podendo ser apresentado em diversos formatos” (CAPES/MEC, 2017).

Assim, o produto final da dissertação do MP foi a criação de um Núcleo de Extensão em Línguas Estrangeiras (NELE), o qual é descrito no capítulo cinco desta dissertação.

3 MARCOS TEÓRICOS E LEGAIS

Neste capítulo apresenta-se o estado do conhecimento, o histórico, as concepções, as políticas da extensão universitária, a gestão da extensão e a importância das políticas linguísticas para a internacionalização. Assim, responde-se ao primeiro objetivo específico da pesquisa (p.20).

3.1 ESTADO DO CONHECIMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O estado do conhecimento é um estudo que permite obter uma noção geral do que vem sendo estudado e publicado, no campo científico, nos últimos anos sobre determinado tema. Significa uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área, aponta as restrições sobre o campo, identifica experiências inovadoras.

Esse estudo serve para compreender como o conhecimento vai sendo construído, ao longo de um período, em uma determinada área de conhecimento a partir de teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e demais publicações. Os estudos do estado arte não se restringem a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

O mapeamento dos dados foi realizado nas seguintes fontes digitais: Biblioteca de dissertações e teses do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e na base de dados *SciELO* da *Web of Science* para artigos científicos. O IBICT é um instituto consolidado como referência no Brasil e no exterior e foi escolhido para essa pesquisa devido à sua importância científica bem como pela facilidade dos seus meios de busca no site. A busca de teses e dissertações foi realizada a partir do termo “Extensão Universitária” no título, no período de 2012 à 2017.

A base de dados utilizada para a seleção de artigos científicos foi a *SciELO Citation Index (Web of Science)*. Os termos empregados na consulta foram “Extensão Universitária” (título) ou “políticas extensão” (título) ou “gestão extensão” (título) ou “institucionalização extensão” (título) ou “qualidade extensão” (título), não “SUS” (título), não “saúde” (título), para o estudo de publicações relacionadas à extensão Universitária, sendo encontrados 12 registros. O período de busca é de

2000 a 2017. As áreas de busca foram “pesquisa em educação” e “administração pública” de documentos em formato de artigo. Para o tratamento dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. A partir do mapeamento no IBICT foram contabilizadas 47 produções de teses e dissertações, das quais foram selecionadas 12 dissertações e uma tese conforme os descritores de interesse para essa pesquisa: Concepções de extensão, gestão da extensão e políticas de extensão.

Quadro 3 – Títulos e autores de teses e dissertações selecionadas

Autor/ano	Título	Descritor
Cabral (2012)	Saberes em Extensão Universitária: contradições, tensões, desafios e desassossegos	Concepções de Extensão
Souza (2013)	Extensão Universitária: institucionalidade e compromisso social	Gestão da Extensão
Dalmolin (2014)	Extensão Universitária e articulação universidade-comunidade	Gestão da Extensão
Silveira (2014)	Tecendo saberes no teia/UFV: práxis e Extensão Universitária	Políticas de Extensão
Viero (2012)	Programa de Extensão Universitária: perspectivas emergentes na educação em ciências	Políticas de Extensão
Diniz (2012)	A Extensão Universitária como instrumento de política pública	Políticas de Extensão
Teixeira (2014)	A gestão dos processos da Extensão Universitária em uma IES pública	Gestão da Extensão
Lima Filho (2014)	Análise da adequação das instituições de ensino superior localizadas na região metropolitana de Fortaleza ao plano nacional de Extensão Universitária 2011/2020.	Políticas de Extensão
Domingues (2016)	Extensão Universitária na UFSM: propostas para elaboração de um instrumento de avaliação	Gestão da Extensão
Abad (2015)	Extensão Universitária e sua eficácia: estudo de caso do UNB Idiomas	Gestão da Extensão
Silva (2012)	A administração da Extensão Universitária nas IES particulares: limites e potencialidades na visão dos gestores	Gestão da Extensão
Rodrigues (2014)	O programa de Extensão Universitária ProExt no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2012 : uma análise a partir da experiência da Universidade Federal de Uberlândia	Políticas de Extensão
Santos (2014)	As instituições de ensino superior da cidade de Guarujá (SP) e a institucionalização das atividades de extensão	Gestão da Extensão

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na base de dados da *SciELO (Web of Science)* foram encontrados 12 artigos conforme descrição metodológica, destes, cinco foram escolhidos para análise dentro dos descritores Concepções de Extensão e Gestão da Extensão.

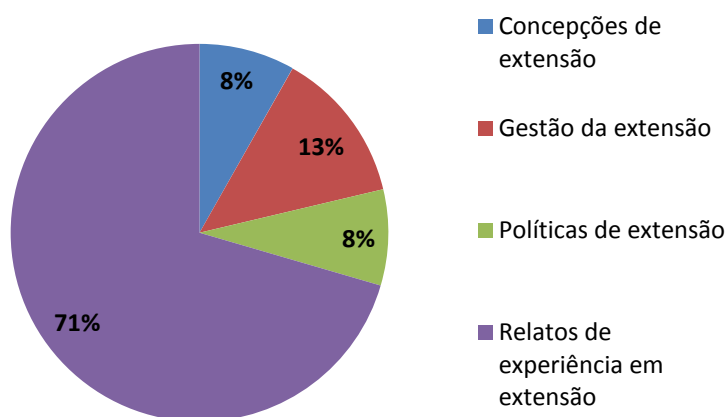
Quadro 4 – Os 5 artigos mais relevantes da *SciELO* (Web of Science)

Autor	Título	Descritor
Ortiz-Riaga e Morales-Rubiano (2011)	Extensão Universitária na América Latina: conceitos e tendências	Concepções de Extensão
Fernandes (2012)	Universidade e a Extensão Universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas	Concepções de Extensão
Arroyo e Rocha (2010)	Meta-avaliação de uma Extensão Universitária: estudo de caso	Gestão da Extensão
Fraga (2017)	Transferência de conhecimento e suas armadilhas na Extensão Universitária brasileira	Concepções de Extensão
Hunger et al. (2014)	O dilema Extensão Universitária	Concepções de Extensão

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Somando-se as teses, dissertações e artigos científicos mapeados, totalizam 59 produções científicas, das quais foram selecionadas para análise apenas as que estavam dentro dos descritores: concepções, gestão e políticas da extensão universitária.

Gráfico 1 – Produções por descritores

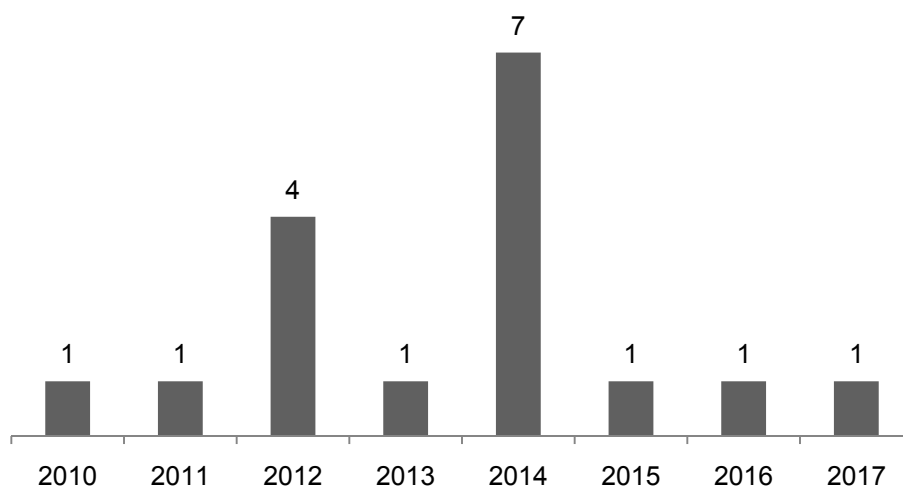


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Como pode ser observado, mais de 71% das produções estão focadas em relatos de experiências e apenas uma tese de doutorado atende aos descritores selecionados, demonstrando que há pouca profundidade do tema.

Os artigos selecionados para a análise estão distribuídos dentre os anos, conforme consta no Gráfico 2.

Gráfico 2 — Produções selecionadas por ano



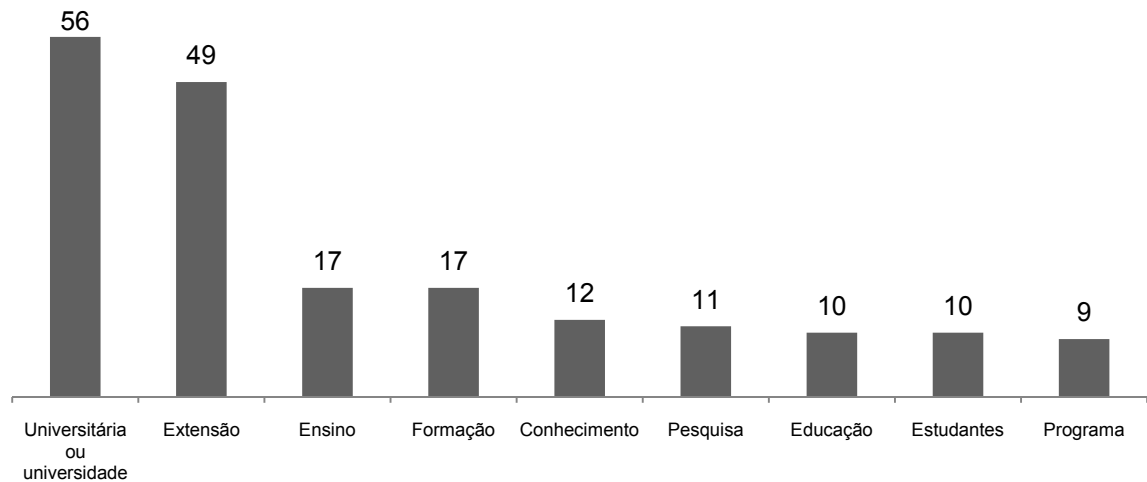
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Os anos que mais apresentam produções dentro dos temas descritores são 2012 e 2014, respectivamente. Acredita-se que essa frequência de produções, nesse período, advém da publicação da Política Nacional de Extensão Universitária (2012). A referida política consolida as discussões sobre Extensão Universitária no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), principal espaço de discussão sobre a Extensão Universitária em âmbito nacional. A referida política tem por objetivo dar materialidade ao compromisso das Universidades, estabelecido por meio de seus Pró-Reitores de Extensão, com a transformação da Universidade Pública, de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia (FORPROEX, 2012).

A terceira análise foi em relação ao número de palavras mais frequentes nas produções selecionadas, possibilitada através do software Nvivo, conforme gráfico 3.

As palavras mais citadas apontam para o ambiente acadêmico, já que a Extensão Universitária é um dos tripés da educação superior. Conforme a constituição brasileira, a extensão deve ser indissociável do ensino e da pesquisa. Depois dos termos “universitária”, “universidade” e “extensão”, o termo “formação” é o terceiro mais frequente, demonstrando o quanto a extensão está relacionada à formação acadêmica na educação superior. A Extensão Universitária, busca promover uma formação humanizada dos estudantes da educação superior.

Gráfico 3 – Frequência de palavras das produções mais citadas



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Em relação à compreensão conceitual da extensão, Cabral (2012) aponta que as concepções e práticas de extensão são plurais e complexas, uma vez que transitam entre o reconhecimento do outro, das experiências de um cotidiano de tensões e contradições e de novos conhecimentos.

Souza (2013) reconhece que existem diferentes conceitos de extensão Universitária no Brasil que foram sendo elaborados, na maioria das vezes, para dar uma satisfação sobre as atividades realizadas de maneira com a comunidade. Para a autora, o conceito de extensão é algo que vem sendo construído e reconstruído, de forma permanente, para atender às demandas apresentadas.

Lima Filho (2014) problematiza, o termo “extensão” em seu significado ideológico discutindo se a ação de *estender* seria transmitir algo pronto ou seria uma relação dialógica ou ainda, se corre o risco de trabalhar com uma interpretação ingênua da realidade. Para o autor, o conceito de extensão está fortemente conectado a uma relação dialógica onde universidade e sociedade possam trocar saberes e não apenas como uma mera transmissão de conhecimentos.

Uma das produções mais interessantes desse estudo é a pesquisa de Hunger et al. (2014) a qual apresenta uma análise das concepções de extensão Universitária de um grupo de professores universitários. Constatou-se que existe uma diversidade de concepções sobre extensão universitária e que essas, muitas vezes, estão equivocadas, ou seja, a extensão ainda é um dilema na academia.

Assim o autor conclui que os docentes necessitam compreender o conceito de extensão com mais clareza a fim de garantir um espaço não apenas de formação acadêmica e de pesquisa, mas também de resolução de problemas do contexto social.

Fraga (2017) expõe três armadilhas da relação das classes populares com a universidade no contexto da extensão: a primeira diz respeito à concepção de transferência de conhecimento, já que as classes populares são recorrentemente consideradas como público-alvo (e às vezes até como clientes) e não como participantes ativos da extensão; a segunda é considerar que a universidade possui o conhecimento relevante e legítimo. Apesar de ela gerar e acumular conhecimento científico, por outro lado, ela pouco sabe sobre os saberes tradicionais, comunitários ou populares; a terceira armadilha, que decorre de trabalhar com o conhecimento científico, é acreditar que existe um conhecimento neutro e objetivo e, por conseguinte, manter uma relação de tutela entre universidade e classes populares. O autor também aponta que as influências europeia e dos EUA têm como fundamento a perspectiva da transferência de conhecimento. Já as universidades populares latino-americanas se organizam para a autocrítica da IES e para a superação de uma extensão que reforce a relação de tutela.

Assim, o conceito de extensão transita entre o assistencialismo, a transferência de conhecimento, a prestação de serviços, a resolução de problemas sociais e a relação dialógica entre a comunidade e a universidade, sendo esta última considerada mais adequada.

Ao se tratar de políticas públicas de extensão universitária, os documentos mais citados nos trabalhos analisados foram a Constituição federal 1988, LDB 1996, Plano Nacional de Extensão e Política Nacional de Extensão e os documentos produzidos nos eventos FORPROEX.

A Constituição Brasileira de 1988 dispõe que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988), e é complementado pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, ao enfatizar que uma das finalidades da educação superior é: “promover a Extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

A realização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, o FORPROEX, foi fundamental para o debate de concepções e reivindicação de políticas públicas de Extensão Universitária. A partir do fórum foi publicado o Plano Nacional de Extensão (PNEX, 1999) com em foco metas para buscar suprir, através das ações de extensão, as necessidades sociais mais emergentes do país e, posteriormente publicou a Política Nacional de Extensão (2012). Em relação ao financiamento da extensão, o ProExt foi a única política de fomento para a Extensão Universitária, no entanto desde 2016 o MEC não lançou mais editais.

Ortiz-Riaga e Morales-Rubiano (2011) sinalizam que as políticas de extensão não podem ser estáticas, precisam ser implementadas na medida em que estão vinculadas às necessidades do meio. Elas precisam ser assumidas por toda comunidade universitária, tendo então um fim comum. No mesmo estudo detecta-se que as universidades latino-americanas, especialmente nas colombianas, evidenciam-se três enfoques de desenvolvimento da extensão: empresarial, social ou cultural, dependendo da região e do propósito de cada IES. Nota-se, ainda, uma tendência para o desenvolvimento da extensão com abordagem comercial, como demanda do mercado e, especificamente, do setor produtivo.

Para Diniz (2012) as diretrizes elaboradas pelo FORPROEX e a política de financiamento do ProExt/MEC contribuíram no desenvolvimento da Extensão Universitária como instrumento de política pública de caráter formativo e experimental.

Rodrigues (2014) aponta que o ProExt foi uma importante estratégia de fomento às ações de extensão, no entanto limitava as universidades a uma única fonte de fomento, inibindo a autonomia das IES.

No tocante à gestão universitária relacionada à extensão, as autoras Arroyo e Rocha (2010) defendem que a universidade pode, além de ensinar, pesquisar e assistir à comunidade interna e externa, desenvolver uma formação mais humanizada e fazer deste indivíduo um cidadão mais comprometido e capaz de direcionar sua atuação profissional e pessoal por uma sociedade mais justa. Tal pesquisa teve como objetivo refletir sobre quais aspectos desta avaliação podem contribuir para a formação dos estudantes que participam desses programas. No que tange à extensão, sugere-se que ela deva ter uma proposta de trabalho ampla, a qual exige a interlocução com o ensino e a pesquisa. Precisa ser marcada pela interdisciplinaridade, pois esta é uma forma de aproveitar os conhecimentos já

disponíveis e produzir, assim, novos conhecimentos. Além disso, destaca-se a necessidade de disponibilizar estes conhecimentos às pessoas que estão fora do meio universitário e que não pertençam às parcelas da população mais privilegiadas, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, o que não significa assumir para si aquilo que é responsabilidade dos governos e do Estado.

Cabral (2012) afirma a Extensão Universitária, nesse contexto de contínuas mudanças, apresenta-se de modo paradoxal, pois ao mesmo tempo em que seria uma resposta às demandas da sociedade, ainda vem sendo pouco reconhecida como espaço acadêmico de participação e cidadania.

No artigo de Fernandes (2012), concebe-se que uma das estratégias que a IES utilizam para a formação de um profissional cidadão é a Extensão Universitária. Aponta-se, no estudo, que a relação que a universidade possui com as comunidades circunvizinhas é bastante limitada, sendo, às vezes, restrita a atividades assistenciais e como campo de estágio.

Os trabalhos de Souza (2013), Rodrigues (2014) e Teixeira (2014) apontam que a institucionalização da extensão ainda não está consolidada nas instituições de ensino superior analisadas. Esse processo requer consonância com normas, critérios e referenciais teóricos, de suas finalidades e sua gestão pautada pelas políticas nacionais de Extensão.

Constatou-se, também que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não ocorre nas universidades segundo os trabalhos de Santos (2014) e Lima Filho (2014). Assim, a extensão ainda se expressa, em sua maioria, em relatos de experiência de projetos isolados, conforme números retratados no panorama geral deste artigo.

Destarte, esse estado do conhecimento permitiu obter um panorama das pesquisas em extensão nos últimos anos, levando em conta os descritores concepções, gestão e políticas de extensão. O auge das publicações foi alcançado entre 2012 e 2014, possivelmente devido à publicação da Política Nacional de Extensão, produzido no Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) em 2012, sinalizando que este documento foi um marco para a Extensão.

Em relação à compreensão conceitual da extensão os estudos mostram que as concepções e práticas de Extensão Universitária são diversas e vem se reconstruindo ao longo do tempo. Em relação ao entendimento conceitual dos docentes, é imprescindível que haja clareza conceitual da extensão e de sua

importância, caso contrário, dificilmente irão inseri-la no currículo, conforme orientação do PNE (201-2024).

Em relações às políticas, as diretrizes elaboradas pelo FORPROEX e a política de financiamento do ProExt/MEC são instrumentos de política pública, porém ainda pouco atrativos no meio acadêmico. A relação ensino, pesquisa e extensão que conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Extensão servem para conferir qualidade ao ensino de uma IES, porém na prática, a Extensão continua sendo tratada de forma isolada.

Também observou-se que há diversas experiências de Extensão nas universidades, de modo que há necessidade de uma constante reflexão acerca dos projetos e engajamento da comunidade universitária. Ainda, salienta-se como fundamental a presença de responsáveis nas IES pelo planejamento e consequente articulação com as atividades de ensino e pesquisa, tal articulação é um desafio frente à insuficiência das políticas de Extensão.

No atual contexto político, econômico e social é necessário pensar como a Extensão pode contribuir mais diretamente na solução dos problemas sociais expressos nos diálogos com a comunidade e com o governo. Assim, o grande desafio para as universidades é a compreensão conceitual e a institucionalização da Extensão Universitária, e para o governo, o fortalecimento das políticas públicas de Extensão, especialmente no que concerne ao financiamento.

3.2 HISTÓRIA E CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Reforma Universitária iniciou na América Latina a partir da Universidade de Córdoba, na Argentina, em 1918, promovida pelos estudantes e se alastrou para toda América Latina. Eles reivindicaram pela independência das instituições em relações às ordens religiosas e também pelo papel social da universidade, o qual seria, mais tarde, atribuído à Extensão Universitária. Para Sousa (2000) o Manifesto de Córdoba aparece como o marco de uma nova luta por uma reforma da Universidade latino-americana que a transformasse e a fizesse assumir seu compromisso social.

A Reforma Universitária ganhou força, também, com as revoluções que ocorriam em todo continente latino-americano e em articulação com o movimento operário. Outras influências foram as revoluções em Cuba, no México, na Bolívia, na

Guatemala, Nicarágua, na Argentina e no Brasil. O Quadro 5 traz os principais eventos realizados pelas universidades latino-americanas para debater a extensão.

Quadro 5 – Movimento pró-social das universidades latino-americanas (1908-1972)

Ano	País	Propostas Históricas
1908	Uruguai	Início do Movimento pré-Córdoba
1918	Argentina	Movimento de Córdoba – referência histórica para a Universidade Latino-americana
1949	Guatemala	Primeiro Congresso de Extensão Universitária Latino-Americana da Universidade de San Carlos - Aprovou uma série de resoluções relacionadas ao conceito de função social: de uma ação social como uma difusão cultural. Nesse congresso, foi aprovada a famosa "Carta da Universidade".
1957	Chile	Primeira Conferência Latino-Americana de Extensão e Difusão Universitária", organizada pela União das Universidades da AL uma atualização de grande importância na Extensão.
1972	México	Segunda Conferência Latino-Americana de Extensão Universitária e Difusão Cultural: constitui um momento de importância histórica, pois não envolve nenhum processo social da cultura latino-americana, considerando como parâmetros de discussão políticas de Extensão: a) situação da sociedade; b) Universidade-sociedade.

Fonte: (BEMVENUTI, 2002).

O Quadro 6 apresenta o avanço conceitual da extensão nas universidades latino-americanas.

Quadro 6 – Organização conceitual das IES latino-americanas em relação à Extensão Universitária

Ano	País	Discussões
1996	Cuba	Conceito atual de Extensão; Formação cultural do estudante através da Extensão Universitária; Estratégias de trabalho e a relação interna nas IES; Movimento artístico e universitário; Investigações sócio-culturais e a realização de programas em áreas rurais e urbanas.
1997	Argentina	Avançou de forma solidária na construção de um marco teórico que garanta a qualidade dos trabalhos extensionistas nas IES, com vistas ao estabelecimento de uma política de educação superior orientadora do futuro destes países.
1998	Costa Rica	Determinou e promoveu novos paradigmas da Extensão Universitária diante das mudanças globais
1999	Venezuela	Análise da Extensão no contexto da globalização e proposição de processos gerenciais para a consolidação da Extensão Universitária como função básica das universidades
2000	México	Conhecer a situação da Extensão e da cultura e do serviço nas IES e seu impacto na sociedade através da análise das experiências e das áreas que envolvem o uso de novas tecnologias e informação

Fonte: (BEMVENUTI, 2002).

Os quadros acima demonstram a mobilização das universidades latino-americanas em desenvolver os conceitos, as funções e a institucionalização da Extensão Universitária. No entanto, a institucionalização da Extensão ainda está em processo de consolidação em toda a América Latina, especialmente no Brasil, o qual se encontra em um momento de grande instabilidade política e econômica.

No contexto brasileiro, a prática da Extensão Universitária começou no século XX. Seu primeiro registro é de 1914 na Universidade Popular de São Paulo a partir de diversas conferências denominadas “Lições públicas”. As palestras eram de temas variados, gratuitos e abertos à população em geral.

Na década de vinte, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa-MG e a Escola Agrícola de Lavras- MG começaram a prestar serviços na área rural, levando assistência técnica (Extensão Rural) aos agricultores. Na sequência, em 1934, a Universidade de São Paulo (USP) define a Extensão como o lugar para a realização da obra social de divulgação das ciências, das letras e das artes por meio de conferências, palestras, rádio, filmes etc. No ano seguinte, a Universidade do Distrito Federal concebe a Extensão como espaço de promoção de cursos isolados e autônomos.

Em 1961 a LDB n. 4024/61 faz breve referência à Extensão Universitária, em seu artigo 69, dentre os cursos que poderiam ser ministrados nas instituições de ensino superior abertos à candidatos conforme requisitos exigidos nas instituições. No entanto, o que ocorreu foi que a clientela dos cursos eram os próprios universitários ou diplomados, por isso o objetivo não foi alcançado (NOGUEIRA, 2001).

De 1960 a 1964 a mobilização estudantil junto ao movimento popular que tomava conta do país nessa época, provocou as propostas da UNE, registradas em documentos produzidos nos seminários sobre a Reforma Universitária, no qual concebia uma universidade comprometida com as classes populares (o proletariado urbano e rural). A Extensão tinha papel fundamental, seja por meio de cursos ou serviço social destinado às classes populares e também ações de apoio aos órgãos do governo.

A partir do golpe militar (1964) utilizou-se várias das propostas dos estudantes para a institucionalização da Extensão Universitária, com concepção claramente assistencialista; incorporou-se, ainda, a Extensão ao ideal de desenvolvimento de segurança do território nacional. Em 1966, na Universidade Federal do Rio Grande

do Norte (UFRN), foi criado o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), com o objetivo de proporcionar ao estudante universitário uma atuação nas comunidades. Sua real função política era ajustar a ação governamental às necessidades da população: “à promoção do homem, ao desenvolvimento econômico-social do país e à segurança nacional” (BRASIL, 1969).

Nesse cenário, o Ministério do Interior e Forças Armadas criou o Projeto Rondon (1968), instituído nacionalmente, o qual objetiva o intercâmbio de estudantes de todas as regiões do país, em especial os do sul e do sudeste para levar às regiões norte, nordeste e centro-oeste propostas de desenvolvimento, integrando os universitários com a realidade do país. No mesmo ano, o Governo Federal oficializou o Grupo de Trabalho Projeto Rondon através do Decreto n.º 62.927 e em novembro de 1970, pelo Decreto n.º 67.505, passou a denominar-se Projeto Rondon e a funcionar como órgão autônomo, de administração direta, subordinado ao Ministério do Interior. Transformou-se em Fundação em dezembro de 1975 pela lei n.º 6.310. O projeto Rondon ainda é uma das ações de extensão mais importantes no contexto nacional nos dias atuais.

Também em 1968, foi publicada a Lei Básica da Reforma Universitária (n. 5.540/68) que se referiu a cursos, atividades de ensino e pesquisa como programas de melhoria das condições de vida da comunidade. Naquele momento ainda não se concebia a articulação da Extensão com o Ensino e a Pesquisa e nem a troca de saberes entre a universidade e a sociedade, pois esta era considerada apenas como receptora dos conhecimentos técnicos.

Na década de 70, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) traça as Diretrizes da Extensão Universitária com o objetivo de sensibilizar os dirigentes universitários sobre sua importância. Em 1975, o MEC elaborou a primeira Política de Extensão Universitária no Brasil: apesar do forte controle da censura, houve um significativo avanço conceitual, no entanto, foi motivo de muitos debates e disputas ideológicas entre o MEC e as universidades. O texto legal refere abertura à instituições e comunidades para troca de saberes (SOUSA, 2000).

O plano de trabalho do MEC concebeu a Extensão como:

[...] um subsistema componente do sistema universitário, através do qual a instituição de ensino superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o Ensino e a Pesquisa. (BRASIL, 1975, p.1).

Deste modo, o Ministério da Educação e Cultura ficou responsável pela coordenação, supervisão e avaliação das várias formas de Extensão existentes, tanto as experiências próprias das Universidades, quanto àquelas estimuladas por outros Organismos, como por exemplo, os Campos Avançados da Fundação Projeto Rondon. As ações de Extensão poderiam ser exercidas na forma de cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisas, bem como ações conforme a necessidade da comunidade onde a instituição está inserida (BRASIL, 1975, p. 1).

Nos anos 80 surge o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) o qual permanece na atualidade em plena atuação. Esse fórum coordena as reflexões e debates sobre as concepções de Extensão, como resposta a uma ação articulada que vinha ocorrendo no interior da IES públicas do país. A consolidação dos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão é representativa da diversidade das IES que hoje constituem o sistema de ensino superior no Brasil. O Fórum também é um espaço de interlocução com o MEC para o estabelecimento de uma política nacional de Extensão no “contexto de influência” da abordagem do Ciclo de Políticas onde as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos (MAINARDES, 2006).

Em 1987, no FORPROEX, foi elaborada a concepção de Extensão Universitária a qual é utilizada até os dias atuais: “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”. Essa conceituação supera a ideia da Extensão como mero assistencialismo, transmissão de conhecimento ou como atividade complementar dissociada da pesquisa e do ensino.

O FORPROEX foi fundamental para a construção da política de Extensão que está em vigor na atualidade, especialmente porque as discussões foram construindo a conceituação da Extensão Universitária: “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e sociedade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p.15).

A reflexão de um novo conceito de Extensão Universitária vem sendo instigada desde a publicação do Plano Nacional de Educação (2014-2024), o qual tem como meta (12.7): assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de Extensão Universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande

pertinência social (BRASIL, 2014).

Apesar da Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) orientarem que, na educação superior, a Extensão deve estar integrada à pesquisa e ao ensino de forma indissociável, essa integração ainda não está consolidada nas Instituições de Educação Superior (IES), visto que, historicamente, a Extensão tem sido tratada em segundo plano e muitas vezes com caráter assistencialista e/ou mercantilista.

Apesar de ainda não existir uma oficialização de um novo conceito de Extensão, o PNE propõe rompimento de paradigmas, tornando a Extensão um processo formativo, efetivamente, indissociável do ensino e da pesquisa.

Calderón (2011) classifica três grandes grupos de concepções de Extensão Universitária: a concepção tradicional a qual está relacionada ao atendimento das demandas da comunidade de forma assistencialista e sem reflexão política; a concepção processual na qual a Extensão é considerada um compromisso social articulada com o ensino e a pesquisa e por fim, a concepção crítica, a qual pressupõe a “curricularização” da Extensão, bem como o desenvolvimento do ensino e da pesquisa com base na realidade da população brasileira.

Diante de todas as abordagens conceituais apresentadas adota-se, nesta pesquisa, como conceito de Extensão Universitária: “um processo formativo que integra as instituições de educação superior à sociedade mediante conhecimentos produzidos tanto no âmbito institucional quanto na troca de saberes com a comunidade em sua realidade” (autora).

A Extensão Universitária, na perspectiva das ações e das práticas sociais, constitui-se num canal importante de construção da identidade institucional e da aspiração histórica das IES. As instituições vêm construindo suas histórias de Extensão Universitária na medida de seus compromissos locais e regionais, em consonância com sua Missão e sua Visão. Desses compromissos, têm resultado significativas ações nas mais diversas áreas do conhecimento, oportunizando diagnósticos sociais, econômicos e culturais motivadores de políticas e redimensionamentos de pesquisas e de ofertas de cursos de Extensão e de especialização, bem como de programas de capacitação de multiplicadores para atuação direta em espaços de organização da sociedade civil, como fóruns, conselhos e organizações não governamentais. As instituições de ensino superior, especialmente as universidades públicas, têm um compromisso com a sociedade

brasileira, que a mantém, de buscar caminhos para contribuir com a transformação social e para o enfrentamento dos problemas que levam à exclusão social.

Conforme Nogueira (2001 p. 68) “ao considerar a Extensão como processo que articula o ensino e pesquisa significa cobrar sua presença na rotina universitária, implicando em sua institucionalização”.

Conforme o Plano Nacional de Extensão são ações extensionistas: programa, projeto, cursos, iniciação, atualização, treinamento, qualificação profissional, aperfeiçoamento, cursos de formação continuada, eventos, produção, publicação e prestação de serviços (FORPROEX, 1999).

São diretrizes da extensão universitária: interdisciplinaridade e interprofissionalidade, relação dialógica, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social (FORPROEX, 2012).

Assim, é tarefa da universidade dialogar com a sociedade, responder às demandas e expectativas enquanto é papel da Extensão construir uma relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico e do conhecimento das comunidades tradicionais. Entretanto, o cumprimento desta tarefa depende de políticas públicas que a respaldem, conforme discussão no capítulo seguinte.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

3.3.1 Políticas Nacionais de Extensão

Em ordem cronológica de publicação, uma das primeiras leis referentes à Extensão Universitária, é a Lei da Reforma Universitária, lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968:

Art. 40. As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de Extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento; b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos; c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais; d) estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional. (BRASIL, 1968).

Posteriormente, a Constituição Brasileira de 1988, dispôs que:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e Extensão. (BRASIL, 1988).

Na sequência, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional n. 9394 de 1996, complementa, no artigo 46, inciso VII, que uma das finalidades da educação superior é: “[...] promover a Extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

Em 1999, foi publicado o Plano Nacional de Extensão (PNExt) como estratégia de uniformização de procedimentos básicos e conceituação da “Extensão” no cenário nacional, contudo, respeitando e reconhecendo as particularidades de cada Universidade e sua área de ação.

Ao se afirmar que a Extensão é parte indispensável do pensar e fazer universitários assume-se uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo quanto acadêmico, o que implica adoção de medidas e procedimentos que redirecionem a própria política das universidades. (FORPROEX, 1999).

Além de promover maior desenvolvimento às instituições, o PNExt também une os eixos temáticos das universidades brasileiras, garantindo que sejam destinados recursos para a execução das ações de Extensão. O FORPROEX organizou a atuação da Extensão Universitária em oito eixos: saúde, educação, trabalho, meio ambiente, comunicação, direitos humanos e justiça, tecnologia de produção e cultura. Além disso, também está em pauta temas como direitos humanos pensados a partir de uma cidadania ampliada: o direito ao meio ambiente saudável e sustentável; o direito à informação e à comunicação livre e qualificada; o direito de apropriação e geração de novas tecnologias.

A Extensão Universitária também encontra-se entre as pautas de avaliação institucional, o que a torna ainda mais relevante no contexto acadêmico. No artigo 3º, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) cita que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais

(SINAES, 2004). Apesar do termo “Extensão” não estar explícito no texto, fica subentendido que “atividades, cursos, programas, projetos e setores” englobam, também, as ações de Extensão.

Uma das poucas e principais políticas públicas de Extensão, no que concerne à incentivo e fomento, foi o Programa de Extensão Universitária (ProExt) lançado em 2006 pelo MEC. O objetivo foi apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de Extensão que contribuíssem para a implementação de políticas públicas. Os projetos financiados eram selecionados via edital público em âmbito nacional. Para garantir a abrangência e a universalidade do programa o edital contemplava projetos que contassem a participação de estudantes universitários. Foi inovador na medida em que garantiu a participação de agentes externos à universidade, sendo este, um fator decisivo na escolha dos projetos a serem financiados. Dessa forma, era possível aprimorar o conhecimento produzido na universidade fazendo com que se vivenciasse as problemáticas práticas. Assim, o ProExt afirmou e garantiu a Extensão como parte integrante do tripé universitário composto por Ensino, Pesquisa e Extensão (BRASIL, 2006). No entanto, segundo o site do MEC, o ProExt teve editais de 2006 à 2016. Em 2017 e 2018 não houve continuidade desse programa.

Em 2012, foi publicada a Política Nacional de Extensão (2012), tendo como documento referencial o Plano Nacional de Extensão (1999). Essa política visa afirmar todos os objetivos pactuados ao longo da existência do FORPROEX através da consolidação das concepções e práticas de Extensão, bem como trazendo princípios e diretrizes para sua execução. Como se observa, Política Nacional de Extensão ainda é bastante recente e precisa ser consolidada no Brasil.

Uma das formas dessa consolidação inicia a partir da estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13.005 de 2014) a qual estabelece a integralização de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, mediante programas e projetos de Extensão em áreas de importância social.

A “curricularização” da Extensão proposta pelo PNE gerou um grande desafio às instituições de ensino superior brasileiras para repensar suas concepções e práticas extensionistas, historicamente assistencialistas e/ou mercantilistas alinhando-as às demandas da sociedade e à dinâmica curricular de forma a tornar a Extensão efetivamente indissociável do ensino e da pesquisa.

[...] desafios da Extensão alinhada às demandas sociais e à reconfiguração curricular: Demolição dos muros, do isolamento da educação e da universidade; a intermediação com a realidade, a articulação entre teoria-prática, o respeito e valorização à diversidade de sujeitos e práticas; Perspectiva Interdisciplinar – integração de saberes (rejeição do cientificismo excludente) e a deposição do distanciamento entre disciplinas, conjugando o ético, o estético, o religioso, o político, o econômico e o social; Redefinição de universidade e, por consequência, de projetos de curso, a partir de critérios epistemológico-pedagógicos e não de definições político-administrativas meramente instrumentais; Concepção de currículo a partir de atividades acadêmicas de ensino pesquisa-Extensão (para além de conteúdos/disciplinas justapostos), que possibilitem trajetórias de formação diferenciadas e articuladas, segmentadas em núcleo “duro”/específico, núcleo de formação geral/complementar e programas e projetos de Extensão; A valorização dos núcleos de governança na universidade, com ênfase nos colegiados de curso e núcleos docentes estruturantes – NDEs. (IMPERATORE, 2015, p.8).

A mais recente política relacionada à Extensão refere-se à sua inserção curricular na formação de professores, conforme resolução nº 2, de julho de 2015 do Conselho de Educação, na qual são destacadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada: “a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e Extensão”.

Diante da regulamentação da Extensão Universitária no Brasil, cabe às IES tratarem o assunto com a sua devida importância, não apenas como atividades complementares, mas sim como um processo formativo mais humanizado.

3.2.2 Políticas UFSM

A responsabilidade social universitária apresenta-se desde a missão educacional da instituição, na qual se elucida o seu compromisso com o avanço do contexto social que a cerca. A partir de suas finalidades, é possível identificar os desafios da instituição em termos de ensino, pesquisa, Extensão e gestão e a direção delineada acerca do seu compromisso social.

Destarte, foram analisados os documentos da UFSM na busca de suas diretrizes para a Extensão a partir de: Estatuto, Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Pedagógico Institucional (PPI), Política

de Extensão e Resoluções.

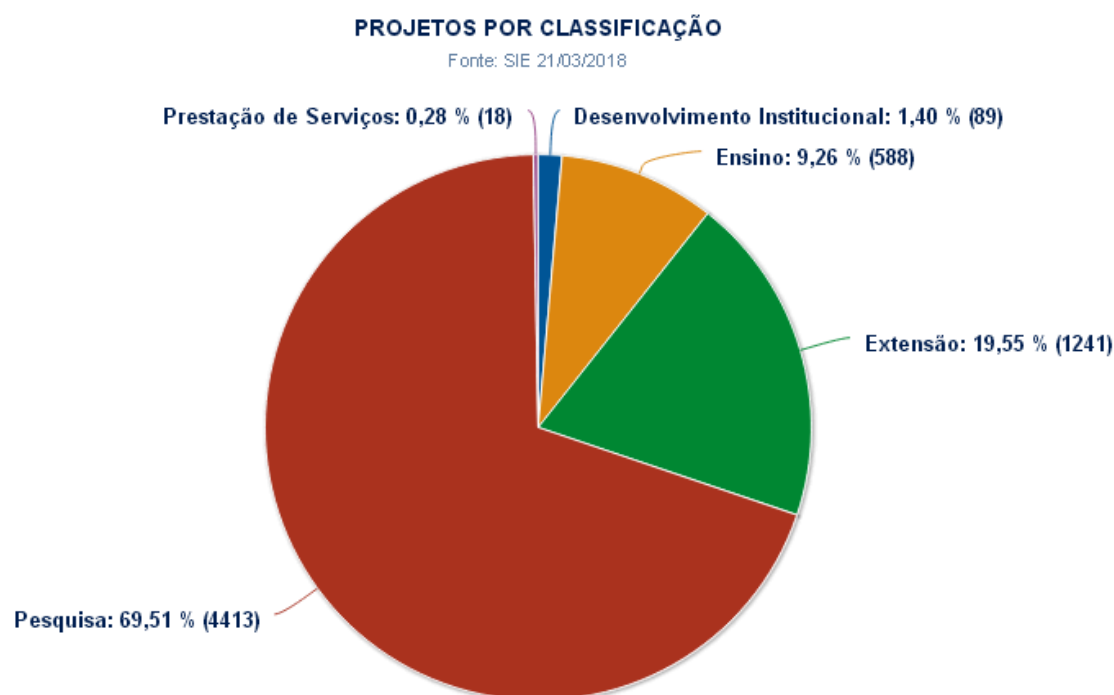
Missão: a UFSM tem por missão “Construir e difundir conhecimento, comprometida com a formação de pessoas capazes de inovar e contribuir com o desenvolvimento da sociedade, de modo sustentável. Visão: ser reconhecida como uma instituição de excelência na construção e difusão do conhecimento, comprometida com o desenvolvimento da sociedade, de modo inovador e sustentável. Valores: comprometer-se com a educação e o conhecimento, pautada nos seguintes valores: Liberdade; Democracia; Ética; Justiça; Respeito à identidade e à diversidade; Compromisso social; Inovação; e Responsabilidade. (UFSM, 2016).

A Missão da UFSM aponta no seu objetivo “contribuir com o desenvolvimento da sociedade”, na Visão é citada “difusão do conhecimento” e nos Valores o “compromisso social”, termos que remetem à Extensão Universitária.

O estatuto da UFSM foi estabelecido pela portaria nº 156 de 12 de março de 2014, adaptado conforme a lei 9.394/96. Dentre seus objetivos, a UFSM destina-se a promover a indissociabilidade do ensino, pesquisa e Extensão e também, “fomentar a Extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e aos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição.” Os artigos 73 à 75 falam da contribuição da Extensão no desenvolvimento da comunidade e regulamentam que as ações de Extensão devem disciplinadas pelo Regimento Geral da UFSM.

O Regimento Geral da UFSM, por sua vez, determina que a Política de Extensão da UFSM é definida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE UFSM) e orienta quais itens que são essenciais no referido documento. Nos demais capítulos traz as seguintes diretrizes: o registro, a supervisão e a coordenação das ações de Extensão é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão (PRE/UFSM) e a execução das ações de Extensão é função das unidades e subunidades administrativas da UFSM). O referido documento também trata da flexibilização curricular, na qual as ações de Extensão poderão ser creditadas na grade curricular dos estudantes. Em relação à vinculação da Extensão à UFSM: A Pró-Reitoria de Extensão submete-se à Reitoria e ao CEPE e a Extensão é executada nas unidades e subunidades universitárias. Por fim, define que cada unidade disporá de uma comissão de Extensão no seu regimento interno.

Gráfico 4 – Projetos na UFSM

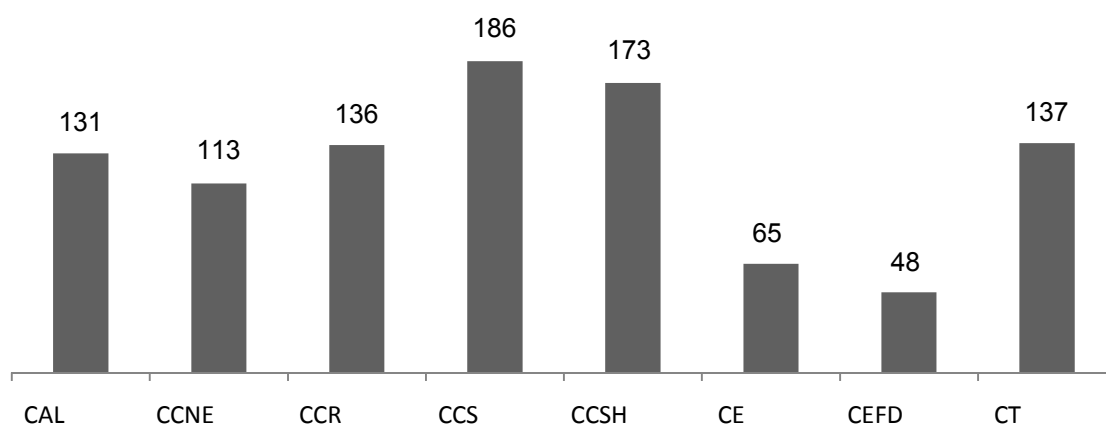


Fonte: (SIE/UFSM, 2018).

A partir do gráfico acima, observa-se que o maior número de projetos são de pesquisa (69,51%), em segundo lugar de Extensão (19,55%) e ensino (9,26%) em 2018. A quantidade de projetos de pesquisa é três vezes maior do que de Extensão o que demonstra o foco predominante da instituição. Outro dado surpreendente é quanto à vinculação dos alunos de graduação em projetos de Extensão, segundo o SIE, apenas 3% de todos os alunos da UFSM estão vinculados à projetos de Extensão. No entanto, acredita-se que o envolvimento dos alunos com a Extensão vai estar mais presente na vida acadêmica dos alunos de graduação em função da obrigatoriedade da inserção curricular da Extensão conforme PNE (20014-2024) até o ano de 2020.

Observando-se a quantidade de projetos de Extensão por centro de ensino, constata-se que o centro de ciências da saúde é a unidade com mais projetos de Extensão registrados na UFSM.

Gráfico 5 – Número de projetos de Extensão por centro de ensino (2018)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SIE/UFSM (2018).

Ainda aponta-se que o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (2016-2026) que contém diretrizes de políticas institucionais para nortear a universidade nos próximos dez anos. Os desafios elencados no PDI/UFSM são:

Quadro 7 – Desafios PDI/UFSM (2016-2016)

Desafios
1- Internacionalização
2 - Educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica
3 - Inclusão social
4 - Inovação, geração de conhecimento e transferência de tecnologia
5 - Modernização e desenvolvimento organizacional
6 - Desenvolvimento nacional, local e regional
7 – Gestão Ambiental

Fonte: PDI/UFSM (2016-2016).

Essa pesquisa pode ser enquadrada nos dois primeiros desafios do PDI: 1- Internacionalização, uma vez que a proficiência em língua estrangeira é fundamental para que ocorra a internacionalização da universidade⁷. E, também, no desafio 2: Educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica, que inclui em seus objetivos oferecer cursos de excelência integrados à sociedade, oferecer

⁷ Internacionalização: livre circulação de conhecimento e produção acadêmica entre os países. Concepção adotada a partir da interpretação da autora.

serviços de apoio à comunidade com a política de inovação e Extensão.

O projeto pedagógico institucional (PPI) estabelece suas diretrizes para as políticas de ensino pesquisa e Extensão. Na política de Extensão são abordados: valorização da cultura, interação dialógica entre a universidade e a sociedade, apoio à população, valorização das ações de Extensão, impacto regional e transformação social, construção de conhecimentos, ação interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar e estímulo às artes. “Defende-se assim, a necessidade de transformar problemas sociais em problemas de pesquisa e de ensino. A atuação do extensionista precisa ocorrer junto às comunidades e não sobre as comunidades” (PPI, p. 39).

A Política de Extensão UFSM é de 2008 e define as ações de Extensão e seus registros, os instrumentos de avaliação, flexibilização curricular, financiamento, estruturas de apoio à Extensão e normatização da Extensão na UFSM. Traz como áreas temáticas: artes e letras, comunicação, cultura, desenvolvimento regional, direitos humanos e justiça, educação, esportes, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho.

A Pró-Reitoria de Extensão sinaliza que em 2019 será publicada a nova política de extensão da UFSM, a qual nesse momento está em discussão com a comunidade acadêmica. Conforme fala do atual pró-reitor de extensão, pretende-se, a partir da política de extensão da UFSM, colaborar para a construção de uma universidade de excelência e socialmente referenciada.

Outro documento importante é a Resolução 25/08 a qual estabelece normas de regulamentação, registro e avaliação das ações de Extensão no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria. A resolução normatiza a elaboração de projetos de Extensão. Para a avaliação da Extensão, a resolução 24/08 UFSM determina como indicadores de avaliação:

XV – Indicadores de Avaliação; a) prever sistemática e instrumentos de avaliação da ação extensionista, que considerem, pelo menos, cinco grandes dimensões: 1. Política de gestão considerando a produção de conhecimento na Universidade e sua destinação social, partindo de metas vigentes propostas na gestão e política extensionista; 2. Infraestrutura disponível pela Universidade e pelas parcerias externas; Relação universidade-sociedade considerando a efetiva validade do trabalho realizado para o desenvolvimento social, cultural e econômico da população-alvo; 4. Plano acadêmico considerando a importância do trabalho realizado para o crescimento humano e intelectual de servidores da Universidade e alunos participantes da ação; e 5. Produto acadêmico visando as contribuições materiais imateriais trazidas pela ação

extensionista à população-alvo a curto, médio e longo prazo. (UFSM, 2008).

Em termos de financiamento a UFSM possui o Fundo de Incentivo à Extensão (FLEX), gerido pela Pró-Reitoria de Extensão com o objetivo de: “aumentar o número de ações de extensão fomentadas na UFSM a fim de estimular a participação dos acadêmicos em ações de extensão, promovendo à gradual curricularização da Extensão. Segundo relatórios da Pró-Reitoria de Extensão, em 2016, foram investidos em torno de 215 mil reais distribuídos para 243 ações de Extensão contempladas pela seleção do edital FLEX, recurso que pode ser considerado limitado tendo em vista a demanda. De maneira geral, o que se observa, nos últimos anos, é que as exigências do edital FLEX aumentaram e os recursos vem diminuindo.

A partir de todo esse arcabouço legal que cerca as instituições de ensino superior, não há mais argumentos para que a Extensão não seja institucionalizada no ambiente acadêmico, no entanto, diante da crise política e econômica no Brasil é preciso discutir quais são as perspectivas para a continuidade das políticas e ações de Extensão Universitária nas universidades brasileiras.

3.2.3 Perspectivas para a Extensão Universitária em tempos de instabilidade político-econômica no Brasil

Em meio à instabilidade política brasileira, especialmente após o impeachment da Presidente Dilma Rousseff em 2016, o neoliberalismo vem se consolidando no Brasil e, assim, muitos direitos sociais vêm sendo prejudicados.

A educação superior pública, que vinha de um contexto de crescimento e investimento, atualmente está sofrendo significativos cortes no financiamento, o que certamente refletirá na Extensão Universitária e, conseqüentemente, na função social da universidade. Conforme Freire (2011, p. 138):

Cabe ressaltar que em um país cuja trajetória histórica é fortemente marcada por uma frágil cidadania e por profundos traços de autoritarismo e conservadorismo, a consolidação do neoliberalismo não só mantém tais características como também agrava de forma inequívoca os problemas sociais.

Bobbio (2004, p. 58) afirma que: “A grande questão em relação aos direitos

sociais é garanti-los, pois já são direitos conquistados”. Essa garantia é inexistente em meio a essa instabilidade político-econômica brasileira, especialmente quando se pensa na qualidade educacional do país e como ela evoluirá se não houver um efetivo comprometimento político-financeiro do governo.

A influência neoliberal tem crescido nos últimos anos no Brasil e tem aberto um campo para a privatização da educação brasileira e a diminuição da qualidade da educação pública: “[...] Em síntese, para os neoliberalistas, as políticas educacionais só serão bem sucedidas desde que regidas pelo mercado” (AZEVEDO, 2008, p. 73).

Ao tratar da educação superior cujo crescimento foi expressivo, mediante políticas públicas de acesso (manutenção, ampliação e permanência), esse é um momento em que o país está retrocedendo. Nesse cenário há um receio de que, devido a tantos cortes de recursos, as instituições de educação superior não possam mais avançar no mesmo ritmo de crescimento da última década dentro de suas funções primordiais que são o ensino, a pesquisa e a Extensão.

Em termos de investimento na educação superior, percebe-se que há uma desaceleração na contratação de novos docentes, técnicos administrativos e uma significativa restrição para ampliar as vagas para cursos em andamento ou novos cursos de graduação ou pós-graduação. Nesse contexto, a infraestrutura das instituições de educação superior também vem sofrendo diversas limitações na manutenção básica e ampliação de espaços. E conseqüentemente, a pesquisa, o ensino e a extensão, da mesma forma, vem sendo prejudicados.

Diante dessa conjuntura, problematiza-se, especialmente, os recursos para a Extensão, a qual também vem sofrendo cortes sendo o principal deles, o término da única política de financiamento que havia até então: o Programa de Extensão (ProExt), promovido por meio de editais lançados anualmente pelo Ministério da Educação. Assim, as instituições passaram a ter que utilizar exclusivamente seus recursos orçamentários para fomento da Extensão, limitando ainda mais as perspectivas de cumprimento do seu papel social

A Extensão no Brasil, mesmo sendo regulamentada, ainda carece de maiores investimentos. Isso tem gerado pouco interesse por parte da comunidade acadêmica, visto que a pesquisa logra maior investimento e status com a iniciação científica na graduação e no âmbito dos programas de pós-graduação.

Nesse contexto das políticas públicas, é visível que a Extensão Universitária

precisa galgar prioridade de implementação. Legalmente, o tripé ensino, pesquisa e Extensão são indissociáveis e fundamentais na formação profissional.

A função da Extensão no contexto das universidades brasileiras é de suma importância, apesar dos enfrentamentos vividos devido às políticas públicas de cunho neoliberal.

No momento atual, em que a universidade pública sofre as mais duras ameaças, as principais abordagens e características do desenvolvimento da Extensão Universitária no Brasil perdem espaço diante da voracidade da lógica mercadológica. A força do paradigma de mercado inspira as ações universitárias sem preocupações em fundamentar as mesmas para além dos critérios do mercado. (FREIRE, 2011, p. 139).

Entretanto, diminuir os investimentos na educação superior pública implica na fragilização da Extensão Universitária. Santos (2004) destaca a importância que a Extensão Universitária vem adquirindo no contexto atual:

A área de Extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de Extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de Extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. (SANTOS, 2004, pp. 53-54).

Assim, o autor, há mais de dez anos, sinaliza a problemática em relação à Extensão bem como a importância do seu papel. As “implicações no currículo e nas carreiras dos docentes” são uma realidade que desafiam a gestão universitária. Assim, a Extensão engloba, além de políticas públicas, habilidades de gestão para implementá-las de maneira que agreguem qualidade à educação superior, conforme discussão na próxima seção.

3.4 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A GESTÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A gestão universitária objetiva a otimização dos recursos humanos, físicos e financeiros para o cumprimento de uma missão institucional. Cabe às instituições de educação superior oferecer, com o máximo de eficiência e qualidade, a formação profissional, o desenvolvimento da pesquisa, da tecnologia e a Extensão do conhecimento produzido à sociedade.

O conceito de gestão universitária envolve instituições em que a educação tem lugar e seu(s) objetivo(s), compreendem pressuposições sobre a pesquisa, ensino, Extensão e princípios de organização (FRANCO, 2007). Resulta, também, de um novo entendimento a respeito da condução dos destinos das organizações educacionais, que leva em consideração o contexto geral em relação às suas especificidades, de modo a promover maior efetividade do conjunto (LUCK, 2007).

Pelo menos três dimensões podem ser consideradas para uma boa prática de gestão nas IES: a dimensão pedagógica referente à organização do ensino; a dimensão administrativa que promove as condições para que o ensino aconteça; a logística de infraestrutura, dos recursos humanos e financeiros e a dimensão política, caracterizada pela participação de toda comunidade envolvida na construção dos processos de decisão, ou seja, a gestão democrática.

O modelo de gestão universitária é representado nos documentos oficiais que pontuam as diretrizes para cada instituição (estatuto, plano de desenvolvimento institucional, projeto pedagógico institucional e regimento geral), com base na missão e nos objetivos da instituição. A política universitária de ensino, pesquisa e Extensão também é organizada com base nos valores e crenças idealizadas pelos seus gestores e posta em prática pela comunidade universitária.

Um dos grandes desafios das universidades públicas é a excelência em sua gestão, de modo a conferir a qualidade na educação superior ofertada. O termo “qualidade” tem como sinônimo a excelência, a qual sempre aponta para o máximo, para o melhor. Também pressupõe requisitos mínimos ou padrões desejáveis a serem alcançados (CUNHA, 2016).

Nesse contexto, as instituições de educação superior vem adaptando-se às exigências do campo econômico e das agências multilaterais, cuja orientação está ancorada nos conceitos de eficiência, governança, competitividade e produtividade, os quais visam a otimização dos recursos públicos.

Os organismos multilaterais (UNESCO e OCDE) definem a qualidade da educação através do paradigma insumos – processos - resultados. Nesse ponto de vista, a avaliação é fundamental para determinar a qualidade da educação. Por esse motivo, observa-se uma série de avaliações em larga escala no Brasil, que abrangem desde os anos iniciais até a educação superior. Essa “mensuração” da qualidade educacional vai servir para que sejam propostas políticas educacionais, bem como para financiá-las. Tal ideia foi contraposta por Lunardi (2012, p. 72):

A qualidade na educação superior não se expressa simplesmente nem se esgota na relação entre insumos e quantidade dos produtos. Dimensões pedagógicas, científicas, técnicas, éticas, políticas, econômicas, e tantas outras que constituem o humano, são co-essenciais no complexo fenômeno da qualidade educativa e a muito pouco deles cabe indicadores que se centram no formal, no burocrático e no operacional.

Nessa direção Gadotti (2013) aponta que o conceito de qualidade é dinâmico e pode ser alterado conforme o contexto. No entanto, discorda que a qualidade da educação possa ser mensurada apenas por seus resultados, pois, em seu entendimento, a qualidade é condicionada às condições que são dadas para obtê-la.

Segundo Morosini (2009, p.3) “as teorias organizacionais de administração universitária concebem a qualidade como um processo caracterizado por um conjunto de fases: planejamento, ação, avaliação e promoção”. A mesma autora também aponta que a tendência da concepção de qualidade está atrelada ao compromisso com o desenvolvimento humano e social.

O artigo 3º, inciso IX, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96, indica a “garantia do padrão de qualidade”, embora não defina qual seria esse padrão. No artigo 43, inciso IV da lei supramencionada, que trata da educação superior, depreende-se que todas as atribuições ali dispostas seriam um parâmetro para a qualidade e dentre estas está a difusão de cultura, prestação de serviços à comunidade, a promoção da Extensão aberta à participação, difundindo conquistas e benefícios gerados na instituição.

Para esta pesquisa adota-se como conceito de qualidade educacional, a excelência de resultados advindos dos esforços de uma gestão qualificada e comprometida com a instituição educativa. Sander (2007) corrobora com essa ideia ao afirmar que a qualidade da gestão educacional pode ser referenciada por sua eficiência, eficácia, efetividade e relevância. Os modelos são apresentados e

caracterizados resumidamente da seguinte forma:

Eficiência – critério econômico que traduz a capacidade administrativa de produzir o máximo de resultados como mínimo de recursos, energia e tempo; eficácia é o critério institucional que revela a capacidade administrativa para alcançar metas estabelecidas ou resultados propostos; efetividade – critério político que reflete a capacidade administrativa para satisfazer as demandas concretas feitas pela comunidade; relevância – critério cultural que mede o desempenho administrativo em termos de importância, significação, pertinência e valor. (SANDER, 2007, p.75-83).

Nesse sentido, Juliatto (2005) também afirma que a qualidade em organizações de educação superior, necessita derivar para ação concreta e para resultados. O autor categorizou indicadores para aferir a qualidade: insumos, processo e produto. No indicador insumos são avaliados: missão institucional, ambientes de vivência estudantil, recursos financeiros e qualidade dos alunos matriculados. Em termos de processo são considerados: a estrutura institucional, envolvimento do estudante, interação aluno-professor, esforço do aluno, acesso ao conhecimento, grau de exigência, ensino competente e projeto pedagógico. O produto é necessário ser aferido pelos critérios da missão institucional e resposta da clientela.

A gestão universitária precisa dar conta de, ao longo do tempo, construir indicadores de qualidade para as ações de Extensão Universitária. Esses indicadores são construídos a partir da avaliação das ações extensionistas, os quais servirão para a elaboração de políticas de Extensão bem como para a definição de matriz orçamentária.

O SINAES conceitua como indicadores: “[...] aspectos qualitativos e quantitativos, que possibilitam obterem-se evidências concretas, que, de forma simples ou complexa, caracterizam a realidade dos múltiplos elementos institucionais que retratam” (SINAES, 2004, p. 14).

Para que proposta de avaliação com base em indicadores seja desenvolvida, é necessário que a área da Extensão construa indicadores auditáveis (possíveis de verificação), mensuráveis (valores numéricos) e comparáveis (indicadores únicos ou similares para todas as IES), de modo a conferir legitimidade ao processo. (DALBEN e VIANNA, 2008, p. 34).

Lunardi (2012) destaca os indicadores de qualidade da gestão universitária, conforme segue no quadro abaixo:

Quadro 8 – Indicadores de qualidade da gestão universitária

Categorias temáticas	Indicadores de qualidade
1. Qualidade na Gestão do Projeto e do Planejamento Institucional - Trata da identidade, missão e compromissos da IES e de ações direcionadas para a sustentabilidade e otimização institucional.	Projeto Institucional Gestão Democrática Sustentabilidade Institucional de Planejamento, da Estrutura Física e dos Quadros de Pessoal Estrutura Informacional
2. Qualidade na Gestão Financeira Compreende a sustentabilidade e a autonomia em procedimentos financeiro-orçamentários.	Sustentabilidade Financeira Autonomia em Procedimentos Financeiros
3. Qualidade na Gestão da Formação e do Ensino Abrange políticas decisórias nas estratégias de formação e de articulação entre níveis, conhecimentos, qualificação docente, carreira e empregabilidade de egressos e seus impactos.	Sistema Político-Decisório de Formação Articulação Níveis e Conhecimentos Estratégias de Formação/Ensino Qualificação do Corpo Docente Construção Carreira/Empregabilidade Impacto Econômico e Social
4. Qualidade na Gestão da Pesquisa: Compreende a articulação do conhecimento e transformações globais e locais, o desenvolvimento de tecnologias responsivas às demandas, a aproximação universidade e sociedade e a melhoria da qualidade de vida.	Sistema Político-Decisório Desenvolvimento da Pesquisa Sustentabilidade da Pesquisa Socialização do Conhecimento
5. Qualidade na Gestão da Extensão e de Serviços da Universidade - Efetiva-se na compatibilização entre qualidade acadêmica e compromisso social, no desenvolvimento cultural, técnico e científico para uma sociedade mais justa.	Sistema Político-Decisório Responsabilidade Social Compromisso Social Políticas e Práticas de Inclusão Cooperações e Parcerias
6. Qualidade na Gestão do Atendimento ao Aluno Envolve o que permite ao estudante ingressar, permanecer na IES e concluir o seu curso.	Acesso/Permanência do Estudante na IES Programas de Mobilidade Estudantil Políticas /Programas de Inclusão Políticas Formação Continuada– Egressos
7. Qualidade na Gestão da Avaliação da Universidade - Referente aos processos de avaliação da atuação da Instituição e o seu sistema político- decisório institucional ligado à avaliação (interna e externa, e autoavaliação) da Universidade.	Sistema Político-Decisório Institucional de Avaliação Avaliação Institucional Interna/Externa Auto Avaliação da Universidade

Fonte: (LUNARDI, 2012, p.95).

O ponto nº 5 trata da qualidade na Gestão da Extensão e de Serviços da Universidade, considerando como indicadores: Sistema Político-Decisório; Responsabilidade Social; Compromisso Social; Políticas e Práticas de Inclusão; Cooperações e Parcerias.

Nesse sentido, Franco (2011, p. 312) fala sobre a qualidade da gestão da Extensão Universitária:

A qualidade da gestão das relações da universidade com a sociedade se

efetiva através do equilíbrio entre a qualidade acadêmica e o compromisso social, ou seja, a universidade precisa manter-se como uma instituição social comprometida com o desenvolvimento cultural, técnico e científico para a construção de uma sociedade mais justa.

Para a gestão da Extensão Universitária, a Universidade também precisa estabelecer seus parâmetros de qualidade. Assim, em primeiro lugar é necessário determinar qual concepção de Extensão será adotada. O segundo passo é regulamentar a Extensão e, o terceiro, é então executar sua gestão. Destaca-se que gestão da Extensão é complexa e abrange a gestão acadêmica, a gestão política, a gestão de pessoas, a gestão de infraestrutura e a gestão de processos (MEIRELES, 2013).

A gestão acadêmica trata-se de garantir que ocorra a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da Extensão, com uma relação consolidada entre universidade e sociedade. Partindo disso, são elencadas as prioridades de projetos e programas que atendam a essa demanda.

A gestão política é conduzida pelas Pró-Reitorias de Extensão mediante regulamentação e plano de gestão e a gestão de pessoas considera todos os segmentos envolvidos: estudantes, docentes, técnicos administrativos e comunidade externa. É importante valorizar a participação de cada pessoa desde o planejamento das ações de Extensão até a divulgação dos seus resultados.

Em relação à gestão de infraestrutura é preciso considerar a disponibilidade de espaço físico, transporte de alunos, alimentação, material de consumo, etc. E a gestão de processo alinha-se sempre aos objetivos da Universidade.

A qualidade da Extensão Universitária também está presente no Plano Nacional de Extensão (PNExt, 1999), o qual tem como objetivos tornar permanente a avaliação da Extensão Universitária bem como criar condições para a participação da comunidade na elaboração das políticas públicas. Assim, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão elaborou uma proposta de avaliação das ações de Extensão seguindo a abordagem: compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de Extensão; o impacto das atividades de Extensão junto aos segmentos sociais; os processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades extensionistas (FORPROEX, 1999).

De acordo com a Política de Extensão da UFSM (2008), os instrumentos de avaliação das ações de Extensão seguem a proposta do diagnóstico da Extensão Universitária brasileira, desenvolvido por uma comissão no FORPROEX e orientado

em cinco dimensões:

Quadro 9 – Dimensões da avaliação da Extensão

Dimensões	Descrição
Dimensão 1	Política de gestão
Dimensão 2	Infraestrutura
Dimensão 3	Relação universidade-sociedade
Dimensão 4	Plano acadêmico
Dimensão 5	Produto acadêmico

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Para cada uma destas dimensões são definidas categorias e indicadores, a serem avaliados sob os aspectos qualitativos e quantitativos. São também apontados os procedimentos metodológicos, as técnicas e as possíveis fontes de informação. Com base em critérios técnicos, quantitativos e qualitativos, a avaliação ocorrerá interna e externamente. Nesse sentido, sugere-se que a avaliação da Extensão abarque um processo de medição considerando metas e resultados efetivos (UFSM, 2008).

O Plano Nacional de Extensão detalha o que é necessário ser observado em cada dimensão. Em relação aos aspectos quantitativos, são contabilizados: nº de projetos desenvolvidos, público estimado, nº de eventos realizados, público beneficiado, tipos de cursos de Extensão realizados, nº de produtos elaborados, prestação de serviços realizados e nº de municípios atendidos.

Na política de gestão são examinados: a política de Extensão, as concepções de Extensão, os órgãos colegiados de Extensão, as resoluções e normas, integração entre as ações de Extensão, graduação e pós-graduação, informatização dos dados e dos processos de operacionalização da Extensão, sistema de acompanhamento e avaliação. No quesito relação universidade-sociedade são analisados: parcerias institucionais relativas à Extensão, clientela atendida, participação da comunidade na gestão da Extensão, apropriação por parte da comunidade de tecnologias e metodologias desenvolvidas na ação extensionista no redimensionamento da universidade. Em relação ao plano acadêmico são apreciados: a interface entre ensino, pesquisa e Extensão, formas de aprovação, acompanhamento e avaliação das ações de Extensão, critérios para distribuição dos

recursos aos programas de acordo com a política de Extensão, formas de realização da Extensão que indiquem o perfil das unidades acadêmicas e da instituição, Extensão enquanto formação acadêmica. Finalmente, no quesito produção acadêmica é necessário ser mensurada a produção intelectual decorrente das práticas extensionistas.

Domingues (2016) traz uma proposta de instrumento de avaliação da Extensão Universitária para a UFSM, considerada relevante para a gestão da Extensão na instituição. A referida asserção foi fundamentada na opinião de especialistas, na Política de Extensão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSM, nos modelos de apoio, como os utilizados nas Universidades do Minho e Coimbra, ambas de Portugal e pelos resultados de sua pesquisa.

Figura 3 – Elementos-chave para a elaboração de instrumento de avaliação da extensão



Fonte: Domingues (2016)

Na referida proposta, a avaliação interna das ações de extensão ocorre

através de um sistema interno de avaliação, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão, no qual os instrumentos de avaliação sejam elaborados e aplicados de forma dinâmica e participativa. Já a avaliação externa das ações de extensão é realizada por uma comissão externa de avaliação, promovida pela Agência Nacional de Extensão. Destaca-se, nessa direção, que a avaliação da extensão é uma função que cabe à gestão sendo fundamental para a manutenção de sua qualidade.

Conforme observado, a gestão da extensão é uma das esferas da gestão universitária, a qual envolve uma série de saberes conceituais e procedimentais que devem ser apropriados pelos gestores acadêmicos. Defende-se que quanto mais qualificada for a gestão, melhor serão os resultados da extensão à comunidade.

Ainda em relação à extensão e à qualidade na educação superior, evidencia-se como contexto emergente na universidade a internacionalização, da qual diante da demanda, buscou-se, na próxima seção, discutir as políticas linguísticas.

3.5 INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

A língua estrangeira colabora na formação complexa do indivíduo, aproximando-o a outras culturas e modos de viver. Aprender línguas estrangeiras é indispensável para a sociedade global, uma vez que, saber um idioma, é algo que encurta distâncias, aproxima pessoas, mercados e potencializa o acesso universal à informação e ao conhecimento.

A aprendizagem de uma língua estrangeira é diferente da aprendizagem de outras disciplinas, principalmente pelo seu caráter social, que prevê a interação, direta ou indiretamente, do indivíduo com povos e culturas diferentes da sua. Estando contemplada na área de conhecimento das ciências humanas, a aprendizagem de uma língua adquire um caráter individual e único, já que exige processos cognitivos ligados à experiência de vida de cada indivíduo. Conhecer a comunidade na qual a língua-alvo está inserida é imprescindível, principalmente, se considerarmos a língua como um dos códigos que melhor representa a cultura de um povo. (BERGMANN, 2006, p.64).

Em quase todos os setores da sociedade e da economia cresceu a pressão para se acompanhar as atuais tendências globais desta área para não perder terreno no âmbito competitivo da economia mundial, onde a obrigação de aumentar a produtividade elimina, a cada dia, milhares de postos de trabalho menos

qualificados. Portanto, durante as últimas três décadas, conhecimentos em línguas estrangeiras tornaram-se imprescindíveis tanto para os indivíduos quanto para as empresas (WEININGER, 2008).

A Associação de Linguística Aplicada no Brasil (ALAB) produziu cartas, no Encontro Nacional sobre Política e Ensino de línguas estrangeiras, discutindo a necessidade de uma política linguística como direito dos cidadãos brasileiros: todo o cidadão brasileiro tem direito de ser preparado para o mundo multicultural e plurilíngue por meio da aprendizagem de línguas estrangeiras; há um anseio da sociedade contemporânea em adquirir o conhecimento linguístico para interagir com o mundo intra e além fronteiras; a sociedade brasileira não deseja o monopólio de um idioma estrangeiro; o aluno tem direito a um ensino de línguas de qualidade (ABREU-e-LIMA et al, 2016).

Em termos de políticas linguísticas no Brasil, Sousa e Soares (2014) apontam que:

a) a língua não é apenas um instrumento de inclusão, mas também de exclusão social, principalmente para aqueles que não dominam “a língua” reconhecida na sociedade; b) a intervenção na língua pode ser utilizada como um meio para se atingir determinados fins, ou seja, a política linguística pode se constituir como um instrumento para o alcance de objetivos políticos, econômicos, ou de outras ordens (e.g.: a política pombalina); c) a necessidade de policiar, controlar uma língua caracteriza também nossa cultura linguística, definindo valores, preconceitos, restrições em relações às línguas e suas variedades. (SOUSA E SOARES, 2014, p. 103).

Conforme os autores citados, a língua não é um instrumento politicamente neutro, uma vez que pode incluir ou excluir pessoas de oportunidades que só podem ser acessadas mediante o domínio de certo idioma. Além disso, também pode ser utilizada para alcançar determinados interesses que nem sempre serão comuns a todos.

Nessa direção, observa-se a importância das políticas linguísticas para a sociedade, pois ao olhar para a realidade da educação brasileira, constata-se que o ensino das línguas estrangeiras apresenta lacunas, especialmente na educação básica, cujos efeitos refletem na educação superior. Abreu-e-Lima et al (2016, p.26) constata que:

[...] a desvalorização da língua estrangeira no sistema educacional brasileiro vem sendo “construída” ao longo de sua história, seja por ausência de

políticas ou por políticas equivocadas, ou, até mesmo, pela falta de ações concretas articuladas com as definições legais.

Uma formação deficitária em língua estrangeira na educação básica torna necessária uma complementação de estudos durante a educação superior, considerando a globalização do mundo e do conhecimento.

Historicamente, a universidade contava que seus alunos ingressassem com as habilidades e competências mínimas para o desenvolvimento de atividades científicas e a língua estrangeira (LE) assumia um papel secundário ou era considerada uma responsabilidade exclusiva do próprio corpo docente. Em tempos de globalização e de internacionalização, no entanto, a universidade reconhece que ações precisam ser estimuladas, visando ao desenvolvimento das línguas estrangeiras como veículos para acesso ao conhecimento produzido e, de modo especial como meios para divulgação da ciência brasileira e para sua inserção no contexto internacional. (ABREU-E-LIMA et al, 2016, p. 20-21).

Nos anos 90, os processos de globalização econômica e cultural deixaram suas marcas na sociedade. Dentre elas está a necessidade de competências específicas em línguas e culturas estrangeiras para segmentos profissionais mais variados, muito além das áreas tradicionalmente ligadas ao comércio internacional. Para, além disso, a internacionalização na educação superior é uma demanda emergente com vistas a promover a circulação internacional de conhecimentos e pesquisadores.

A internacionalização enfatiza o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas. Morosini (2006) publicou um estado do conhecimento sobre internacionalização na educação superior e aponta alguns autores com diversas concepções similares como Bartel (2003), Green e Bayer (2001), Marginson e Rhoades (2002), Green e Eckel (2002). Em suma, todos os conceitos de internacionalização remetem ao processo de globalização gerado pelo capitalismo, representado na figura 4.

A internacionalização, então, seria a livre circulação da ciência e tecnologias entre os países ou, em outras palavras, o processo de globalização do conhecimento científico. A mobilidade acadêmica tanto para o exterior quanto para a recepção de estrangeiros, a publicação de trabalhos em outras línguas, as redes de interlocução entre as universidades no mundo fazem parte do processo de internacionalização da educação superior.

Figura 4 – Fluxograma da relação conceitual de internacionalização



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Diante dessa demanda, a internacionalização tem sido um tema cada vez mais emergente, uma vez que tem sido considerada como um dos indicadores de qualidade nas universidades (MOROSINI, 2012).

Coutelle (2015) atesta que o interesse internacional, materializado pela presença cada vez mais constante de agências de vários países no Brasil, tende a impulsionar o movimento de internacionalização no âmbito de instituições, sejam elas públicas ou privadas. Para as IES, o processo só tende a gerar valor, pois, segundo ele, as instituições com programas bem estruturados ganham pontos nas avaliações do Ministério da Educação e nos diversos rankings privados, além de aumentar a procura dos alunos pela oferta de uma formação mais completa, inclusive com horizontes profissionais fora do Brasil. Conclui o autor que as parcerias proporcionam o intercâmbio de ideias, pesquisas inovadoras e soluções para problemas mais complexos, o que impacta diretamente a qualidade das experiências acadêmicas.

Verifica-se a preocupação com a melhoria de qualidade da educação, considerando que nas últimas décadas no mundo inteiro está acontecendo um movimento de internacionalização na educação superior que, conseqüentemente, está envolvido com a qualidade da educação entendendo-a como pilar para a formação e atuação profissional. (DALLA CORTE, 2011, p. 60).

A internacionalização vinculada à qualidade do ensino superior significa, na prática, que quanto mais o conhecimento produzido nessas instituições é

globalizado, maior é sua qualidade acadêmica. Assim, o acesso ao conhecimento produzido nas academias pelo mundo, dá maior consistência às pesquisas e agrega valor a essas.

Nessa direção, os idiomas são a base estruturante da internacionalização das IES os quais permitem, dentre outros fatores, divulgar as pesquisas do Brasil para o mundo. Segundo Finardi (2016), apesar do Brasil ser o país com a 13ª maior produção acadêmica do mundo, essa produção raramente tem impacto internacional já que é produzida em português e circula internamente ou em países que falam o idioma.

Diante da possibilidade de mobilidade em que estudantes e pesquisadores buscam a qualificação de conhecimentos, bem como a participação com equidade dos universitários brasileiros nesse novo fluxo da internacionalização, a qual depende de políticas de fomento à qualidade do ensino de línguas estrangeiras.

Em 2011, o governo lançou o Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), com a função de “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (BRASIL, 2011).

O Programa projetou a concessão de 101.000 bolsas em quatro anos (2012-2015) para estudantes de graduação e pós-graduação. Durante o programa foram implementadas cerca de 95.000 bolsas, segundo banco de dados⁸ do CsF. As últimas chamadas do CsF ocorreram em 2015 para vigência em 2016 e, após, não houve continuidade do programa, possivelmente, por consequência do agravamento da instabilidade política e econômica do Brasil.

Ao implementar o programa Ciência sem Fronteiras (CsF), o governo deparou-se com o despreparo dos estudantes em relação à proficiência de línguas estrangeiras.

O despreparo dos estudantes para o intercâmbio internacional foi sentido de imediato, o germinar do CsF, pôs em evidência um cruel quadro de exclusão social conectado às desigualdades estruturais no país e à fragilidade do ensino de língua estrangeira. (BORGES 2016, p. 74).

Grieco (2015) constatou que boa parte dos bolsistas do CsF que estudavam no Canadá, não dominava a língua inglesa e precisaram aprimorá-la antes do início

⁸Banco de dados do CsF: mundo

das aulas de intercâmbio mediante cursos de imersão. Conforme Abreu-e-Lima (2016):

Com a implementação do Programa CsF, entretanto, várias questões emergiram ou tornaram-se ainda mais evidentes, tais como a falta de proficiência em língua estrangeira (ou língua adicional) do alunado brasileiro, a ausência de uma política de internacionalização da educação superior que contemple intercâmbios de alunos de graduação oriundos de outros países, aspectos curriculares e questões relativas a financiamento e infraestrutura das instituições visando a sua internacionalização, formação de professores e língua de instrução. (ABREU-E-LIMA, 2016, p. 20).

O Programa Ciências sem Fronteiras trouxe à tona um problema histórico de proficiência em línguas estrangeiras, o que, de certa forma, foi uma das dificuldades para a sua implementação.

A Tabela 1 demonstra, em ordem de bolsas concedidas, quais foram os destinos dos estudantes brasileiros pelo CsF, em países anglófonos, francófonos, lusófonos, dentre outros.

Tabela 1 – Distribuição das bolsas CsF, por país de destino, em 2013

País de destino	Total
Estados Unidos	5027
Portugal	2935
França	2692
Espanha	2464
Canadá	2145
Reino Unido	1939
Alemanha	1753
Austrália	884
Itália	679
Holanda	637
Brasil	600
Coréia do Sul	198
Bélgica	194
Suécia	86
Suíça	67
Dinamarca	56
Finlândia	49
Total geral	22405

Fonte: CAPES (2013).

A seguir, o Quadro 10 apresenta as línguas estrangeiras prioritárias conforme

principais os destinos da Tabela 1.

Quadro 10 - As 6 línguas estrangeiras prioritárias no CsF.

Prioridade	Língua estrangeira	Destino(s)
1º	Inglês	EUA, Reino Unido
2º	Francês	Canadá e França
3º	Português (europeu)	Portugal
4º	Espanhol	Espanha
5º	Alemão	Alemanha
6º	Italiano	Itália

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Nesse sentido, o MEC criou como política linguística de internacionalização, o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) que vem oferecendo cursos e testes de proficiência com o foco na mobilidade internacional dos estudantes. O IsF vem ofertando cursos de curta duração focados na mobilidade internacional dos estudantes. O IsF tem por objetivo:

Promover ações em prol da política linguística para a internacionalização do Ensino Superior Brasileiro, valorizando a formação especializada de professores de línguas estrangeiras. (MEC, 2016).

O referido Programa está presente em grande número de universidades federais e até o momento oferta os idiomas: alemão, espanhol, francês, inglês e italiano (MEC, 2016).

Ainda que a língua inglesa seja considerada por alguns pesquisadores (FONSECA 2016; BORGES 2016) como a língua oficial da internacionalização, não podemos nos limitar a formação dos acadêmicos apenas para esse idioma, visto que há um contexto internacional multilíngue, conforme mostra o quadro n. 10.

Nesse contexto, Finardi (2016) afirma ser necessária uma política multilinguística para garantir uma internacionalização plena. Segundo Finardi e Ortiz (2015), o multilinguismo tem relevância para: manutenção da coesão nacional e da paz internacional; no acesso à informação; na inclusão social dessa diversidade; no combate à comodificação da educação; na construção de uma cidadania e de uma pedagogia crítica e na circulação da produção acadêmica e internacionalização do ensino.

Na mesma direção, a UNESCO (2014) aponta que o multilinguismo é uma fonte de enriquecimento para indivíduos e sociedades, uma vez que promove o diálogo e o respeito pelas identidades, permite intercâmbios internacionais e facilita o acesso a outros sistemas culturais, científicos, econômicos e acadêmicos.

Diante disso, a maioria das universidades estrangeiras exige a proficiência da língua estrangeira do país de destino em, no mínimo, nível B2 (intermediário), conforme Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas, o qual serve como padrão internacional para descrever habilidades linguísticas, conforme apêndice 3.

A necessidade de constante qualificação discente e de estrutura multilíngue, em todos os setores da Universidade é um dos aspectos vitais para atender às demandas de internacionalização, como, por exemplo, as novas exigências do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, apresentadas a seguir.

A última alteração nas regras para a concessão de bolsas de doutorado sanduíche pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foi publicada no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2017, passando a exigir dos candidatos a proficiência linguística mínima. Essa exigência pode trazer impactos à procura pela bolsa Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, uma vez que demanda tempo de preparação para a realização dos testes de proficiência a fim de obter a nota mínima exigida pela Capes.

Assim, os alunos tem como possibilidades de formação em língua estrangeira, os cursos do IsF e também os cursos de extensão em idiomas nas IES. Enfatiza-se que o Programa IsF complementa as ações de Extensão em línguas estrangeiras nas Universidades Federais. Isso ocorre porque o IsF é focado na comunidade interna trabalhando com produção de gêneros acadêmicos e preparatório para testes de proficiências, enquanto os centros de línguas das universidades dedicam-se ao ensino de línguas mais tradicional, abordando as quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever), de forma integrada, atendendo também à comunidade interna e externa (ABREU-E-LIMA, 2016).

Neste sentido, as universidades federais necessitam manter suas ações de Extensão em língua estrangeira através de cursos presenciais e sequenciais, ensinando línguas e culturas estrangeiras, sendo parte da política linguística dessas instituições. Destarte, o Isf deve estar integrado a estes centros de línguas, somando-se às suas atividades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo apresenta-se os resultados da pesquisa e suas discussões que respondem aos três últimos objetivos propostos (p.20). O tratamento dos resultados foi realizado por meio da análise de conteúdo passando pelas fases: 1. Pré-análise; 2. Exploração do material; 3. Tratamento dos resultados através da inferência e da interpretação, conforme Bardin (2009).

A pré-análise consistiu na leitura flutuante e na organização dos dados obtidos a partir dos instrumentos de coleta. Os resultados dos questionários *on-line* foram tabulados em arquivo Excel e as entrevistas, gravadas a partir de aplicativo de celular, foram transcritas e armazenadas em uma pasta digital, ambos no google drive.

A exploração do material foi realizada através de leitura minuciosa dos dados, elaboração de gráficos referente às respostas do questionário e marcação das falas mais relevantes das entrevistas transcritas.

Para o tratamento dos dados, optou-se por organizá-los em três sessões sendo a primeira sobre o histórico dos cursos de Extensão em línguas estrangeiras da UFSM, a segunda sobre a situação atual da gestão administrativa e financeira desses cursos e a terceira sobre os indicadores de qualidade levantados na pesquisa. Durante a escrita, os dados foram interpretados e cruzados com diversas referências teóricas pertinentes aos assuntos abordados.

Com base na análise documental e de entrevistas, foi possível resgatar o histórico dos cursos de Extensão da UFSM para compreender como a extensão universitária veio se constituindo na área de ensino de idiomas, até o presente momento. Na análise e discussão dos resultados, os alunos foram identificados como Aluno A, B, C, etc; os gestores dos cursos do DLEM, denominados como Gestor Acadêmico 1, Gestor Acadêmico 2 e Gestor Acadêmico 3; os gestores universitários como Gestor Universitário 1 e Gestor Universitário 2.

Os dados obtidos na pesquisa também permitiram o levantamento dos desafios da gestão administrativa e financeira, bem como os indicadores de qualidade para a institucionalização dos cursos.

Diante desse contexto, formulou-se a proposta do Núcleo de Extensão em Línguas Estrangeiras (NELE), considerando as dimensões de avaliação da Extensão bem como os procedimentos necessários para sua institucionalização.

4.1 HISTÓRICO DOS CURSOS DE EXTENSÃO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UFSM

A história dos cursos de Extensão em línguas estrangeiras está atrelada ao histórico do curso de graduação em Letras da UFSM. O curso de Letras⁹ iniciou em 1961 com os cursos de Licenciatura em Inglês e Licenciatura em Francês. Conforme o projeto pedagógico do Curso de Letras, houve uma reestruturação do curso, alterando-os para Licenciatura Plena em Português e Inglês e Licenciatura Plena em Português e Francês. No ano de 1975, uma nova habilitação é implantada, Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

Em 1977, atendendo a políticas de ordem superior, com base no Parecer n°. 258/1976, foram instaladas, no Curso de Letras, as Licenciaturas de Curta Duração, com o oferecimento de 70 (setenta) vagas nas habilitações de Licenciatura Curta de Português-Inglês, Licenciatura Curta de Português-Francês, e Licenciatura Curta de Português, todas com as Respectivas Literaturas. Essas licenciaturas tinham por objetivo habilitar, em um curto prazo, professores na área de Letras para o ensino de quinta a oitava série, ou seja, Licenciatura de 1º grau. (UFSM, 2000).

Nesse contexto, foi fundado o Laboratório de Línguas (1977) como um espaço de apoio ao ensino audiovisual de línguas aos graduandos dos cursos de Letras, vinculado ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DLEM). O laboratório tinha uma estrutura com equipamentos e programas de gravação de voz para a prática oral de língua estrangeira para os alunos do Curso de Letras da UFSM. Na época, o LabLin era institucionalizado como um órgão suplementar do Centro de Artes e Letras e possuía orçamento próprio para sua manutenção. Aponta-se que hoje o LabLin perdeu o caráter de órgão suplementar, mas continua sendo utilizado como apoio tecnológico para as disciplinas dos cursos de Letras e para cursos de Extensão, sendo um laboratório de ensino, pesquisa e Extensão, porém sem dotação orçamentária dentre outros atributos administrativos.

Em 1980, foi criado o primeiro projeto do Laboratório de Línguas, denominado Clube de línguas, “com o objetivo de oferecer prática pedagógica aos alunos de Línguas Estrangeiras e ensino nessa área à comunidade universitária¹⁰” (LabLin, 2013) focado na sensibilização com a língua através da conversação. Eram ofertados cursos de inglês, francês, espanhol e alemão, no entanto não eram

⁹Informações coletadas no site do curso de Letras, na seção histórico: <http://coral.ufsm.br/letras/licenciatura/index.php/os-cursos/historico>

¹⁰Informações coletadas no site do Laboratório de línguas: http://coral.ufsm.br/lablin/?page_id=143

sequenciais por níveis, mas aulas de noções básicas dos idiomas. O público eram os alunos da UFSM de diversos cursos, porém as turmas eram pequenas, pois a ênfase era na formação dos alunos e não na Extensão, conforme relato a seguir:

[...] O clube de línguas sempre foi um curso de sensibilização, não era um curso completo com níveis e certificação, era um curso por semestre, com o objetivo de aprender o básico de língua estrangeira. Nunca foi um curso aberto à comunidade externa. (Gestor Acadêmico 3).

Ainda durante a existência do referido clube de línguas, em 1986, com base no Parecer n.º. 024/85 do CEPE da UFSM, foram suprimidas as Licenciaturas de Curta Duração com o restabelecimento de Licenciaturas Plenas: Licenciatura Plena em Português e Literaturas de Língua Portuguesa; Licenciatura Plena em Português/Inglês e Respectivas Literaturas; Licenciatura Plena em Português/Francês e Respectivas Literaturas.

Entretanto, no intuito de ampliar as oportunidades de aprendizagem de língua estrangeira aos seus alunos, a UFSM através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), chegou a despende de 1% (um por cento) do seu recurso orçamentário anual para pagamento de escolas privadas de idiomas na cidade de Santa Maria.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, até 1991, alocava uma verba correspondente a 1% do orçamento da UFSM para beneficiar cerca de 180 alunos contemplados com bolsas de línguas estrangeiras (alemão, francês e inglês), totais ou parciais, bolsas/verbas alocadas em três instituições particulares de línguas estrangeiras em Santa Maria. (DLEM, 1993).

Diante disso, o Gestor Acadêmico 3 relata que,

A Universidade estava alocando um recurso para instituições privadas quando ela tinha um Departamento de Letras Estrangeiras Modernas com professores de línguas estrangeiras com o interesse de oferecer para a comunidade línguas estrangeiras. (Gestor Acadêmico 3).

Apenas em 1992, foi criado o primeiro projeto de cursos de idiomas com foco na Extensão Universitária: o Projeto CELS: “Cursos de Extensão em Línguas Estrangeiras” que funcionou concomitante ao clube línguas, oferecendo formação sequencial em alemão, francês, espanhol e inglês para a comunidade em geral, em horários alternativos (como no intervalo do meio dia e à tardinha). Dentre os

objetivos do projeto estava tornar-se um laboratório “de modo a proporcionar uma vivência de prática de ensino aos graduandos do Curso de Letras – Línguas Estrangeiras” (DLEM, 1993).

No mesmo ano de criação do CELS, houve a 473ª reunião do Conselho Universitário para a elaboração do orçamento daquele ano, cuja verba para o programa de Bolsa de Línguas da PRAE foi reduzida para 0,04% do orçamento da UFSM¹¹, conforme registros documentais do DLEM:

De modo a que não ocorresse uma diminuição na quantidade de bolsas de línguas oferecidas, foi sugerido que o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas viabilizasse a execução do programa com a nova verba prevista, correspondente a 0,04% do orçamento da UFSM, verba está alocada na PRAE –projeto de Bolsa de Línguas, item Assistência a Estudante. Caso contrário, as instituições de línguas estrangeiras que até então executavam tais serviços, ver-se-iam na impossibilidade de continuar atendendo o mesmo número de alunos. Há ainda a ressaltar que as instituições de línguas estrangeiras recebiam a verba ao longo do ano todo independente de alunos desistirem ou serem reprovados ao passo que, no momento em que o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas passasse a ser o órgão executor do programa, o controle seria semestral. (DLEM, 1993).

Assim, o valor que era alocado para escolas privadas de idiomas foi suspenso e, a partir de então, foi reservada uma verba para o CELS¹², de acordo com a fala do Gestor Acadêmico 1:

Eles começaram com a criação de fundo financeiro, todos os centros universitários em comum acordo decidiram repassar ao CAL, mais especificamente ao DLEM, um pequeno percentual da verba de custeio para que o DLEM fornecesse cursos de línguas estrangeiras aos alunos carentes. (Gestor Acadêmico 1).

Com esses recursos, os cursos de Extensão do CELS eram mantidos sem nenhum custo à comunidade acadêmica. Os valores eram utilizados para pagamento de tutores, compra de material de consumo e material permanente. O CELS chegou a ofertar cerca de mil vagas à comunidade em apenas um semestre, abrangendo cinco línguas estrangeiras (alemão, espanhol, inglês, italiano e francês) (DLEM, 1993). Após a aposentadoria da professora que o havia fundado, o projeto CELS foi integrado ao Laboratório de Pesquisa e Ensino de Leitura e Redação.

¹¹ Parecer 03/92 relatado pelo prof. Roberto da Luz Júnior, Conselho Universitário nº. 296/91 e Protocolo Geral – Proc. nº. 026108/91-77.

¹² O CELS na época chegou a ser um projeto institucionalizado, não como unidade administrativa, mas possuía regimento próprio, funcionando por aproximadamente quinze anos.

O Laboratório de Pesquisa e Ensino de Leitura e Redação (LabLeR) foi inaugurado em 1997, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), também como uma opção de formação complementar para que alunos do curso de Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM pudessem vivenciar na prática a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e Extensão na área de Linguística Aplicada. Esse laboratório passou a gerenciar o projeto CELS e o projeto LinC “Línguas no campus”, ambos os projetos de Extensão. Mais adiante, o projeto CELS foi extinto, permanecendo somente o projeto LinC.

Outros fatos influenciaram na oferta de cursos de Extensão do DLEM, como a criação do curso noturno de Licenciatura Plena em Espanhol e Literaturas (1994) e a extinção do curso de licenciatura em Português/Francês e respectivas Literaturas (2002). Assim, permaneceram três cursos de licenciaturas em Letras: Português, Inglês/Português e Espanhol e suas respectivas literaturas o que justifica o porquê de atualmente serem oferecidos cursos de Extensão, majoritariamente, em Inglês, Espanhol e Português como língua estrangeira.

Por fim, os cursos de idiomas ligados ao DLEM foram reunidos em um projeto único, a partir de 2008, mediante convênio firmado com a FATEC, transformando-se em Projeto Integrado do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. Conforme relato do Gestor Acadêmico 1: *“Com a reestruturação da FATEC, O DLEM decidiu fazer um programa guarda-chuva, onde todos os projetos de idiomas ficaram dentro desse programa”*. O projeto tem como fontes de financiamento o recurso da PRAE para alunos com benefício socioeconômico e os recursos provenientes da cobrança uma taxa aos estudantes, a qual é intermediada em convênio com a FATEC¹³.

Para o Gestor Acadêmico 2, o convênio estabelecido com a FATEC permite manter os cursos com baixo custo para a comunidade, já que não é possível oferecer vagas gratuitas a todos os alunos, exceto àqueles com benefício socioeconômico:

[...] o que a gente faz via um projeto integrado que é registrado na FATEC a gente abre com um valor bem insignificante para cobrar dessa comunidade, que é um valor que vai ser retribuído na forma de bolsas para os alunos e para suprir o financiamento do material didático que é entregue ao aluno. Então a gente cobra um

¹³ Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência é uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada à Universidade Federal de Santa Maria.

valor de inscrição, mas que é bem insignificante se comparado a outros cursos oferecidos na cidade, pelo valor do curso de línguas. (Gestor Acadêmico 2).

Nesse contexto, o projeto integrado do DLEM reuniu cinco projetos de Extensão: Projeto Ensino, aprendizagem de línguas estrangeiras modernas: “atividades alternativas de sensibilização - Proletras, Projeto Línguas no Campus - LinC, Projeto Laboratório de Ensino de línguas *on-line* - LabEon), Centro de Estudos sobre Prática Linguística e Culturais (Entrelínguas) e Centro de Ensino e Pesquisa de Línguas Estrangeiras Instrumentais (CEPESLI).

O antigo Clube de línguas tornou-se o projeto Proletas, o qual propõe “a inserção do aluno no contexto do ensino, da pesquisa e da Extensão, e tem como princípio motriz assegurar um espaço acadêmico pautado no estabelecimento de uma rede de nexos e relações entre Língua, Literatura e Cultura” (DLEM, 2015). Oferta cursos de comunicação oral em nível básico de inglês e inglês para viagens.

O projeto LinC é executado pelo Labler e, atualmente, oferece cursos de inglês nas quatro habilidades níveis 1, 2 e 3. Também oferece cursos de leitura de gêneros acadêmicos. Serve como espaço de formação docente aos alunos do curso de Licenciatura em Letras- Inglês e Literaturas.

Com o advento das tecnologias na educação, surgiu a demanda de oferta de cursos semipresenciais e à distância mediados por plataforma moodle¹⁴ e computadores. Para suprir essa necessidade, foi criado em 2013, o Laboratório de Ensino e Aprendizagem de Línguas Online (LabEon) que passou a funcionar na sala do Laboratório de Línguas (LabLin), o qual oferta cursos de língua inglesa em nível básico, na modalidade à distância (EAD) e semipresencial à comunidade acadêmica e comunidade em geral. A partir de então, o LabLin foi reestruturado com novos equipamentos tecnológicos¹⁵ para suprir a demanda.

Com a criação do Curso de licenciatura em Espanhol, surgiu a necessidade de criar laboratórios que desenvolvessem ensino, pesquisa e Extensão na referida língua, bem como no português voltado para estrangeiros. Assim foram criados os laboratórios Entrelínguas e Cepesli.

O Laboratório Entrelínguas, criado em 2007, “tem oportunizado ao aluno de

¹⁴ Plataforma moodle: Moodle (Modular ObjectOrientedDistanceLEarning) é um sistema gerenciamento para criação de curso online. Esses sistemas são também chamados de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) ou de Learning Management System (LMS).

¹⁵ Computadores, som, projetores, notebooks e mobiliário.

Letras: o exercício da prática docente, bem como a experiência integrada de envolvimento em ações de pesquisa, ensino e Extensão; a prática de produção de material didático” (DLEM, 2015). Tal projeto desenvolve ainda, em parceria com a Secretaria de Assuntos Internacionais – SAI, da UFSM, cursos de português para estrangeiros e Espanhol para brasileiros. Também aplica o exame CELPE-Bras¹⁶ e o CELU¹⁷.

No período de 2009 a 2016, o Centro de Ensino e Pesquisa de Línguas Estrangeiras Instrumentais (CEPESLI) foi um “espaço dedicado ao ensino instrumental de línguas que oportunizou a professores e alunos o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e Extensão sobre o processo de ensino/aprendizagem de línguas” (CEPESLI, 2014)¹⁸. O Centro privilegiava o ensino de espanhol e português como línguas estrangeiras e um dos seus principais projetos de Extensão foi o Curso de Capacitação em Português como Língua Estrangeira para Agentes do Governo Uruguaio, com o intuito de dar-lhes condições de interagir melhor em português com brasileiros residentes ou de passagem pelo Uruguai. Em 2016, a professora responsável se aposentou e o laboratório Cepesli teve suas atividades suspensas. Portanto, atualmente, o CEPESLI não faz mais parte do projeto integrado do DLEM, o que representa uma perda para a comunidade em geral.

Além do projeto integrado, em 2016, o DLEM passou a oferecer cursos de Extensão em língua francesa devido a um acordo realizado em intermediação da Secretaria de Assuntos Internacionais (SAI), Programa Idiomas sem Fronteiras e a Embaixada da França no Brasil. Através do referido acordo, foram enviados professores nativos para o ensino de francês na UFSM, denominados “leitores”, para promover o ensino da língua francesa como Francês Língua Estrangeira (ensino das quatro habilidades), Francês para objetivos específicos e Francês para objetivos universitários aos estudantes do Curso de Letras e à comunidade acadêmica da UFSM (DLEM, 2016). No entanto, não existem garantias de que essa ação de Extensão vá permanecer, o que é preocupante devido à alta procura da língua francesa na UFSM e na comunidade externa.

¹⁶ O Exame para Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é o certificado brasileiro oficial de proficiência em português como língua estrangeira, obrigatório para intercambistas universitários no Brasil.

¹⁷ O CELU é Certificado de Español: Lengua y Uso, certificado de língua espanhola como língua estrangeira, obrigatório para intercambistas universitários em países de língua espanhola.

¹⁸ Informações coletadas no site do CEPESLI: <http://coral.ufsm.br/cepesli/>

Assim, observa-se que há continuidades e rupturas de boas práticas de Extensão ao longo dos anos que demonstram uma construção histórica e prática do DLEM em línguas estrangeiras, beneficiando a comunidade, especialmente a acadêmica. É necessário que o trabalho que vem sendo desenvolvido com o esforço de docentes, técnicos administrativos e estudantes tenha sua continuidade legitimada e uma das possibilidades seria através da institucionalização dos cursos na UFSM. Para isso considera-se necessário avaliar cada desafio que vem sendo enfrentado para a manutenção da oferta dos cursos, bem como sondar indicadores de qualidade objetivando sua institucionalização.

4.2 SITUAÇÃO ATUAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DOS CURSOS DE EXTENSÃO DO DLEM

Há muitos desafios que estão postos à gestão dos cursos de idiomas do DLEM observados pela autora, imersa nesse contexto de pesquisa. Dentre as fragilidades estão: dificuldades de gestão administrativa, especialmente na obtenção de recursos financeiros para pagamento de bolsas estudantis; a extinção ou enfraquecimento de bons projetos de Extensão quando o professor responsável se aposenta; limitações para compra de equipamentos e outros materiais de consumo e problemas de espaço físico para as aulas.

Os cursos de Extensão são oferecidos pelos quatro laboratórios do DLEM, cada um gerido por, pelo menos, um docente do mesmo departamento. Desde que ocorreu o contingenciamento de recursos para os cursos de idiomas, as docentes coordenadoras dos laboratórios e projetos de Extensão vêm se reunindo para discutir a distribuição dos valores entre os projetos.

Assim, os entrevistados a seguir apontam preocupação com a gestão financeira dos cursos de idiomas na UFSM:

O que tenho informação a partir da gestão do atual reitor é que essa verba que vinha de forma automática para o DLEM passou a ser “segurada” em nível de pró-reitorias. Como era um montante alto e houve diminuição geral das verbas nas universidades, a Pró-reitoria de assuntos estudantis passou a gerenciar esse recurso dentro das justificativas e necessidades comprovadas do departamento, dificultando muito. O recurso que a universidade passava para o DLEM foi diminuindo a cada ano. Acredito que nem a metade tem chegado ao departamento. Na verdade, a PRAE que não estava vinculada a esses cursos passou a ficar com esses recursos e não sei que destino está dando. Até onde sei os centros estavam liberando 0,02% dos seus recursos para os cursos de línguas. (Gestor Acadêmico 1).

Agora com essa questão de números limitados de vagas e cortes de orçamento, acho que a gente tá passando por um problema de aumentar a demanda de pessoas querendo ter um conhecimento da língua estrangeira mas a gente tem que diminuir essas vagas... Se tivéssemos mais recursos, acho que conseguiríamos atender um público maior em relação a isso porque antes a gente atendia todo mundo que vinha, agora temos que fazer uma seleção, um número X de pessoas acho que para nós um dos desafios é esse. (Tutor 2).

Os referidos recursos são transferidos, anualmente, pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) ao CAL, para pagamento de bolsas aos estudantes dos cursos de Letras que tutoram e monitoram os cursos para alunos com benefício socioeconômico. Conforme dados do SIE, observou-se que os recursos têm sofrido cortes, em torno, de 20% nos últimos anos, conforme tabela demonstrativa:

Tabela 2 – Recurso repassado pela PRAE nos últimos seis anos para fomento dos cursos de extensão

Ano	Valor repassado (R\$)
2013	64.000,00
2014	67.500,00
2015	60.000,00
2016	50.400,00
2017	53.600,00
2018	50.920,00

Fonte: Sistema de Informações Educacionais UFSM (2018).

Podemos verificar que houve um déficit em 2016, o que influenciou diretamente na oferta de turmas, diminuindo as vagas nos cursos de Extensão em idiomas, tornando necessária a união entre os gestores dos laboratórios para discutir maneiras de gerir melhor os recursos que, até então, trabalhavam de maneira mais individualizada. Em 2017, a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e a PRAE passaram a solicitar relatórios semestrais dos alunos matriculados e concluintes e, também, a relação de tutores/monitores pagos com as bolsas, pois só seriam financiados projetos que tivessem relevância de resultados para a Universidade e comunidade acadêmica, comprovados por relatórios numéricos, gerando uma função extra aos gestores do curso, conforme relato do Gestor Acadêmico 2:

Nesses últimos anos então sempre foi semestre por semestre negociado o que se torna um aspecto negativo, porque nós precisamos pensar semestre a semestre um ano todo e aí com isso limita muito também a questão de previsão, de quantos meses dá para pagar de bolsa o envolvimento que o aluno vai ter a gente precisa prever também quantos alunos estarão envolvidos então dessas questões que acabam aumentando um trabalho mais de gestão, de gerenciamento de todas essas informações (Gestor Acadêmico 2).

A dificuldade para conseguir as bolsas também, tivemos que fazer vários acordos, várias parcerias para que conseguíssemos crescer, pois parece que a demanda cresceu mas diminuiu o incentivo e o recurso para isso, então eu acho muito estranho isso. (Tutor 2).

A respeito dessa “negociação” com a PRAE pelos recursos da Bolsa Língua, houve uma reunião, em janeiro de 2018, da autora desta pesquisa, em seu cargo funcional, da gestora de curso do DLEM, com o Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e o servidor administrador da PRAE.

Na ocasião foram discutidas as dificuldades de liberação dos recursos para manutenção da oferta dos cursos de Extensão do DLEM. Em face do assunto, o pró-reitor afirmou que compreende a importância dos cursos de Extensão em língua estrangeira para a comunidade acadêmica da UFSM, no entanto, ressaltou que o contingenciamento de recursos ocorreu de uma forma geral na UFSM, afetando não apenas os cursos de idiomas, como também as ações de assistência estudantil. Também pontuou que os cortes no orçamento vão continuar e que é muito importante que os relatórios quantitativos sejam apresentados pela gestão dos cursos para prestação de contas dos recursos repassados.

Quanto ao histórico da bolsa língua, no que tange à contribuição financeira de todos os centros de ensino da UFSM nos anos 90, o pró-reitor desconhecia esta informação, afirmando que atualmente o referido recurso para as bolsas era suprido pelo orçamento da PRAE proveniente do recurso do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)¹⁹.

A interlocução da gestão dos cursos do DLEM com a PRAE se demonstra interessante no sentido de reforçar o compromisso que a UFSM mantém há mais de trinta anos com esses. A cada troca de gestão na PRAE percebe-se que o histórico dos recursos para a bolsa língua vai se perdendo e conseqüentemente os valores

¹⁹ O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES). O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

também diminuem, sendo necessário que a gestão dos cursos tenha que, todos os anos, reafirmar a importância desse investimento.

A solicitação de relatórios que comprovem as atividades dos cursos de Extensão, para liberação de recursos, está mais destacada na atual administração²⁰ da UFSM, a qual se infere que tem buscado uma gestão com foco em resultados, conforme Gomes (2009, p.14):

Em relação à gestão com foco em resultados,[...], a ênfase recai sobre o uso eficaz da informação, o estabelecimento de indicadores de desempenho e, enfim, a preocupação constante com o monitoramento e a avaliação do efeito dos serviços e políticas públicas visando ao aumento da eficiência, efetividade e “accountability” da gestão pública.

Diante dessa necessidade de eficiência da gestão pública, bem como da crise financeira que as universidades brasileiras têm enfrentado, buscam-se estratégias de gerenciamento dos recursos considerando as diversas frentes de trabalho da Universidade. No entanto, nem sempre há uma convergência dos interesses da gestão universitária com a gestão acadêmica dos cursos de Extensão, uma vez que existe um sentimento de que o incentivo da instituição para os cursos de Extensão só diminui, seja por meio dos escassos recursos ou pela burocratização que a PRAE definiu para liberá-los.

Conforme observado, existem divergências de visões entre gestores universitários e gestores acadêmicos, pois os gestores universitários têm uma visão específica que visa o cumprimento de normas e procedimentos enquanto os gestores acadêmicos estão mais voltados ao ensino, pesquisa e Extensão e consideram-os como prioridade.

Cabe destacar que a gestão universitária não pode deixar de priorizar o ensino de línguas sem a devida atenção, visto que colocou como uma de suas metas no PDI (2016-2026) da UFSM o processo de internacionalização que não ocorre sem a língua estrangeira, conforme fala do Gestor Acadêmico 3:

Não adianta projeto de internacionalização na universidade se não se pensar em oferecer língua estrangeira. Por exemplo, o aluno agora para concorrer à bolsa PIBIC já tem que ter proficiência em língua estrangeira e é iniciação científica. Ele vai ter que pagar um curso fora? Tendo uma universidade pública? A universidade tem que dar condições aos alunos de ter direito de concorrer uma bolsa. Mesmo que

²⁰ Reitor Paulo Burmann.

a universidade queira se internacionalizar só com o inglês, por decisões políticas, não atende a demanda! (Gestor Acadêmico 3).

Conforme relato acima, considera-se importante que a Universidade promova proficiência em língua estrangeira dos seus estudantes, uma vez que essa tem sido cada vez mais exigida desde os projetos de iniciação científica até as ações de internacionalização. Assim, as estratégias para promoção da língua estrangeira na UFSM seria por meio da Extensão Universitária e do Programa Idiomas sem Fronteiras (MEC).

Durante a pesquisa constatou-se que, até o presente momento, a UFSM não tem uma política linguística regulamentada, no entanto está em processo de organização de uma comissão de docentes para tratar deste assunto, o que atesta que existe uma preocupação dos gestores universitários com o ensino da língua estrangeira.

Nessa direção, aponta-se que a UFSM, para se alinhar com a proposta de internacionalização do PDI (2016-2026), poderá ampliar o ensino de idiomas por intermédio dos cursos de Extensão somando-se ao Programa Idiomas sem Fronteiras, já que as vagas no referido programa são limitadas.

O IsF surgiu como uma política pública para apoiar as universidades no desenvolvimento linguístico de seus alunos. A fim de minimizar os obstáculos relativos à proficiência em idiomas para a mobilidade acadêmica internacional, detectados por meio de um diagnóstico das dificuldades do Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), o MEC criou o Programa Inglês sem Fronteiras (2012) e, posteriormente, ampliou para Idiomas sem Fronteiras (2014). Após a extinção do CsF, o IsF permaneceu nas instituições de Educação Superior (ABREU-E-LIMA et al, 2016).

Acerca do impacto desse programa nos cursos de Extensão em língua estrangeira, o Gestor Acadêmico 2 aponta:

Quando surge o Idiomas sem fronteiras do MEC isso cria pra gente, eu diria que até dá uma crise, porque a gente não tem um centro de línguas institucionalizado e o idiomas sem fronteiras é um programa que deveria estar em concomitância com o centro de línguas até para poder absorver recursos humanos, oferecer mais línguas estrangeiras porque o IsF tem recurso pra isso né. Só que existe uma dificuldade de compreensão da própria universidade de qual é a importância da língua estrangeira na formação. (Gestor Acadêmico 2).

Num primeiro momento, percebe-se que o Programa Idiomas sem Fronteiras, por ter um financiamento muito superior aos cursos de Extensão da UFSM, soou como uma certa “ameaça” aos projetos de Extensão do DLEM. Ao comparar os valores de bolsas pagos aos tutores dos cursos de Extensão R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais e as bolsas pagas aos tutores pelo programa Idiomas sem Fronteiras R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais mensais), fica nítido que há uma discrepância de investimentos, o que desmotivou alguns gestores e tutores dos cursos de Extensão do DLEM, conforme relatos na sequência:

Na minha opinião, o idiomas sem fronteiras foi planejado sem investigar o contexto acadêmico atual,[...] haviam quatro cursos de Extensão sendo oferecidos, olha o impacto que teve, o idiomas sem fronteiras veio para essa universidade e desvalorizou esses quatro cursos de Extensão já existentes. (Tutor 1).

Eu acho que esse programa tem contribuído (idiomas sem fronteiras) pelas ações hoje, a maior visibilidade das diferentes línguas também a gente não tá falando só do inglês mas também tem uma grande procura por alemão, espanhol, francês, acho que está se encaminhando para isso e o que me deixa um pouco assustada é que se um núcleo (IsF) se torna esse espaço para estabelecer esse centro de línguas qual que vai ser o nosso papel de formação dos laboratórios? Em que medida a gente faz parte disso? É uma coisa que a gente precisa refletir, se juntar no sentido de juntar forças e não desestabilizar. (Gestor Acadêmico 3).

No sentido de minimizar os efeitos negativos dos IsF sobre os cursos de Extensão em idiomas, recentemente observou-se uma aproximação entre a gestão do IsF na UFSM e a gestão dos cursos de Extensão do DLEM, delimitando o papel de cada ação. Na ocasião foi estabelecido que os cursos de Extensão ofertariam nível básico e pré-intermediário e o IsF os níveis intermediários e avançados, pois a comunidade acadêmica apresentava dificuldades em discernir as diferenças entre os cursos de Extensão e os cursos do IsF.

Também foi proposto buscar a unificação da divulgação das ações realizadas, tanto dos cursos de Extensão quanto do IsF, o que indica um princípio de gestão democrática. No âmbito educacional, a gestão democrática tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando a garantir processos coletivos de participação e decisão (OLIVEIRA, 2010).

Nesse cenário, a tendência do Programa Idiomas sem Fronteiras é, cada vez mais, somar-se às ações de Extensão já exercidas pelas IES, no intuito de fortalecê-las e auxiliar na implantação dos centros de línguas nas IES que ainda não os

possuem. Conforme Portaria do MEC n. 973 de 14 de novembro de 2014, um dos grandes objetivos do Programa Idiomas sem Fronteiras é “contribuir para a criação, o desenvolvimento e a institucionalização dos centros de línguas nas IES, ampliando a oferta de vagas”.

Na mesma portaria também consta que cabe à Secretaria de Educação Superior (SeSu/MEC) “auxiliar as IES na institucionalização dos seus centros de línguas”, o que indica que os centros de línguas devem ser permanentes nas instituições de educação superior.

Nesse sentido, Abreu-e-Lima et al. (2016) realizaram um estudo do perfil da área de língua inglesa nas universidades federais brasileiras, no qual dentre as 63 (sessenta e três) universidades federais existentes, apenas 34 (trinta e quatro) delas, ou seja, 59% (cinquenta e nove por cento) das IES possuem centros de línguas. Esses dados demonstram que é necessário investimento e estímulo institucional para a formação de novos centros ou novas unidades de idiomas nas IES, de modo que os cursos sejam ainda mais inclusivos, permitindo que a comunidade acadêmica tenha acesso gratuito a esta formação, essencial para o processo de internacionalização (ABREU-E-LIMA et al., 2016, p. 73).

A diferença dos cursos de extensão oferecidos pelos centros de línguas e pelo IsF é o foco dos cursos. A UFSM oferece cursos de Extensão sequenciais ou cursos intensivos de nível básico e pré-intermediário, voltados para alunos iniciantes com nenhum ou pouco conhecimento da língua, correspondentes ao nível A1 do Quadro europeu comum de referência para línguas. Enquanto os cursos do IsF são mais específicos e temáticos, direcionados para alunos que já possuem nível básico de língua estrangeira (A1). Oferta cursos nos níveis A2, B1 e B2 do quadro de referência (apêndice 3).

Pelo IsF são ofertados cursos preparatórios para exames de proficiência, mobilidade acadêmica (para o aluno conseguir se comunicar ao chegar numa instituição internacional), compreensão oral (para que os alunos compreendam aulas ou palestras em língua estrangeira), compreensão escrita (leitura), produção oral (comunicação) para interações acadêmicas. Conforme argumenta abaixo, o Gestor Universitário 2, ambas ações (IsF e cursos de Extensão) são importantes para o processo de internacionalização da UFSM.

Os nossos alunos quando vão para exterior precisam ter proficiência em idiomas (B1), pois algumas universidades estrangeiras fazem essa exigência e para isso eles têm acesso aos cursos de Extensão do DLEM e também ao Programa Idiomas sem fronteiras. (Gestor Universitário 2).

O mesmo gestor também enfatiza que *“Num futuro centro de línguas o Idiomas sem fronteiras seria um apêndice, porque é um curso mais rápido.” (Gestor Universitário 2).*

[...] os centros tendem a se dedicar ao ensino da língua num formato mais tradicional, com as quatro habilidades integradas, atendendo a públicos diferenciados, muitas vezes em caráter extensionista, cuja demanda pela comunidade externa é sempre crescente. (ABREU-E-LIMA et al, 2016, p. 73).

Considerando essa demanda, chegou a ser elaborada uma proposta de um centro de línguas na UFSM por iniciativa da Reitoria e docentes do DLEM, a qual foi enviada ao MEC, mas que até o presente momento não foi concretizada, conforme relato do Gestor Acadêmico 2 e Gestor Universitário 2:

[...] O departamento de letras solicitou uma vez um projeto há muitos anos, não lembro agora exatamente o ano, mas foi logo que entrei, acho que 2013\2014 e a instituição que pediu esse projeto, foi feito todo um orçamento, mandado para a reitoria, encaminhado tudo que a gente precisava tanto em termos de infraestrutura quanto de docentes, que a gente precisaria mais de corpo docente porque se não, não teria como dar conta e infelizmente nós não tivemos retorno do que vai ser implementado ou não, até agora não recebemos nenhum retorno sobre isso. (Gestor Acadêmico 2).

[...] havia todo um movimento na formação de um centro de línguas inclusive me parece que foi produzido todo um estudo e um projeto e foi apresentado ao ministério da educação que na realidade nosso mantenedor é o MEC, se o MEC não mandar recursos, nós não temos como manter esses projetos institucionais, nós não temos como eventualmente captar recursos [...]. (Gestor Universitário 1).

Até o presente momento, o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas não recebeu um retorno oficial do MEC sobre o centro de línguas, apesar de ter auxiliado na elaboração da proposta. A consulta pública da proposta do centro de línguas elaborada pelo DLEM e outros órgãos da Reitoria não está disponível.

Ainda em relação à referida proposta, o Gestor Universitário 2 diz que:

[...] a proposta de um centro de línguas surgiu da necessidade ensino e aperfeiçoamento de todos os segmentos da comunidade acadêmica (professores, alunos e funcionários). Quando olhamos os professores que fazem parte de

programas de pós-graduação e os que têm experiência no exterior, nos assustamos, pois são poucos, e a grande dificuldade nisso tudo é a língua estrangeira. A proposta do centro de línguas foi elaborada em 2014 com apoio da reitoria, PRPGP, DLEM e SAI e foi enviada ao MEC, acredito que no futuro vai se concretizar. O MEC elogiou a proposta, no entanto alegou não ter recursos suficientes para esse investimento e como vemos, com o passar do tempo, os recursos só vem diminuindo. (Gestor Universitário 2).

A fala do referido gestor demonstra preocupação ao constatar que poucos docentes possuíam experiência no exterior e que a “barreira” para tal seria a língua estrangeira. Nesse contexto de internacionalização técnico-científica, o intercâmbio de conhecimentos constitui-se em um indicativo de qualidade da educação superior (MOROSINI, 2009).

Diante dos relatos supramencionados, identificou-se uma iniciativa institucional de formar um centro de línguas na UFSM, q nunca foi concretizada na UFSM, já que para seria necessário financiamento do Ministério da Educação, o qual alegou não ter recursos para tal. A reflexão segue, nesse sentido, em compreender por que há recursos para o Programa Idiomas sem Fronteiras e não há para a implantação de um Centro de Línguas na UFSM? Assim, tensiona-se qual a intenção do MEC em investir nos programas de governo? Não seria mais adequado fomentar a criação dos centros de línguas permanentes nas IES públicas?

O que se observa é que, ao longo dos anos, predominam políticas de governo e não políticas de Estado. A política de governo constitui-se no que é realizado unilateralmente por um governo em determinado período, já a política de Estado é resultado de uma tomada de consciência da classe política e da sociedade em determinado assunto, de tal modo que mesmo mudando o governo a ideia não é abandonada nem tem seus princípios distorcidos.

Oliveira (2011, p. 331) afirma que “A integração de uma sociedade depende do papel que exerce o Estado em relação aos seus cidadãos, ou seja, as políticas públicas e sociais que desenvolve e põe em ação.” Assim, complementa que:

As dimensões do Brasil e o desenho institucional conferido pelo sistema federativo em vigor, somados aos desafios urgentes de reduzir significativamente as desigualdades sociais e conseqüentemente educacionais, indicam que essa estratégia demanda políticas de Estado. (OLIVEIRA, 2011, p. 335).

Diante disso, assinala-se que a implantação de centros de línguas nas universidades demanda uma política de Estado. Tendo em vista a presente política

de governo, espera-se, ao menos, que se cumpra o que está registrado nas resoluções e editais do IsF:

O Programa visa, ainda, a contribuir para a criação, o desenvolvimento e a institucionalização dos NuLi-IsF e **articulação desses com os Centros de Idiomas já existentes nas instituições**, ampliando a oferta de vagas e fortalecendo o ensino de idiomas no país, bem como o de língua portuguesa do Brasil e cultura brasileira no exterior (MEC, 2017, grifo nosso).

Assim, os participantes da pesquisa justificam a importância da institucionalização dos cursos de extensão em línguas estrangeiras:

A gente tem muita gente qualificada, muita especialização, o que a gente não tem é uma unidade administrativa que congregue isso, que tenha uma estrutura de gestão, gestão administrativa e pedagógica para dar conta da oferta de língua estrangeira. (Gestor Acadêmico 3).

O relato acima sinaliza que não há um problema de qualificação de pessoal, mas sim de gestão administrativa, o qual poderá ser solucionado através da formação de uma equipe administrativa e pedagógica congregados em uma unidade administrativa.

Também argumentam a favor da institucionalização dos cursos de idiomas o Gestor Universitário 1, aluno X e Gestor Acadêmico 1, na sequência:

[...] Eu acho que primeiro tem que destacar que é fundamental que as instituições de ensino superior especialmente as universidades públicas, elas estruturam e tenham condições de ofertar permanentemente os cursos de línguas estrangeiras. [...] Eu penso que nós temos que avançar essa ideia de um centro de línguas na universidade mas que ele se constitua numa unidade administrativa, da mesma forma como nós instituímos a Incubadora Social na universidade, um regimento, e ela foi aprovada pelo conselho universitário e por sua vez o conselho definiu qual é o montante de recurso anual que essa unidade vai ter para executar os seus projetos, um centro de línguas tem que ter essa característica. (Gestor Universitário 1).

Acredito que deva ser consolidado o ensino de idiomas na UFSM, por meio de cursos fixos, ou seja, ofertas estabelecidas desde o início do ano e que ocorrerão ao longo do ano. É fundamental para os pesquisadores o estudo de outros idiomas, a UFSM só tem a ganhar (estudantes mais qualificados, pesquisas mais avançadas dando um espaço, regularizando os cursos de Extensão em línguas. (Aluno X).

Quando começou a expansão da universidade, várias vezes propus no DLEM, até uma comissão para criar um centro de cursos de Extensão. Na época isso seria possível com arrecadação própria dos cursos para construir prédio e contratar professores, mas nunca se teve uma unidade no departamento. Vejo um campo promissor, embora o tempo já passou, mas sempre vai ter clientela, apesar de haver

bastante competição com particulares. A universidade tem vantagem porque as pessoas que demandam os cursos já estão na universidade, além do espaço físico que a universidade possui. (Gestor Acadêmico 1).

O Gestor Acadêmico 1 destaca que tentou, em várias oportunidades, organizar uma comissão para criar um centro de línguas, mas que nunca houve um acordo no DLEM. O Gestor Universitário também reafirma a importância de um centro de línguas para a UFSM:

[...] O Centro de línguas é muito importante para a comunidade acadêmica, pois será um espaço para a pesquisa e para o ensino dos idiomas. Na verdade, um centro de línguas deveria ser mais ligado à pesquisa, e aperfeiçoamento pois ao entrar na universidade as pessoas já deveriam vir com o conhecimento de línguas do ensino básico [...]. (Gestor Universitário 2).

A fala desse Gestor Universitário salienta a fragilidade que existe, no ensino da língua estrangeira, desde a educação básica e que devido a isso tornou-se necessário a complementação de estudos em ensino da língua estrangeira na educação superior.

Outro relato a favor da institucionalização do ensino de idiomas destaca como benefício dessa a organização e a estabilidade da oferta de línguas estrangeiras na UFSM.

[...] Eu acho que a gente estaria com uma maior estabilidade, estaríamos mais organizados e acredito que haveria mais oportunidades tanto para comunidade acadêmica ou a comunidade geral da UFSM como pros alunos. Eu acho que no momento em que a gente se organiza, conseguimos fazer algo um pouquinho maior, a gente consegue desenvolver mais cursos, consegue-se organizar melhor em relação às salas de aula, uma infraestrutura conseqüentemente diferente e se tiver um funcionário a gente vai ter mais tempo ainda porque acaba que muitos bolsistas, como no meu caso, por exemplo eu sou administrativo, monitor e tutor. Para mim é muito bom passar por esses 3 estágios, mas agora parece que me falta tempo para desenvolver outras coisas, então acho que no momento que a gente se coloca como centro de línguas, a gente consegue mais oportunidades tanto pros alunos de graduação e pós-graduação quanto para a comunidade. (Tutor 2).

Ressalta-se também, como argumento pró-unidade de idiomas na UFSM, sobre como as dificuldades de infraestrutura têm sobrecarregado os tutores, que muitas vezes, acabam exercendo diversas funções, inclusive administrativas.

Acho que falta unidade, falta uma equipe gestora, falta um levantamento de demanda institucional de necessidades e interesses em língua estrangeira. Quando se oferece alemão ou francês a gente vê que fica faltando muitas vagas, o que demonstra que a comunidade acadêmica quer aprender língua estrangeira, no entanto a instituição não dá a importância política para isso. Não dá na Extensão, mesmo para o inglês que é a língua que todo mundo prefere, não dá conta com a estrutura que temos de recursos humanos, de espaço físico, isso por si só justifica a necessidade de um espaço (Gestor Acadêmico 2).

A institucionalização do ensino de língua estrangeira na UFSM pode ser respaldada pela necessidade de sua legitimação, ultrapassando as fronteiras de um projeto de Extensão, já que a oferta de cursos de Extensão em língua estrangeira ocorre há mais de trinta anos na UFSM. Assim, as diligências da língua estrangeira na UFSM ratificam a necessidade de sua institucionalização.

Ao se afirmar que a Extensão é parte indispensável do pensar e fazer universitários assume-se uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria políticas das universidades. (FORPROEX, 1999).

O processo de institucionalização de estruturas organizacionais se dá em três estágios, conforme (TOLBERT; ZUCKER, 1999): 1. Habitualização: quando se implementa políticas de resolução do problema de maneira experimental, em uma etapa pré-institucional; 2. Objetificação: quando os gestores organizacionais chegam a um consenso de que a nova estrutura é inovadora e merece uma consolidação e 3. Sedimentação: quando finalmente ocorre a institucionalização com legitimidade estrutural e perpetuação no tempo.

O processo decisório inerente à mudança organizacional, segundo a Teoria Institucional, ocorre por uma série de fatores condicionados pelos recursos e características internas à organização, dentre os quais, vantagens na adoção da inovação (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

A institucionalização do ensino de língua estrangeira na UFSM permitirá a otimização da gestão administrativa e pedagógica; a oferta permanente com variedade de idiomas; a continuidade dos cursos independente da aposentadoria dos docentes do DLEM como também será uma importante aliada à internacionalização da UFSM, o que, por conseguinte, refletirá na qualidade da Instituição.

Diante dos relatos supramencionados e da emergência do tema, analisou-se as políticas internas que contribuem para a proposta de institucionalização do ensino de idiomas na UFSM. Para tal, foram analisados o Plano de Desenvolvimento Institucional e a política de Extensão Universitária, principais documentos que sustentam a criação de uma unidade administrativa voltada para a Extensão em línguas estrangeiras.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSM, para a década de 2016-2026, constitui-se num planejamento estratégico para a instituição. Vasconcelos e Pagnoceli (2001) definem planejamento estratégico como uma forma de organização para atingir o sucesso, com atitude proativa, considerando o ambiente atual e futuro. Esse planejamento institucional é dividido em quatro dimensões e sete desafios institucionais. Os desafios que corroboram para a institucionalização dos cursos de línguas estrangeiras na UFSM seriam os de números 1 (um) e 6 (seis).

O Desafio 1 se refere à internacionalização contendo nove objetivos estratégicos, sendo um na dimensão “Alunos e Sociedade”, cinco na dimensão “Processos” e dois na dimensão “Aprendizado e Infraestrutura”.

Na dimensão “Alunos e Sociedade” o objetivo é único e está relacionado a aumentar a inserção científica da instituição no cenário internacional. Na dimensão “Processos” há três objetivos que confluem diretamente com o aumento da inserção científica, sendo: formação de parcerias de pesquisadores com outras instituições; convênios para trocas culturais e trocas de experiências de gestão; experiências de internacionalização aos alunos. Tais propósitos se efetuarão mediante a produção científica e comunicação multilíngue.

O último objetivo da dimensão “Processos” está relacionado aos currículos e, no âmbito da internacionalização, diz respeito a manter currículos atrativos do ponto de vista internacional para que haja interesse de alunos de outros países em realizar cursos na UFSM. Isso significa que a UFSM pode ofertar disciplinas em línguas estrangeiras, no entanto depende de docentes proficientes em língua estrangeira.

O Desafio 6 (seis) do PDI, trata-se do Desenvolvimento Local, Regional e Nacional, contendo 18 (dezoito) objetivos estratégicos, sendo cinco na dimensão “Alunos e Sociedade”, oito na dimensão “Processos”, quatro na dimensão “Aprendizado e Infraestrutura” e um na dimensão “Sustentabilidade financeira”.

Dentro deste sexto desafio, a dimensão “Processos” trata-se da Extensão Universitária: uma vez que prevê o fortalecimento dos mecanismos institucionais de

relacionamento da Universidade com a sociedade e o fomento interno do desenvolvimento de projetos aplicados que tenham potencial para atuar diretamente na sociedade. Há também dois objetivos sobre fortalecer o papel das atividades de Extensão como forma de aprendizagem complementar aos alunos e ainda outro sobre projetos interdisciplinares. Os demais perpassam por todos os desafios, como a comunicação institucional e a otimização de processos, sempre considerando a realidade multicampi e os diferentes níveis de ensino.

Outra política institucional que também contribui para o tema desta pesquisa é a política de Extensão da UFSM (2008), a qual tem dentre seus objetivos: incentivar a criação de Núcleos Temáticos de Extensão junto às Unidades e Subunidades; estruturar diferentes núcleos de Extensão na UFSM que atendam prioritariamente as áreas temáticas e linhas de Extensão. Nesse caso, a área seria “Artes e Letras” e a linha “línguas estrangeiras”.

As políticas supracitadas auxiliam a justificar uma unidade de extensão em língua estrangeira na UFSM, entretanto salienta-se que é necessário elaborar uma política linguística para a Universidade, a qual completará o triângulo de políticas institucionais para os cursos de Extensão da UFSM.

4.3 INDICADORES DE QUALIDADE PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSOS DE IDIOMAS NA UFSM

A partir dos resultados, destacam-se desafios nas cinco dimensões de avaliação da Extensão Universitária, os quais, a partir da análise de conteúdo, geraram indicadores de qualidade para a institucionalização do ensino de idiomas na UFSM. Os aludidos indicadores de qualidade, levantados na entrevista e no questionário on-line, foram discutidos conforme sua categoria (ver Quadro 9).

4.3.1 Políticas de gestão

Os resultados apontam para desafios e indicadores, que dentro da área de políticas de gestão seriam: regulamentos, financiamento, gestão e a emergente internacionalização na educação superior.

Dentro das políticas de gestão, os participantes do questionário *on-line* (alunos dos cursos de Extensão do DLEM) consideraram relevantes para a qualidade dos cursos de Extensão em idiomas: 86,8% ter regimento interno e projeto

político pedagógico e 94,3 % participação representativa dos alunos na construção do planejamento dos cursos.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um planejamento de intenções, buscando rumos a partir de um compromisso político e pedagógico para o cumprimento de propósitos (VEIGA, 2002). Já o regimento interno constitui-se de normas de condutas e procedimentos no espaço institucional. Ambos os documentos são importantes para organização. Dentre os fundamentos da gestão democrática está a participação da comunidade nas decisões institucionais, e nesse contexto os alunos gostariam de ter voz mais ativa.

Segundo fala do Gestor Acadêmico 3, no laboratório que coordena existe um regimento e que a participação dos alunos na avaliação dos cursos é através de questionário, ao final do curso.

A respeito de como se efetua a apresentação do regimento e a participação dos alunos no planejamento dos cursos, segue fala do Tutor 1:

No primeiro dia de aula é passado um regimento de como funciona o laboratório, como serão dadas as aulas, as monitorias, as aulas à distância, as aulas complementares, a emenda do curso com objetivos, o calendário, tudo é passado no início do semestre e executado à risca de maneira que isso não venha nos comprometer no final do semestre, então o aluno está ciente de qual é a proposta do curso, de como o curso vai funcionar e o que se espera desse aluno até o final do semestre pra que ele seja certificado de acordo com o que foi proposto. Aplicamos questionários de diagnóstico, onde a pesquisa e interesse vem da necessidade do aluno, onde que no meio do semestre nós temos uma reunião pedagógica para discutir sobre esses interesses e necessidades, se discute se o curso está atendendo e fluindo quanto as expectativas dos alunos e no final do semestre após a aplicação do questionário avaliativo nós nos reunimos para a produção do relatório final. (Tutor 1).

Assim, depreende-se que os regulamentos e participação dos alunos no planejamento dos cursos são indicativos de qualidade sob ponto de vista dos participantes da pesquisa e o envolvimento destes é um dos pressupostos da gestão democrática, pois esta prevê a participação de toda a comunidade no processo de planejamento. Conforme Veiga (2012, p. 223), “a prática educativa, como indicador de qualidade de um projeto educacional, não pode perder de vista os valores que a norteiam, pois as ações não podem ser cegas nem obscuras”.

Em relação à gestão acadêmica, foram destacados alguns indicadores de qualidade buscam solução para problemas como a frágil capacitação para gestores

dos cursos, pouca unidade de gestão e a competição entre os laboratórios de Extensão, conforme relatos dos participantes da pesquisa:

[...] eu até hoje não recebi uma formação por ser uma gerenciadora de cursos de Extensão, nem tive acessos em muitos documentos, enfim, tu vai aprendendo muito com a prática então talvez falta capacitação nesse sentido, de como a gente vai fazer um melhor aproveitamento até desses orçamentos que chegam, como investir, como conhecer melhor a documentação. (Gestor Acadêmico 2).

Conforme relato do Gestor Acadêmico 2, não há formação na UFSM para a gestão da Extensão, bem como gestão administrativa, fato pelo qual “todo o aprendizado ocorreu na prática”. Conforme Souza (2008) a gestão acadêmica exige competências específicas:

A gestão acadêmica universitária compreende duas modalidades descritas como de administração educacional, a qual compreende os serviços administrativos e de infraestrutura e a dimensão acadêmica. Essas modalidades constituem um campo complexo de trabalho para os gestores universitários, cuja gestão exige a aquisição de competências administrativas, técnicas e humanas. (SOUZA, 2008, p. 24).

Diante disso, observa-se que os docentes da educação superior, além de desenvolverem as atividades de ensino, pesquisa e extensão, também necessitam, assumir atividades administrativas, para as quais, muitas vezes, não estão capacitados. Considerando que todos esses profissionais vão, em algum momento de sua carreira, desempenhar funções de gestão, é necessário que as IES promovam uma formação específica para esse público.

Outra questão de gestão a ser resolvida é quanto à resistência intradepartamental e à divisão entre os projetos, os quais são obstáculos para a institucionalização dos cursos de idiomas, conforme relatos submencionados:

Tinha muita resistência interna por ser um projeto do DLEM voltado apenas à língua, sendo que também tinha a literatura, porque a natureza da demanda é língua, não é literatura.[...] O que eu acho é que falta visão institucional. Quando as pessoas só pensam no domínio do seu projeto, do seu espaço, da produção acadêmica, elas “privatizam” esse espaço para seus interesses acadêmicos [...]. A universidade precisa tornar isso um projeto institucional, porque as diferenças internas e domínio de espaço é muito forte. Quando a universidade perceber a real demanda, daí vai perceber o ganho político disso. (Gestor Acadêmico 3).

A falta de integração gera competitividade, cursos que oferecem um valor menor, uma parcela maior, oferece parcelamento do curso, oferece material impresso ou

didático online e outros divulgam em mídias diferentes. (Tutor 1).

No ponto de vista do Tutor 1, além não haver uma real integração entre os projetos, também há uma certa competitividade entre os laboratórios, o que seria um ponto a ser superado pela gestão. O Gestor Acadêmico 1 também comenta sobre a divisão entre os projetos:

Nunca pude entender por que o DLEM que é um órgão pequeno, em vez de ter um programa único, tinha várias subunidades (laboratórios que forneciam cursos de idiomas muito similares). Pela ótica administrativa, não tinha lógica para isso. Eu acho que isso foi muito negativo para a comunidade porque eles não entendiam porque os cursos eram parecidos. (Gestor Acadêmico 1).

Os entrevistados²¹ apontam as expressões: “resistência interna”, “domínio de espaço”, “domínio do seu projeto”, “falta de integração”, “competitividade”, “diferenças internas”, “falta de visão institucional” e “privatizam os espaços”, termos que não são positivos dentro de um contexto acadêmico onde se almeja a democratização dos espaços e das oportunidades.

Na concepção de Carvalho Filho (2008) os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade, esta sim a verdadeira titular dos direitos e interesses públicos. A Administração não tem a livre disposição dos bens e interesses públicos, porque atua em nome de terceiros.

Vale trazer à baila a existência do princípio da supremacia do interesse público, o qual informa todo o direito administrativo direcionando as condutas dos agentes. Ocorre que, no âmbito das relações sociais, vão surgir conflitos entre o interesse público e o interesse privado, de forma que, ocorrendo este conflito, há de prevalecer o interesse público, isto é, aquele que atende um maior número de pessoas. (VIEGAS, 2018, p.1).

Assim, essa pesquisa comprova haver um interesse público na institucionalização dos cursos de línguas estrangeiras, o qual prevalece acima de qualquer outro interesse ou até mesmo do desinteresse departamental. Por isso, é necessário ampliar as discussões no colegiado departamental, respeitando os princípios da gestão democrática e da supremacia do interesse público. Nesse sentido sugere-se ampliar as discussões, convidando representantes de órgãos

²¹ As entrevistas apontaram nos resultados críticas contundentes ao DLEM, no entanto, muitos participantes são membros do referido departamento e expressaram ali suas opiniões pessoais, o que não necessariamente traduz a opinião da autora a qual buscou ser o mais imparcial possível.

superiores como Reitoria e Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação e Extensão para participar do debate, em busca de um consenso de como institucionalizar os cursos de línguas estrangeiras na UFSM.

Conforme o artigo 56 da Lei nº 9394 de 1996:

As instituições de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Assim, a gestão democrática é mais um meio para alcançar a qualidade educacional pública. Por conseguinte, é necessário que as universidades realizem sua gestão, em um sentido mais amplo, visando não somente a administração dos seus recursos sejam eles humanos, físicos ou financeiros, mas com notável atenção às dimensões políticas do processo educativo.

Para Dourado (2006) a gestão democrática, como instrumento de participação e autonomia, é um processo contínuo que almeja a transformação da instituição e da própria sociedade na qual está inserida:

Processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas. (DOURADO, 2006, p. 79).

De acordo com Libâneo (2004) é importante mostrar que o principal meio de se assegurar a gestão democrática é a participação, e que a autonomia é um dos princípios mais importantes nessa construção. Nesse sentido, a participação é primordial na busca de resultados.

[...] o conceito de participação se fundamenta no de autonomia que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem sua própria vida. Como autonomia se opõe às formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições é a participação. (LIBÂNEO, 2004, p.80).

Assim, na gestão universitária é necessário englobar a gestão democrática do ensino, da pesquisa e da Extensão. Neste caso específico de institucionalização dos cursos de línguas estrangeiras, é mais uma oportunidade de discutir coletivamente a

importância do DLEM, enquanto conselho, tomar uma decisão positiva frente a demanda, cada vez mais intensa, da língua estrangeira na UFSM.

Outro indicador para melhorar a qualidade da gestão dos cursos seria a unificação de uma equipe gestora, conforme fala do Gestor Acadêmico 2 “*Seria muito interessante uma proposta de gestão conjunta e acho que reforçar esse histórico dos esforços do departamento*”. Por meio da institucionalização dos cursos essa unificação seria possível e evitaria a extinção das ações de Extensão em função da aposentadoria de docentes, bem como também evitaria situações de tensão como as relatadas pelos entrevistados.

E por fim, a capacitação dos docentes do DLEM em termos de gestão acadêmica, pois, de acordo com o relatado, há muitas dificuldades como o desconhecimento de regulamentos, gestão universitária e acadêmica.

No quesito internacionalização da UFSM o entendimento da importância da língua estrangeira é unânime, conforme resultados da pesquisa, 100% dos estudantes que responderam ao questionário considerando a língua estrangeira fundamental para a internacionalização da UFSM. Os gestores entrevistados também destacam a importância dessa demanda:

[...] Uma universidade não se internacionaliza se ela não tiver um centro de línguas que possa preparar os seus docentes, técnicos e estudantes, tanto pra sair quanto para receber, como vamos receber alunos das mais diferentes nacionalidades se a gente minimamente não domina a língua do país que a gente tá recebendo. (Gestor Universitário 1).

[...] dar mais visibilidade para nossa área no sentido que estamos formando curso de línguas aqui no curso mas não só isso, pensando numa internacionalização no sentido de que vamos qualificar os alunos que pretendem fazer um contato no exterior, um estágio no exterior, então para que eles possam realmente sair eles precisam ter conhecimento da língua isso é um dos benefícios. (Gestor Acadêmico 3).

Diante dos relatos fica explícito que a oferta de língua estrangeira é fundamental na UFSM para sua internacionalização e que o Programa Idiomas sem Fronteiras deve somar-se aos cursos de Extensão e servir como base para a implantação de um centro de línguas no futuro. Esse motivo, por si só, já justifica a institucionalização da oferta de idiomas, visto que faz parte das metas do planejamento estratégico institucional.

Dentro deste tema, outra demanda bastante importante é a

“internacionalização doméstica”, na qual a universidade promove atividades em línguas estrangeiras e recebe alunos estrangeiros. Nesta modalidade de internacionalização, não é necessário haver mobilidade de alunos da universidade para o exterior (GONÇALVES, 2009).

No entanto, a UFSM ainda não está preparada para esse contexto de internacionalização doméstica, visto que a comunidade acadêmica ainda não alcançou a proficiência em língua estrangeira. Assim é fundamental que a instituição estabeleça uma política linguística que acompanhe sua política de internacionalização, não apenas para os acadêmicos, técnicos e docentes da própria instituição, mas também para os estudantes estrangeiros que precisam aprender o português. Atualmente, apenas um dos laboratórios de Extensão (Entrelínguas) oferta curso de português como língua estrangeira, o que é um desafio devido ao aumento de público internacional na Universidade.

4.3.2 Infraestrutura

A infraestrutura é um dos principais indicadores de qualidade para a oferta de cursos de idiomas na UFSM, visto que são necessários: espaço físico, recursos humanos e financeiros para que as ações de Extensão aconteçam. Como indicadores de qualidade, dentro deste quesito, 94,4% dos estudantes consideram a importância que os cursos de Extensão em idiomas tenham espaço físico próprio (salas, auditório, biblioteca, sala de informática). Quanto ao espaço físico os gestores de curso 1 e 3 comentam os desafios:

Um dos problemas dos cursos de Extensão, principalmente na época que tinha bastante oferta e agora concorre com o IsF por salas. Há bastante salas disponíveis, mas não próximas a parte administrativa dos cursos. Os cursos sempre funcionaram nos horários das 12h às 13h30 e das 17h30 às 19h. Algumas vezes teve aulas no sábado. Esse é um dos problemas que limita a participação da comunidade especialmente a comunidade externa. Não tem nada de colaboração em nível de centro, é sempre unilateral, não tem algo institucional que garanta a reserva de salas para os cursos. Deveria ter um setor que cedesse espaço para os cursos, mas não tem. É quase como pedir um favor para outros cursos para emprestar sala. (Gestor Acadêmico 1).

A fala do Gestor Acadêmico 1 sugere que os centros de ensino poderiam colaborar com maior cedência de espaço físico para aulas, o que seria justo considerando que todos os centros de ensino são beneficiados com os cursos de

idiomas. Já na opinião do Gestor Acadêmico 3, o DLEM precisava ter um prédio próprio para concentrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A universidade precisava ter, o DLEM precisava ter, um prédio físico para concentrar ensino, pesquisa e extensão em língua estrangeira. Isso abriria espaço para que outros cursos de graduação oferecessem língua estrangeira nos seus cursos. (Gestor Acadêmico 3).

Em 2017 foi inaugurado o prédio dos cursos de Letras, prédio 40A, no campus sede da UFSM, porém o espaço supriu apenas a demanda do ensino de graduação, infelizmente não há espaço para a pesquisa e a extensão. As atividades de pesquisa e Extensão do DLEM estão ocorrendo nos laboratórios que permaneceram no prédio 16, no mesmo campus. As aulas dos cursos de Extensão geralmente ocorrem em salas de aula do prédio 16B, contudo está cada vez mais difícil obter disponibilidade. Conforme relato acima, o ideal seria que houvesse um prédio que concentrasse as atividades de ensino pesquisa e Extensão, mas com o contingenciamento de recursos para as universidades federais está cada vez mais difícil a construção de novas obras. A sugestão para minimizar o problema de espaço para as aulas de Extensão em idiomas seria que todos os centros de ensino possam ceder salas, visto que os cursos atendem alunos de todos os centros.

Em relação ao financiamento dos cursos, 92,5% dos alunos apontam que é necessário maior investimento por parte da instituição para qualificar e ampliar oferta de cursos de idiomas na UFSM. Nesse sentido, os entrevistados também reforçam essa necessidade, relatando os desafios enfrentados para manter os cursos:

[...] Então essa questão do orçamento é um dos maiores desafios que nós temos no momento em função dessas novas políticas, orçamento muito reduzido na instituição, enfim, acho que o principal é isso mesmo, como gerenciar recursos financeiros que também traga um retorno tanto para o laboratório quanto para a formação do aluno. (Gestor Acadêmico 2).

[...] Mas em relação ao dinheiro, foi em questão do material didático, a impressão do material a gente gastou com nosso próprio dinheiro porque não tinha recursos não tinha tonner, às vezes não tinha folha e não adianta, acho que o recurso que um professor precisa é impressão, no mínimo, então esse foi um problema. (Tutor 2).

Conforme relatos, os grandes desafios constituem-se na falta de recursos e escassez de materiais de consumo básicos, como folha e tonner para impressão, levando os tutores a ter que pagar impressões com recursos próprios mesmo

recebendo um baixo valor de bolsa recebida tornando a situação ainda mais desmotivadora.

Nesta direção, Dourado et al. (2007) disserta acerca do compromisso com a qualidade do processo ensino-aprendizagem inclui, certamente, o financiamento institucional, materializado pelo custo aluno/ano.

Os custos das escolas eficazes ou de qualidade apresentam aspectos gerais a serem considerados (pessoal docente e técnico administrativo e de apoio, material de consumo, material permanente, etc.), em consonância com as condições objetivas de cada país ou sistema educativo, que, certamente, expressam as realidades e possibilidades do ponto de vista do desenvolvimento nacional, regional e local. (DOURADO, et al. 2007, p.16).

Assim, é imprescindível um compromisso institucional efetivo para o financiamento das condições de oferta dos cursos de idiomas da UFSM, para a sua qualidade educacional.

Quanto aos equipamentos, 90,4% dos participantes acreditam que é muito importante que os cursos de extensão tenham disponíveis equipamentos de qualidade (computadores, projetores, rede de internet);

Atualmente os laboratórios possuem alguns equipamentos, mas que não são suficientes, sendo que alguns já estão obsoletos. Para as aulas, conta-se com a estrutura do laboratório de línguas que possui equipamentos de informática, TV, projetores e som ou com salas equipadas, cedidas pelo Centro de Educação.

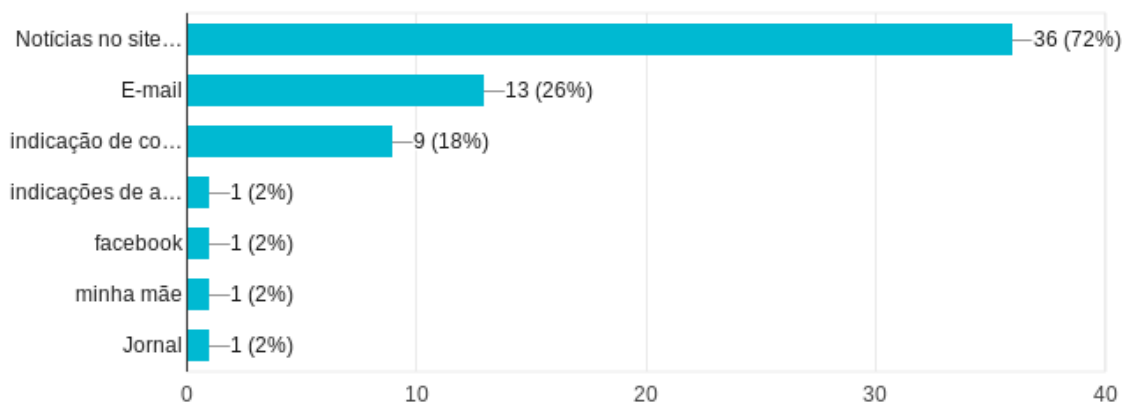
Quanto à divulgação, 98,1% dos participantes pensam que a divulgação dos cursos é muito importante e que os meios mais eficientes seriam o site institucional e as redes sociais.

Sobre a maneira de como os participantes da pesquisa souberam dos cursos de idiomas, 72% responderam que foi através do site de notícias da UFSM. O resultado demonstra que o site institucional da UFSM é bastante efetivo para a divulgação dos cursos de Extensão em idiomas.

Gráfico 6 – Divulgação dos cursos de extensão do DLEM

Como você obteve conhecimento dos cursos de extensão em língua estrangeira na UFSM?

50 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

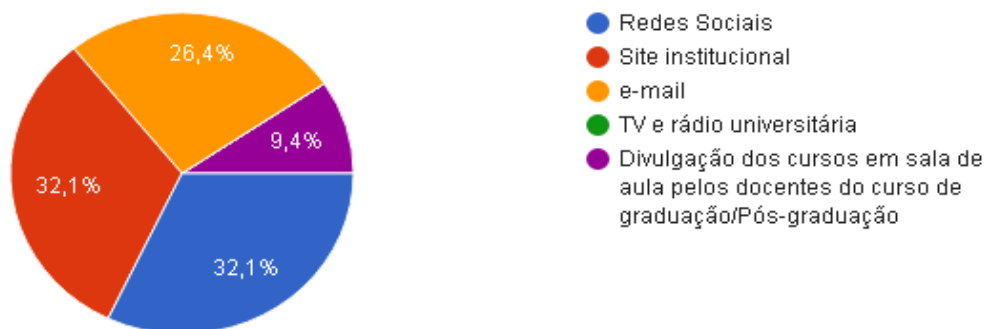
Segundo os participantes do questionário, os meios de divulgação mais eficientes são o site institucional e as redes sociais. Assim, a comunicação institucional é um indicador de qualidade para os cursos de extensão.

A divulgação dos cursos é realizada para cada laboratório no início de cada semestre através do site institucional e nas redes sociais. No início de cada semestre é aberto um edital de seleção com vagas gratuitas para alunos com benefício socioeconômico. A divulgação é, em grande parte, realizada para a comunidade acadêmica, e poucos integrantes da comunidade externa tomam conhecimento dos cursos. Não existe um site institucional que agregue todos os cursos de Extensão e que seja alimentado com informações atualizadas, o qual será necessário ser desenvolvido.

Gráfico 7 – Meio de divulgação mais eficiente dos cursos

Qual o meio de divulgação que você considera mais eficiente para os cursos de idiomas da UFSM?

53 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quanto ao atendimento administrativo, 94,2% dos participantes consideram que o atendimento administrativo nos cursos é fundamental para agregar qualidade.

No âmbito das categorias de análise quantificáveis, as pesquisas (UNESCO, 2002; INEP, 2004) evidenciam que as médias existentes nas relações entre alunos por turma, alunos por docente e aluno por funcionário são aspectos importantes das condições da oferta de ensino de qualidade. (DOURADO et al. 2007).

Atualmente, o atendimento administrativo para matrículas, informações e certificados dos cursos de idiomas é feito por bolsistas administrativos de cada laboratório. O gerenciamento dos recursos compra de material de consumo e documentações são realizados pela técnica em assuntos educacionais, autora dessa pesquisa. Como se observa, um servidor é insuficiente para atender a demanda dos cursos de extensão frente a diversidade de laboratórios existentes que, se fossem unificados numa unidade administrativa, poderiam ser melhor atendidos desde que fosse alocado mais um técnico administrativo.

De acordo com Dourado (2007, p. 18), “[...] a adequação das instalações gerais, em termos de padrões mínimos de qualidade, requer, por parte dos estudantes e comunidade uma avaliação positiva”. Nesse quesito, a avaliação dos entrevistados demonstra que há muito a ser melhorado na infraestrutura dos cursos de idiomas: como maior disponibilidade de salas de aula; maior número de docentes

e alunos dos cursos de Letras envolvidos; mais servidores técnico-administrativos para dar conta de toda demanda administrativa e aquisição de novos equipamentos.

[...] a gente não tem uma infraestrutura muito boa e faltaria em relação ao nosso caso, como o curso de línguas, termos de secretaria, de funcionários trabalhando, na divulgação, envolvimento de matrículas, de ter um acompanhamento do aluno que entra e do que sai. Se tivéssemos uma infraestrutura de acordo, tanto de funcionários quanto de local bem melhor organizado, acho que isso ajudaria. Como vamos oferecer cursos de Extensão, e a gente oferece, e não temos salas próprias, não temos um centro próprio para essa divulgação, para oferecer esses cursos para a comunidade, assim como grandes outras instituições no país tem, por exemplo, a UNICAMP tem um centro de línguas uma estrutura maravilhosa em termos de infraestrutura e gerenciamento e outras instituições também tem esse tipo de infraestrutura que é onde se concentra os cursos de Extensão para esse atendimento à população acadêmica. (Gestor Acadêmico 2).

[...] Eu penso que um tema como esse dos cursos, da manutenção, da estrutura, para o aprendizado das línguas estrangeiras é um projeto institucional e não pode ser olhado como um projeto de Extensão (um projeto do CAL) ou um projeto de apoio marginal da pró-reitoria, primeiro porque a pró-reitoria não tem orçamento ou a gente capta recursos externos e aí com um edital tipo PROEXT mas que são editais com início meio e fim, quer dizer terminou o recurso, acabou a possibilidade de nós termos manutenção. [...] Imagina que duas, três bolsas de extensão, que é a capacidade que hoje uma pró-reitoria como a nossa tem para manutenção, isso é irrisório, eu penso que o debate q vocês tem q ter é um debate que tem que pensar que esse centro de formação de línguas tem q se constituir numa unidade. (Gestor Universitário 2).

Dentre as condições mínimas de infraestrutura para que haja qualidade educacional estão: a existência de salas de aulas compatíveis às atividades e à clientela; equipamentos em quantidade, qualidade e condições de uso adequadas às atividades; biblioteca com espaço físico apropriado para leitura, consulta ao acervo, estudo individual e/ou em grupo, pesquisa online, entre outros, incluindo acervo com quantidade e qualidade para atender ao trabalho pedagógico e ao número de alunos; práticas culturais nos laboratórios de ensino, de informática, entre outros; serviços de apoio e orientação aos estudantes; garantia de condições de acessibilidade e atendimento para portadores de necessidades especiais; ambiente dotado de condições de segurança para alunos, professores, funcionários, pais e comunidade em geral (DOURADO, 2007).

4.3.3 Relação Universidade-sociedade

A UFSM tem seus cursos de Extensão em idiomas abertos à comunidade

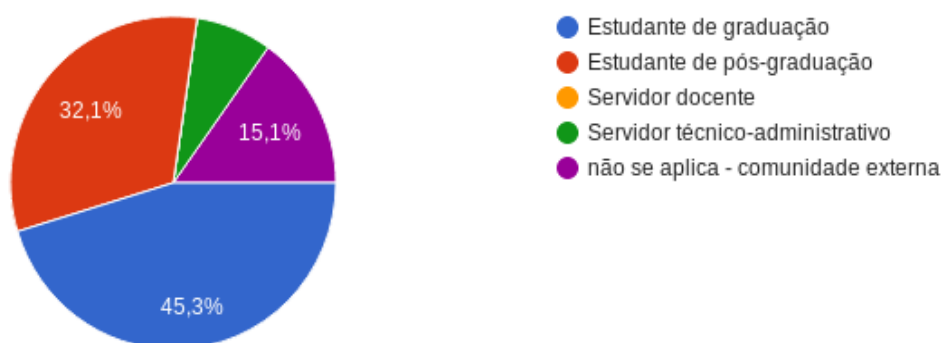
interna e externa. Dos alunos dos cursos que responderam ao questionário, 45,3% são estudantes de graduação, 32,1% são estudantes de pós-graduação, 15,1% da comunidade externa e 7,5% são servidores técnico-administrativos da UFSM. Não houve nenhum respondente docente, no entanto, segundo os tutores entrevistados, existem alguns docentes que realizam os cursos.

Segue gráfico que mostra o vínculo dos participantes do questionário:

Gráfico 8 –Vínculo dos participantes com a UFSM

Qual é o seu vínculo com a UFSM?

53 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Observa-se que apenas 15,1% dos participantes dos cursos são provenientes da comunidade externa à UFSM.

A gente não tem a relação com a comunidade externa e um trabalho de Extensão tem que ter, sempre achei que era preciso ampliar. Tem uma demanda externa na cidade até de negócios. (Gestor Acadêmico 3).

Para que essa comunidade pudesse ter mais acesso aos cursos, seria necessário melhorar a divulgação, no entanto, em primeiro lugar, é necessária a ampliação de infraestrutura para atender a essa demanda.

Da comunidade universitária, o centro mais representado na pesquisa é o CCSH, com 29,2 % dos participantes.

Dos estudantes de graduação foram identificados os seguintes cursos: Artes Cênicas, História, Ciências econômicas, Engenharia Civil, Matemática, Educação

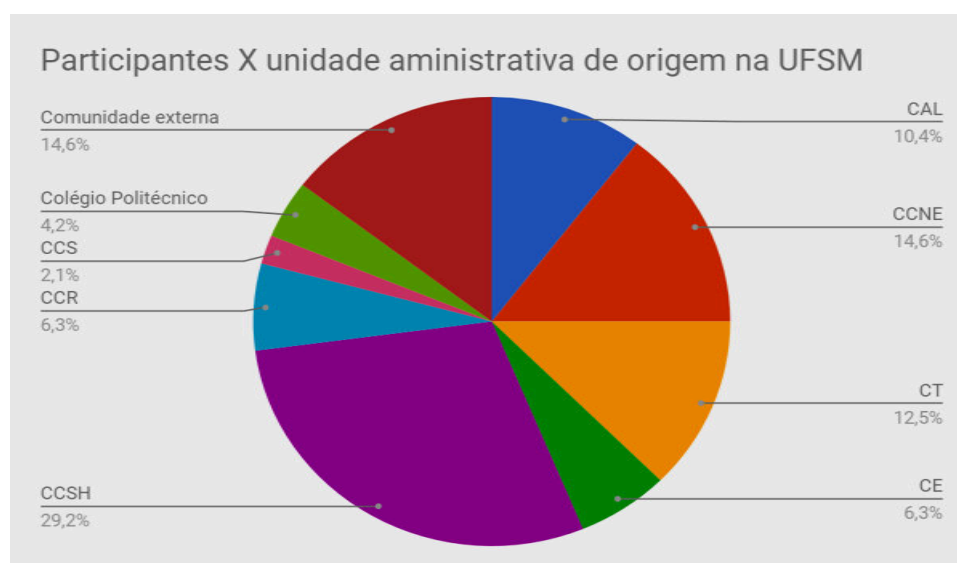
Especial, Ciências Biológicas, Engenharia Química, Letras, Agronegócio, Ciência da computação, Engenharia Sanitária e Ambiental. Em relação aos alunos de pós-graduação: ciência e tecnologia dos alimentos, química, políticas públicas e gestão educacional, ciências sociais, física, agrobiologia, farmacologia e educação.

Dentre as motivações para realizar os cursos de Extensão em idiomas estão: 90,6% dos participantes declararam querer aprender uma língua estrangeira; 58,5% qualificar o currículo; 52,8% interesse em intercâmbio; 49,1% leitura e produção acadêmica; 47,2% turismo; 41,5% preparação para testes de proficiência.

Dentre as motivações para realizar os cursos de Extensão em idiomas estão: 90,6% dos participantes declararam querer aprender uma língua estrangeira; 58,5% qualificar o currículo; 52,8% interesse em intercâmbio; 49,1% leitura e produção acadêmica; 47,2% turismo; 41,5% preparação para testes de proficiência.

Os três idiomas predominantes que os participantes já cursaram ou estão cursando nos cursos de Extensão do DLEM são francês (63,5%), inglês (50%) e espanhol (13,5%). Os alunos do curso de Extensão em francês foram os participantes que mais responderam ao questionário da pesquisa, por isso o número aparece mais elevado. O número de alunos nos cursos de inglês é predominante, no entanto poucos destes responderam ao questionário. Em relação ao curso de espanhol, as turmas são menores e também poucos alunos responderam ao questionário.

Gráfico 9 – Unidades administrativas dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

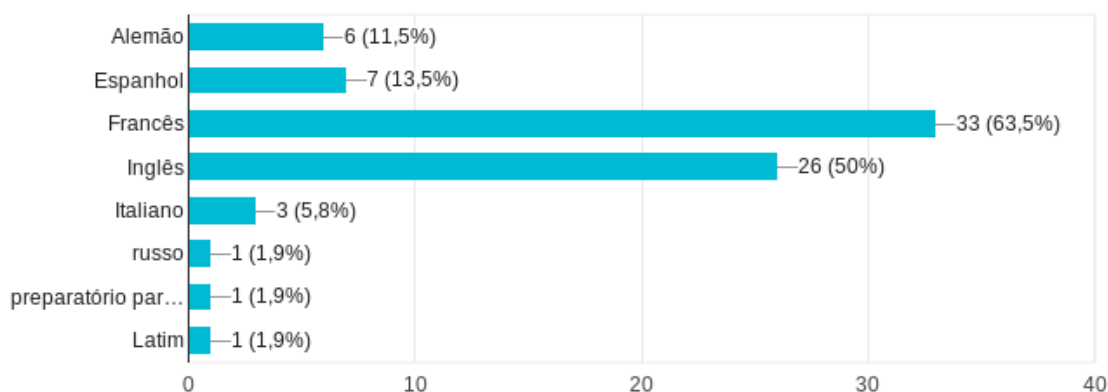
Além do inglês, espanhol e francês também há a demanda das línguas alemão e italiana, devido a Santa Maria estar numa região colonizada por imigrantes falantes dos referidos idiomas. O Gestor 3 comenta que apesar de Santa Maria estar numa região de colonização alemã e italiana, não há cursos de Extensão destas línguas: *“A gente mora próximo à quarta colônia com falantes de alemão e italiano e não oferece essas línguas, por isso tem que ser um projeto institucional se não, não vai acontecer!”*. (Gestor acadêmico 3).

No atendimento ao público, via secretaria do Laboratório de Línguas ou secretaria do DLEM observa-se uma demanda significativa de interesse nas línguas alemã e italiana, mas não são ofertados nos cursos de Extensão. Há cerca de um ano o Programa IsF começou a ofertar cursos de italiano e atualmente quer implantar a oferta do alemão.

Gráfico 10 – Línguas estrangeiras cursadas ou em curso

Qual(is) opção(ões) de língua estrangeira você já cursou ou está cursando na UFSM?

52 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Em relação à percepção dos alunos sobre a contribuição dos cursos de idiomas para sua formação profissional a partir da questão semiaberta: “Quais as contribuições dos cursos de idiomas da UFSM para a sua formação profissional?” Foram obtidas 50 respostas, nas quais foi apontado que os idiomas têm contribuído para a comunicação em língua estrangeira, possibilidades de intercâmbio, leitura acadêmica, progressão funcional de servidores, aperfeiçoamento e conhecimento de

novas culturas.

Os estudantes também trouxeram sugestões à qualidade dos cursos, através do questionário *on-line*, em resposta a uma questão semiaberta. A questão era: “Você teria novas sugestões ou gostaria de ressaltar algum indicador para a qualidade dos cursos de idiomas da UFSM? Explique abaixo”. Foram obtidas 32 (trinta e duas) respostas, comentadas a seguir:

As sugestões, em sua maioria, focam nas dimensões de infraestrutura e plano pedagógico. Em relação à infraestrutura, abordou-se sobre dias e horários dos cursos, divulgação, maior número de vagas e de nível ofertados e maior oferta de testes de proficiência. No tocante aos dias e horários, a sugestão é a oferta de aulas noturnas ou nos sábados:

“Os cursos poderiam ser ofertados nos sábados ou durante a semana à noite, pois temos estrutura adequada como RU e bibliotecas”. (Aluno J).

“Possibilidade de cursos no centro e mais opções de horário.” (Aluno O).

Perante as sugestões supracitadas, ressalta-se que os cursos de língua estrangeira da UFSM geralmente são ofertados nos horários de intervalo do almoço ou à tardinha para não ocorrer choque de horários com os cursos de graduação. Algumas turmas são ofertadas no sábado pela manhã ou durante a semana no turno da noite: inglês, pelo LabEon e espanhol, pelo Laboratório Entrelínguas.

A possibilidade dos cursos ocorrerem no bairro centro de Santa Maria, RS, não é viável, considerando que os cursos de graduação ocorrem no campus sede da UFSM, no bairro Camobi. Além disso, há diversas outras possibilidades de cursos privados de idiomas para os alunos que tenham interesse em cursá-los no centro da cidade.

Outras sugestões foram quanto à divulgação dos cursos:

“Maior visibilidade para os alunos calouros destas possibilidades.” (Aluno P).

“Quem sabe um site específico contendo informações em geral e conteúdos divididos nos níveis de ensino.” (Aluno R).

Para essa demanda, o ideal é desenvolver um site que agregue todas as ações de cursos de idiomas ofertados na UFSM. A divulgação aos calouros pode ser realizada pelas unidades de apoio pedagógico dos centros e coordenações de

cursos.

Também há sugestões sobre os níveis ofertados, sugere-se que sejam ofertados níveis mais avançados:

“Sou uma pessoa apaixonada por aprender novos idiomas, por isso já fiz todos os cursos ofertados na UFSM. Mas por não ter condições de pagar por cursos de nível avançado só fiquei com o aprendizado dos níveis básicos e intermediário. Acredito que para ter um ensino mais efetivo dos idiomas oferecidos, devem também ser ofertados turmas de níveis mais avançados.” (Aluno F).

“Ofertas de cursos além do nível básico e intermediário.”(Aluno H).

Outro aluno sugere a organização das turmas do curso com base nas necessidades de cada turma:

“Acredito que as turmas do curso deveriam ser formadas de acordo com o nível de inglês de cada pessoa e também pela faixa etária, assim as aulas poderiam ser desenvolvidas com base nas necessidades de cada turma.”(Aluno B).

Um dos possíveis obstáculos para a oferta de cursos avançados é a disponibilidade de tutores (alunos do curso de Letras) capacitados em níveis mais avançados de línguas estrangeiras, uma vez que os cursos são espaço de formação para esses alunos, os quais ainda não têm total fluência em idiomas bem como estão vivenciando suas primeiras experiências de ensino. Diante, disso para oferecer níveis avançados teriam que ser contratados novos professores.

Também foram solicitados cursos com enfoque em testes de proficiência em diversos idiomas:

“Seria bom ter cursos voltados para os testes de proficiência como o DELF (francês) e o TOEFL IBT (inglês), visto que são exigências para a realização de intercâmbios, acelerando esse processo”. (Aluno C).

“Cursos Preparatórios Para Testes de Suficiência de Idiomas, Oferta para execução do TOEFL iBT pelos alunos a um preço reduzido²² e para outros idiomas como o alemão e francês também, já que a suficiência é exigida pelas universidades estrangeiras”. (Aluno G).

Em relação aos testes de proficiência, na UFSM já são ofertados o TOEFL iTP (inglês) pelo Programa Idiomas sem Fronteiras, o CELU (espanhol) e o Celpe-

²²Esse teste é relativamente caro, portanto seria interessante que parte do valor de inscrição pudesse ser subsidiado pelo governo.

Bras (português como língua estrangeira) pelo laboratório Entrelínguas. Os cursos preparatórios para o TOELF ITP e para o CELU e Celpe-Bras também são ofertados pelos programa/laboratório que os aplicam.

Os programas de pós-graduação da UFSM exigem apenas a suficiência em leitura em língua estrangeira, que pode ser comprovada pelo teste de suficiência, o qual é elaborado e aplicado pelo DLEM à comunidade da UFSM. Os cursos preparatórios para o teste de suficiência geralmente são oferecidos pelos laboratórios LinC (língua inglesa) e no Entrelínguas (língua espanhola). Em um futuro núcleo de línguas poderão ser analisados e ofertados esses e outros testes de suficiência/proficiência.

Uma das áreas que os alunos demonstraram mais interesse é na área pedagógica dos cursos conforme sugestões comentadas a seguir.

A dinamicidade das aulas é um fator considerado importante, no ponto de vista dos estudantes:

“Sim, sugiro que os cursos sejam mais dinâmicos em sala de aula” (Aluno A).

A fala do aluno não explicita o que ele considera como “dinâmicos”, mas infere-se que talvez ele deseje uma metodologia mais participativa durante as aulas.

Em relação ao material didático, sugere-se:

“Os conteúdos poderiam ser livros didáticos ou de literatura, filmes, documentários, etc. Talvez até um clube de leitura que focasse na literatura estrangeira”. (Aluno I).

“Acredito que um material didático que se aproxime do dia a dia dos países que falam a língua nos coloque em contato com essa realidade, fazendo com que se assimile e aprenda de uma forma bem interessante e satisfatória.” (Aluno L).

Em relação à inserção da literatura no ensino de línguas, há o laboratório Proletras é especializado nesta área, porém apenas na língua inglesa. As demais sugestões caso ainda não sejam desenvolvidas nos cursos, ficam à disposição da gestão dos projetos para definir a possibilidade de execução.

Também foram sugeridas turmas pequenas e cursos na modalidade semipresencial:

“Entendo a necessidade de abrir turmas com número maior de alunos, mas isso

dificulta o desenvolvimento da oralidade. Seria interessante, se fosse possível, ofertar mais turmas com número menor de alunos. Se o tempo da aula for bem explorado acredito que seja possível dividir o curso, com uma parte a distância. Como imagino que muitos alunos necessitam desenvolver a oralidade, acho importante os momentos presenciais para as interações com os colegas”. (Aluno E).

“Qualidade é importante - mas é necessário primeiro que se tenha um curso e depois se vá melhorando, claro. As aulas poderiam ser dadas via EAD, a parte teórica e encontro presenciais para exercitar a pronúncia, uma vez na semana, assim, mais alunos poderiam participar das aulas.” (Aluno M).

Outro estudante destaca a importância da oralidade nas aulas de idiomas:

“Mais diálogos na língua estrangeira”. (Aluno T).

Outros estudantes consideram essencial para a qualidade dos cursos:

“Qualificação do Professor, Experiência dando Aulas de Idioma Estrangeiro, Duração do Curso, Quantidade de Conteúdo Ofertada.” (Aluno R).

“Além disso, a seleção de conteúdos, materiais, preparo de professores e sala de aula com recursos são fundamentais”. (Aluno E).

E por fim, sugere-se que os cursos trabalhem com o contexto de produção acadêmica:

“Gostaria de incentivar o curso de inglês voltado a escrita de artigos acadêmicos e os cursos intensivos no período de início de férias, bem mais cômodos de participar com mais dedicação.” (Aluno N).

Nesse quesito, a maioria dos laboratórios tem trabalhado com gêneros acadêmicos. O Programa Idiomas sem fronteiras, também está bem focado neste propósito.

Quanto aos cursos intensivos no período de férias, é um fator que depende da disponibilidade dos tutores e coordenadores dos cursos, visto que o período de férias é para toda a comunidade acadêmica, inclusive aos laboratórios.

Alguns alunos também teceram elogios aos cursos de Extensão em idiomas da UFSM:

“Muito boa a interação professor-aluno.” (Aluno U).

“Gostei da metodologia de ensino por meio de equipamentos tecnológicos.” (Aluno V).

O LabEOn oferece cursos de língua inglesa mediados por tecnologia, sendo o único a oferecê-los nas modalidades semipresencial e à distância com uso da plataforma Moodle.

Outro elogio foi proferido em relação às tutoras de língua francesa, as quais eram nativas da França.

“Achei interessante o formador ser nativo na língua ministrada.” (Aluno X).

Os tutores dos cursos de Extensão são majoritariamente brasileiros, visto que é, também, um espaço de formação dos alunos dos cursos de Letras. No entanto, desde o ano de 2016 houve duas tutoras francesas que ministraram cursos de francês devido a um convênio da UFSM com a embaixada da França, o que gerou muita procura da comunidade acadêmica aos cursos de francês.

Os cursos de Extensão em francês tiveram esse diferencial que atraiu a comunidade acadêmica, no entanto, por ser um convênio não há uma garantia de que haja continuidade nos próximos anos. Numa futura unidade de idiomas na UFSM poderia ser pensado na contratação de tutores nativos para ministrar cursos focados na compreensão e na produção oral de vários idiomas, especialmente de estrangeiros que estejam estudando na UFSM.

4.3.4 Plano acadêmico

O plano acadêmico refere-se à área pedagógica dos cursos envolvendo currículo, metodologias e formas de avaliação. Conforme resultados, obtidos a partir do ponto de vista dos participantes da pesquisa, essa seria a parte mais importante para a qualificação dos cursos.

A gestora acadêmica 2 acredita que se devem equacionar as necessidades da comunidade com a formação dos alunos dos cursos de Letras:

[...] O principal desafio é ofertar cursos que atendam a necessidade da comunidade mesmo de forma gratuita também, mas que tragam benefício aos nossos próprios alunos em termos do que se envolve tanto para produzir o material porque eles

estão em um processo de aprendizagem, eles têm que aprender a ser professor e também a preparar um material que seja adequado para essa modalidade [...] (Gestora acadêmica 2).

Em relação à área pedagógica dos cursos, seguem, na tabela abaixo, os indicativos de qualidade para os cursos de idiomas, descritos em ordem de importância referida pelos alunos.

Tabela 3 – Indicativos de qualidade referentes à área pedagógica dos cursos de idiomas

Indicativo de qualidade	Porcentagem (%)
Avaliação	100,0
Qualificação didática dos tutores	100,0
Interação entre aluno e tutores	98,0
Currículo	96,2
Atividades culturais	96,2
Material didático	96,1

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Cada indicativo mencionado na tabela foi caracterizado a seguir, em ordem de porcentagem. No quesito avaliação 100% dos estudantes a consideram importante no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação é um instrumento de mensuração do conhecimento apreendido que permeia todo o processo pedagógico, permitindo ao professor e ao próprio aluno um *feedback* de aprendizagem. Como prática formalmente organizada e sistematizada, a avaliação no contexto institucional realiza-se segundo objetivos implícitos ou explícitos, que, por sua vez, refletem valores e normas sociais. A avaliação é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica (CALDEIRA, 2000).

Para Perrenoud (1999), as práticas de avaliação podem ser formativas somativas. A avaliação somativa procede de uma concepção classificatória e burocrática para aprovação ou reprovação. No entanto, a avaliação formativa está atrelada à regulação do ensino-aprendizagem para realmente auxiliar o aluno no que ele precisa avançar em termos de conhecimento. Assim, a avaliação formativa é um indicador de qualidade fundamental para os cursos de idiomas.

Outro indicador tão importante quanto a avaliação é a qualidade

didática dos tutores de ensino referida, também por 100% dos alunos. Nesse sentido, crescimento no número de estudos sobre a formação de professores de línguas estrangeiras (LE) demonstra um reconhecimento por parte de pesquisadores em educação, principalmente em Linguística Aplicada (LA), da necessidade de se compreender como o profissional que vai atuar nas salas de aulas está sendo preparado para assumir essa responsabilidade. Para Santos e Lima (2011, p. 553):

Considerando o caráter social das crenças e o professor como o principal mediador na construção dos referenciais em uma segunda língua, a formação apropriada do profissional que leciona LEs é fundamental para um trabalho de qualidade que favoreça o aprendizado efetivo do idioma. A capacitação docente e a reflexão sobre a presença das suas crenças nas metodologias adotadas contribuem também para a construção de um profissional crítico, reflexivo que reconheça as dificuldades que permeiam o processo de ensino e aprendizagem da LE de forma a colaborar para que este aconteça de maneira prazerosa e eficiente.

A Extensão Universitária inserida no currículo dos estudantes de Letras favorece a prática, preparando-os para o mercado de trabalho desafiador. No currículo dos cursos de Letras são exigidas algumas atividades complementares de graduação (ACGs)²³, em que a participação como bolsista e/ou participante em projetos de Extensão é creditada. Assim, a Extensão Universitária é uma experiência que confere qualidade pedagógica docente aos alunos dos cursos de Letras que atuam como tutores nos cursos de idiomas.

Um dos fatores que determinam o sucesso do processo de ensino-aprendizagem é a relação professor-aluno, aferida por 98% dos alunos. Conforme Libâneo 1994, p.56:

[...] o ato pedagógico pode ser, então definido como uma atividade sistemática de interação entre seres sociais tanto no nível do intrapessoal como no nível de influência do meio, interação esta que se configura numa ação exercida sobre os sujeitos ou grupos de sujeitos visando provocar neles mudanças tão eficazes que os tornem elementos ativos desta própria ação exercida. Presume-se aí, a interligação de três elementos: um agente (alguém, um grupo, etc.), uma mensagem transmitida (conteúdos, métodos, habilidades) e um educando (aluno, grupo de alunos, uma geração) [...].

Ter um bom relacionamento em sala de aula é muito produtivo, pois a afetividade influencia bastante no processo de aprendizagem e o facilita, “pois nos

²³ ACG: Atividades complementares de graduação que englobam atividades de ensino, pesquisa e Extensão. Informação obtida no Plano Pedagógico do curso de Letras.

momentos informais, os alunos aproximam-se do professor, trocando ideias e experiências várias, expressando opiniões e criando situações para, posteriormente, serem utilizadas em sala de aula” (MULLER, 2002, p. 276). Também é importante que o professor exerça a autoridade ao invés do autoritarismo e assim conquiste a admiração dos seus alunos, utilizando-se sempre do diálogo para atingir o resultado pretendido. Além disso, outras atitudes podem melhorar essa relação:

[...] demonstrar a variedade de explicações para um mesmo fenômeno, ser flexível e capaz de adaptar o programa para cada situação que se apresente, relacionar o conteúdo da unidade a ser ensinada com a experiência do aluno, ajudar o aluno a descobrir a interdisciplinaridade, não deixar que assuntos menores influam na discussão em classe sobre a disciplina que está sendo enfocada, criar situações em que o aluno possa expressar seus sentimentos, variar a composição dos grupos de estudo, tentar evitar o monopólio da discussão, respeitar e fazer respeitar as diferentes opiniões e usar vocabulário que seja claramente compreendido. (MULLER 2002, p. 279).

Essa relação positiva vai tornando o aluno mais seguro e autônomo no seu processo de aprendizagem.

Para 96,2% dos estudantes, a qualidade do currículo é essencial. Entende-se por currículo o conjunto de conteúdos implementados pelas instituições. Existem diferentes concepções de currículo: o currículo formal (o estabelecido), o currículo vivido (o do cotidiano nas salas de aula) e o currículo oculto (aquele que fica nas entrelinhas. Qualquer manifestação do currículo, qualquer episódio curricular, é a mesma coisa: a produção de sentidos. Seja escrito, falado, velado, o currículo é um texto que tenta direcionar o “leitor, mas que o faz apenas parcialmente” (LOPES, MACEDO, p. 42).

Para o ensino da língua estrangeira, o currículo deve ser embasado em noções de letramento, entendido como “estado ou condição de quem não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e de escrita que circulam na sociedade em que vive, conjugando-as com as práticas sociais de interação oral”. Além do conceito de letramento, outra concepção importante para o ensino e o currículo de línguas é a noção de gênero discursivo: “cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso” (SILVA 2011, p.9). Assim, a partir dessa proposta de organização curricular é possível aproximar a instituição das práticas sociais dos alunos.

No que concerne às atividades culturais, nas aulas de idiomas, faz-se importante para 96,2% dos alunos, pois a língua é um reflexo da cultura, visto que todo o acontecimento no idioma está relacionado a um acontecimento na cultura. Em outras palavras, a língua se estrutura dentro de uma dimensão social e cultural.

A aprendizagem de uma língua não se restringe ao domínio do código, mas estende-se ao contexto em que vive o aluno, estabelecendo relações com outras disciplinas da escola, com os interesses da comunidade e suas necessidades, com a cidadania, enfim. Não se exclui a cultura do outro, mas também não se exclui a própria cultura (LEFFA, 2012, p. 400).

A cultura pode ser incluída no currículo por meio do conhecimento de costumes, crenças, história, arte, cinema, literatura, gastronomia, teatro, vestuário, entre outros. Nesta perspectiva, o ensino de línguas estrangeiras pode desenvolver-se segundo três linhas básicas de trabalho, segundo estudo publicado por Byram (1994): a primeira concebe a cultura como suporte para aquisição efetiva da capacidade linguística do aprendiz. A segunda usa a cultura como um instrumento no processo comunicativo. Ensinam-se padrões de comportamentos culturais de falantes da língua alvo, no intuito de evitar situações desagradáveis em momentos de uso efetivo da língua. E a terceira procura dar mais destaque a cultura da língua alvo, colocando o aprendizado da cultura em paridade com a aquisição da língua.

Em relação ao material didático, 96,1% dos alunos, consideram-no como um dos principais indicadores de qualidade para os cursos de idiomas. O material didático é um instrumento de aprendizagem o qual deve partir da necessidade dos alunos, suas expectativas e seus anseios. Conforme Leffa (2007), “para que a aprendizagem ocorra é também necessário que o material entregue ao aluno esteja adequado ao nível de conhecimento do conteúdo a ser desenvolvido (LEFFA, 2007, p. 16).”

A elaboração do material didático atende a dois objetivos principais que se complementam: de um lado, visa a tornar o professor mais presente no seu trabalho pedagógico; de outro, tem o objetivo de assistir o desempenho do aluno na aquisição das competências desejadas. A ideia é de que, pela mediação do material produzido, a interação entre o professor e o aluno fique mais harmônica e produza melhores resultados em termos de aprendizagem.

Outro fato que também influi na qualidade educacional é a densidade de alunos por sala, a qual 43,4% dos participantes consideram que não deve

ultrapassar 20 (vinte) alunos por turma. Essa preferência apontada pelos participantes do questionário vem ao encontro do tamanho médio das turmas escolares dos países integrantes da OCDE.

A organização em turmas menores é geralmente vista como uma forma de permitir que os professores passem mais tempo com cada aluno e menos tempo organizando a turma, o que proporciona melhor ensino, adaptado às necessidades individuais dos alunos, e assegura um melhor desempenho. (OCDE, 2012. p1)

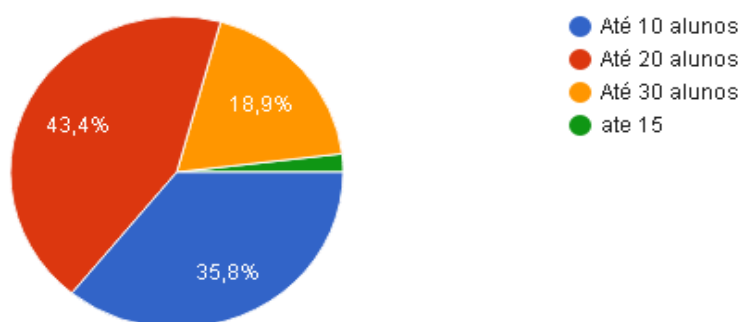
Assim, o tamanho da turma é, sem dúvidas, um indicador de qualidade da educação, considerando que a interação é facilitada conforme sua densidade.

No tocante à modalidade dos cursos 68,8% ainda preferem aulas presenciais, enquanto que 24,5% aulas semipresenciais e apenas 7,7% gostaria que os cursos fossem ministrados totalmente à distância.

Gráfico 11 – Número de alunos por turma

Qual o número máximo de alunos que você considera que deveria ter nas turmas para que o cursos ocorra com qualidade?

53 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

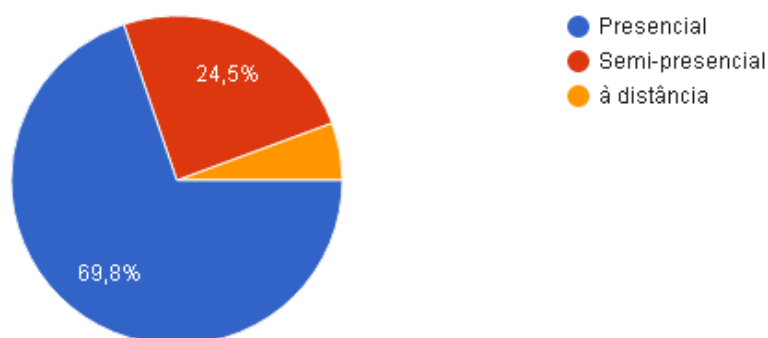
Nota-se que os alunos têm uma preferência mais significativa para o ensino presencial, o que pode ser compreendido especialmente no que tange à prática oral de língua estrangeira. No entanto destaca-se que o ensino semipresencial ou à distância são mediados por tecnologias educacionais e também podem oferecer uma aprendizagem com qualidade, pois contam com apoio de tutores capacitados. Nesse caso, a dedicação dos alunos deve ser maior, pois é necessário ter certa

autonomia para essas modalidades.

Gráfico 12 – Modalidade preferida de curso

Qual modalidade de curso você mais tem interesse?

53 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A preferência pelos cursos presenciais de idiomas pode ser explicada por um certo “preconceito” de que os cursos semipresenciais ou a distância não teriam equivalência de qualidade dos cursos presenciais, no entanto, os cursos semipresenciais e a distância também seguem os mesmos indicadores de qualidade. A diferença é que esses proporcionam maior autonomia aos alunos e ocorrem mediante tecnologias educacionais, inclusive para comunicação verbal.

Enfim, todos os indicadores de qualidade analisados ainda teriam muito a ser explorados, mas para essa pesquisa, detém-se apenas em noções conceituais a fim de esclarecer a importância de cada indicador em relação aos cursos de idiomas da UFSM.

O que se pode depreender de todos esses indicadores é que todos são importantes para a boa qualidade dos cursos de idiomas e que a UFSM, mais uma vez, precisa promover a formação dos seus alunos em língua estrangeira:

Nesse sentido, o Gestor Acadêmico (3) critica as condições que a universidade propicia para a oferta de idiomas aos seus alunos:

Como é que a universidade não oferece as condições para o aluno ter uma formação melhor visto que a língua estrangeira para a pesquisa, em certas áreas, é

condição para inserção no mercado de trabalho? Para ter as condições têm que ter uma unidade para isso. (Gestor Acadêmico 3).

Portanto, se reafirma a importância da universidade que é pública, dar condições de formação em língua estrangeira aos seus alunos e que para isso tornar-se possível é imprescindível que os cursos de idiomas sejam institucionalizados.

4.3.5 Produto acadêmico

O produto acadêmico é a produção científica que decorre dos cursos de Extensão em línguas estrangeiras seja meio de publicações científicas, participação em eventos, produção de materiais didáticos, entre outros.

[...] No tempo que eu atuava, o LinC produziu bastante material, teve participações significativas em eventos internacionais e nacionais. (Gestor Acadêmico 1).

[...] eu acredito que também um planejamento mais do que é esse produto que a gente faz, por exemplo, nós fizemos muitos produtos, muitos materiais aqui dentro dos laboratórios, cada laboratório... a gente não tem um incentivo e também publicação desses materiais não há uma política mais interna que favoreça essa disseminação desses conteúdos não há um espaço nem virtual para divulgar isso, então têm várias questões que poderiam ser fundamentadas para dar mais visibilidade a essas ações e eu sei da existência agora de uma revista que divulga alguns projetos mas a gente também não fica sabendo como que esses projetos que são divulgados são selecionados e de que forma, quais são todos os projetos de Extensão que a universidade faz e coloca em contato com a comunidade então talvez uma organização mais nesse sentido até de disseminação dessas informações daquilo que é produzido que talvez uma secretaria incomum de Extensão poderia trabalhar nesse sentido junto também. (Gestora Acadêmica 2).

A produção acadêmica também confere qualidade às universidades, sendo uma forma de divulgação de conhecimentos construídos. Neste sentido é importante que haja espaço para a divulgação dos trabalhos que vem sendo realizados por meio dos cursos de idiomas do DLEM.

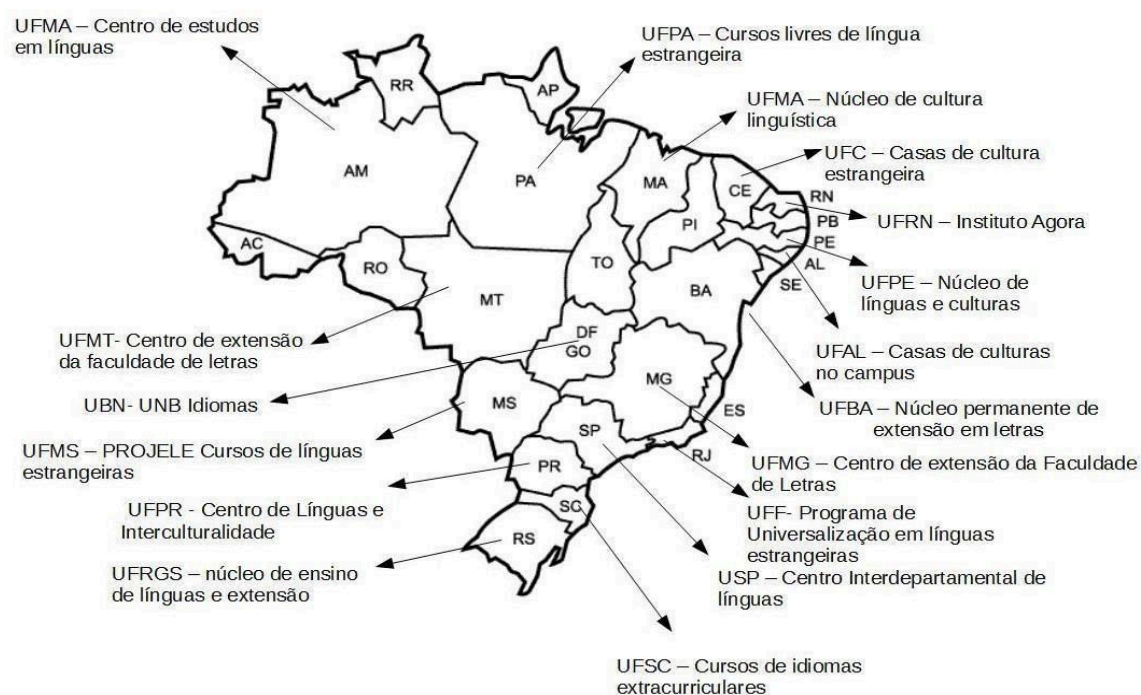
5 NÚCLEO DE EXTENSÃO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UFSM: UMA PROPOSTA VIÁVEL

Neste capítulo apresenta-se a proposta de institucionalização dos cursos de línguas estrangeiras na UFSM, respondendo ao último objetivo específico da pesquisa (p. 20).

5.1 MAPEAMENTO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE IDIOMAS NAS PRINCIPAIS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Os resultados desta pesquisa validaram a necessidade da institucionalização dos cursos de línguas estrangeiras na UFSM, o que motivou a proposição de unidade administrativa para a Extensão em idiomas na UFSM. Para propô-la, realizou-se um mapeamento das unidades administrativas das principais universidades federais do Brasil, por intermédio de uma pesquisa exploratória na internet, com o intuito de verificar quais seriam, como estão organizadas e que inovações podem ser implementadas na UFSM a partir delas. Segue Figura 5.

Figura 5 – Mapa das unidades de idiomas nas universidades brasileiras



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Abreu-e-Lima et al. (2016) constatam que muitas universidades possuem um centro de idiomas dentro da IES, geralmente, com o apoio do Departamento de Letras. Em alguns casos é agregado ao curso e funciona como um espaço de estágio supervisionado dos seus alunos, no qual eles atuam como docentes. Em outros, funcionam simplesmente como uma escola de línguas convencional, muitas vezes ligada a uma fundação da universidade para atender não só ao público interno como ao externo, na perspectiva extensionista.

A título de exemplificação, analisa-se, em termos gerais, as unidades de ensino de idiomas de universidades selecionadas aleatoriamente: Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). São analisados alguns pontos em comum com a UFSM bem como outros inovadores que podem ser úteis, conforme as informações disponibilizadas nos sites dessas unidades.

A UNB tem como unidade a “UNB Idiomas”²⁴ que é um Programa Permanente de Extensão – UnB Idiomas – do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET), unidade do Instituto de Letras (IL) da Universidade de Brasília (UnB), desde 2008. O objetivo do projeto é a oferta de cursos de Extensão em línguas estrangeiras, nos diversos níveis, de: Alemão, Árabe, Coreano, Espanhol, Esperanto, Francês, Hebraico, Inglês, Italiano, Japonês, Mandarim, Persa, Polonês, Russo e Turco.

O UnB Idiomas opera como um grande fortalecedor dos instrumentos de financiamento para a viabilização plena das atividades de ensino, pesquisa e produção científica. **O órgão resgatou a responsabilidade da universidade pública de contribuir e realizar projetos que beneficiem sua comunidade universitária e que possam aproximá-la do público externo, criando novas demandas, novos cursos e novos processos de desenvolvimento da educação.** (UNB, 2013, grifo nosso).

Conforme citação acima, como órgão a UNB idiomas foi capaz de “resgatar a responsabilidade da universidade” com os cursos de línguas estrangeiras de modo a beneficiar a comunidade interna e externa, assim entende-se que sua institucionalização foi fundamental para que houvesse um comprometimento efetivo em termos de gestão universitária, tal atitude é o que se espera, também, da gestão da UFSM.

²⁴Mais informações podem ser obtidas no site da UNB Idiomas: www.unbidiomas.unb.br

A UNB Idiomas tem um site próprio com as informações aos alunos e atende a comunidade interna e externa, em torno de 15.000 (quinze mil) alunos/ano, demanda significativa, se compararmos com o projeto integrado do DLEM que atende, aproximadamente, 1.000 (mil) alunos/ano, mesmo tendo uma comunidade acadêmica de cerca de 30.000 (trinta mil) alunos, sem contabilizar aqui os servidores. Isso demonstra a diferença de alcance público entre uma unidade institucionalizada e um projeto de Extensão.

A UNB idiomas também possui “filiais” de cursos de línguas em outros campi da instituição. Considerando que a UFSM também dispõe de outros campi, seria interessante, no futuro e com prévio planejamento, ampliar a oferta de cursos de idiomas nestes locais, ainda que não tenham cursos de Letras, pois como órgão administrativo, haveria a possibilidade de realizar concursos públicos ou contratar professores externos para ministrar os cursos via fundação. Dessa forma, a comunidade acadêmica dos campi de Frederico Westphalen, Palmeira das Missões e Cachoeira do Sul não ficariam à margem de uma formação em línguas estrangeiras, tão importante para a formação dos alunos e para o processo de internacionalização universitária que também ocorre nesses campi.

A UNB também realiza testes de nivelamento e aplica testes de proficiência; possui regimento geral; possui convênio com a Fundação Universidade de Brasília (FUB) para oferta de cursos a outras instituições públicas ou privadas, o que já vem sendo praticado na UFSM, com exceção da aplicação de testes de proficiência que é realizado por uma comissão específica, a qual poderia estar ligada a uma futura unidade institucionalizada de idiomas.

A UFRGS tem como unidade de idiomas o Núcleo de Ensino de Línguas e Extensão (NELE)²⁵, programa de Extensão do Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras da UFRGS criado no ano 2000. O objetivo é oferecer cursos de línguas em diferentes modalidades e horários atendendo às necessidades da comunidade em geral: Alemão, Espanhol, Francês, Grego Clássico, Inglês, Italiano, Japonês, Latim, Português Leitura e Produção textual e Russo. Frente ao fenômeno da globalização, ao Mercosul, à Internet e às necessidades do mercado de trabalho reafirma-se a necessidade do conhecimento de idiomas para enfrentar a velocidade das inovações e avanços nas diferentes áreas do conhecimento, transformando o

²⁵Outras informações sobre o NELE UFRGS podem ser acessadas no site: <http://www.ufrgs.br/nele/>

antigo conceito de atualização pela educação contínua do profissional e mesmo do jovem em formação.

Com sua criação, este núcleo pretende constituir-se em um espaço de observação e pesquisa para os docentes e bolsistas dos diferentes departamentos do Instituto de Letras. **Visa oferecer também educação continuada ao ministrar cursos de Extensão para professores de línguas estrangeiras, abordando temas de atualização relativos às línguas e respectivas metodologias e integrando outros núcleos já existentes voltados para a formação pedagógica.** (UFRGS, 2000, grifo nosso).

O NELE (UFRGS) possui um periódico próprio denominado “Cadernos Pedagógicos do NELE” com o objetivo de dispor materiais didáticos de qualidade, aplicados no NELE, aos professores de línguas estrangeiras modernas, uma iniciativa bastante interessante que poderia também ser aproveitada num futuro núcleo de idiomas na UFSM.

Na gestão do NELE há uma coordenadora geral e um coordenador para cada língua estrangeira, na administração do NELE, uma opção organizacional também para os cursos na UFSM.

A UFBA possui como unidade de idiomas o Núcleo Permanente de Extensão em Letras (NUPEL), é um órgão do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Oferta os cursos de Alemão, Espanhol, Francês, Grego, Inglês, italiano, Latim, Leitura e produção de texto, libras e português como língua estrangeira; realiza testes de nivelamento e aplica testes de proficiência.

A Coordenação do NUPEL é constituída por um Coordenador Geral e um Coordenador Adjunto, docentes efetivos do ILUFBA, eleitos pela Congregação, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução; Possui regimento próprio; Possui dotação orçamentária da unidade; realiza serviços de tradução.

Ter dotação orçamentária própria é fundamental para garantir os cursos para a comunidade, assim evitam-se os transtornos que ocorrem anualmente na UFSM, em busca de recursos públicos. Outro fato interessante é a realização de serviços de tradução no NUPEL, a qual também teria demanda na UFSM, em função da produção acadêmica dos servidores e estudantes.

A UFMA tem como unidade de idiomas o Núcleo de Cultura linguística (NCL), o qual oferta por meio de projeto de Extensão os cursos livres de idiomas para a comunidade interna e externa, com as seguintes opções de línguas: inglês, francês,

espanhol, alemão, italiano e libras em até seis módulos de 60h. O NCL possui prédio próprio e o Projeto de Extensão Cursos de Línguas Estrangeiras é promovido pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Empreendedorismo (PROEXCE).

O fato inovador na UFMA é a vinculação do NLC à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Empreendedorismo, o que demonstra uma possibilidade para a UFSM, desde que essa vinculação garanta a responsabilidade da UFSM com uma política linguística e principalmente, a reserva de recursos orçamentários.

Assim, a análise dessas unidades de ensino de idiomas propicia um parâmetro para a criação de uma proposta de institucionalização dos cursos de idiomas na UFSM. O que pode ser destacado é que as unidades analisadas já são bastante consolidadas e ofertam no mínimo sete idiomas; possuem regimento próprio; equipe gestora; oferecem testes de nivelamento e aplicam testes de proficiência e até oferecem serviço de tradução. Podem estar vinculadas ao departamento de Letras ou à Pró-Reitorias, possuindo dotação orçamentária prevista e/ou convênio com fundações para arrecadação de recursos. Em termos gerais, observou-se que quanto mais institucionalizada é a unidade, maior é a oferta de cursos e de opções de idiomas, fator que precisa de avanço na UFSM, já que tem ofertado poucas opções de idiomas, num contexto de demanda multilíngue.

No caso da UFSM, o que existe, atualmente, é um projeto de Extensão que, na verdade, é um programa de Extensão, uma vez que agrega mais de um projeto. Assim, não se pode desconsiderar que um projeto é apenas um empreendimento temporário para alcance de objetivos conforme requisitos específicos, incluindo limitações de tempo, custo e recursos (XAVIER, 2005). Portanto, os cursos de Extensão do DLEM precisam de uma mudança nominal e organizacional, por motivos justificados em toda a pesquisa. Na sequência segue a análise dessa nova configuração organizacional de ensino de idiomas na UFSM.

5.2 PROPOSTA: NÚCLEO DE EXTENSÃO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Em termos de estrutura administrativa, é preciso definir a denominação da unidade administrativa, por isso analisaram-se os termos mais utilizados nas universidades federais: “centro”, “instituto” e “núcleo”. Assim, analisa-se a possibilidades das nomenclaturas: “centro de línguas”, “instituto de línguas” e “núcleo de línguas”.

Na educação superior o conceito de “centro” abrange três abordagens: centros universitários, centros especializados e centro de educação tecnológica. Cavalcante (2000) conceitua os termos:

Centro Universitário são instituições pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas de conhecimento, que devem oferecer ensino de excelência, oportunidade de qualificação do corpo docente e condições de trabalho acadêmico. Centros Universitários Especializados: Deverão atuar numa área de conhecimento específica ou de formação profissional. Centro de educação tecnológica: São instituições especializadas de educação profissional, públicas ou privadas, com finalidade de qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades do ensino, para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada. (CAVALCANTE, 2000, p. 20-21).

Na UFSM, o estatuto de 1970 define que Centros de Ensino são as unidades básicas responsáveis pela gestão dos cursos de graduação e de pós-graduação de cada área de conhecimento, sendo nove centros de ensino nesta universidade. Assim, o termo “centro de línguas” não seria o mais adequado, a fim de não conflitar com os centros de ensino da Instituição, até porque os cursos de idiomas, nesse momento, já pertencem a um centro: o Centro de Artes e Letras.

Já o termo instituto é utilizado para instituições que visam à formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica e ensino profissionalizante, conforme Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de setembro de 1999. Assim, o termo “Instituto de línguas” também não serve para a unidade pretendida, visto que pode confundir-se com os institutos federais já existentes.

Buarque (1994) sugere o termo “núcleo” o qual satisfaz a necessidade dos cursos do DLEM, e, também possibilita a colaboração de professores externos, de outras línguas, à universidade para instigar a ação conjunta em atividades de pesquisa, ensino e extensão. Dessa forma, a unidade pretendida seria voltada à Extensão, com a seguinte denominação: “Núcleo de Extensão em Línguas Estrangeiras” com a abreviatura “NELE”.

Destaca-se que NELE não anulará a existência dos atuais laboratórios do DLEM que poderão ofertar ao novo núcleo suas propostas de cursos, semestralmente, conforme suas especificidades. Outras opções de línguas estrangeiras poderiam ser ofertadas mediante a contratação de professores via concurso ou via FATEC, com recursos orçamentários do NELE. Assim, o NELE

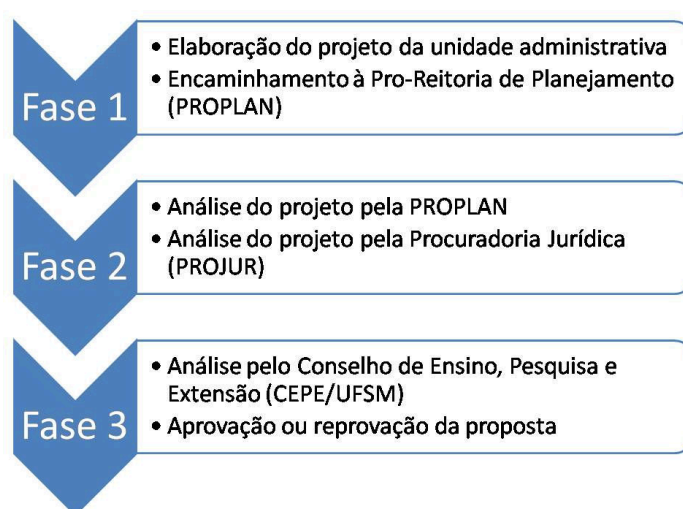
apenas terá um papel de gerir os cursos, desonerando os coordenadores de laboratórios, sem que esses deixem de ofertar seus tradicionais cursos de idiomas.

No organograma da UFSM o NELE poderia estar ligado a outro setor administrativo de maior relevância na UFSM garantindo reserva orçamentária da instituição para os cursos. Acredita-se que o obterá maior visibilidade aos cursos de idiomas, configurando-se como passo fundamental para a política de internacionalização da UFSM.

Apesar de ser um serviço especializado da área de Linguística Aplicada é de suma importância que o NELE seja compreendido como um órgão institucional que serve a todos seja para integrantes da comunidade acadêmica ou externa.

O procedimento para a institucionalização do NELE deverá ocorrer conforme orientação da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN). Em primeiro lugar, a elaboração da proposta, bem fundamentada, da unidade administrativa que se pretende criar e submissão do projeto à PROPLAN. Após uma minuciosa análise de viabilidade da unidade, a PROPLAN submeterá a proposta à Procuradoria Jurídica da UFSM que emitirá seu parecer e posteriormente deverá ser encaminhada ao CEPE/UFSM. Se aprovada, a unidade será instituída a partir da publicação resolução de criação da unidade, bem como seu regimento interno.

Figura 6 – Fluxograma do procedimento para institucionalização do NELE



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Sem a pretensão de “inventar a roda”, visto que conforme relatos dos

entrevistados, outras tentativas de institucionalização dos cursos de extensão do DLEM já ocorreram, essa proposta é menos complexa e visa facilitar a criação de uma unidade administrativa num contexto possível para a UFSM. Sabe-se que em função dos cortes orçamentários feitos pelo atual governo é inviável, nesse momento, a implantação de um Centro de Línguas em toda sua amplitude, conforme resposta do MEC à UFSM relatada nos resultados desta pesquisa. No entanto, um Núcleo de Extensão em Línguas Estrangeiras constitui-se numa proposta viável.

Assim, sugere-se algumas propostas de vinculação administrativa do núcleo. A primeira seria no organograma da Pró-Reitoria de Extensão (PRE), a exemplo do Pré-Universitário Alternativa e da Incubadora tecnológica, ligado à coordenadoria de ações regionais e inovação. Segue organograma na Figura 7:

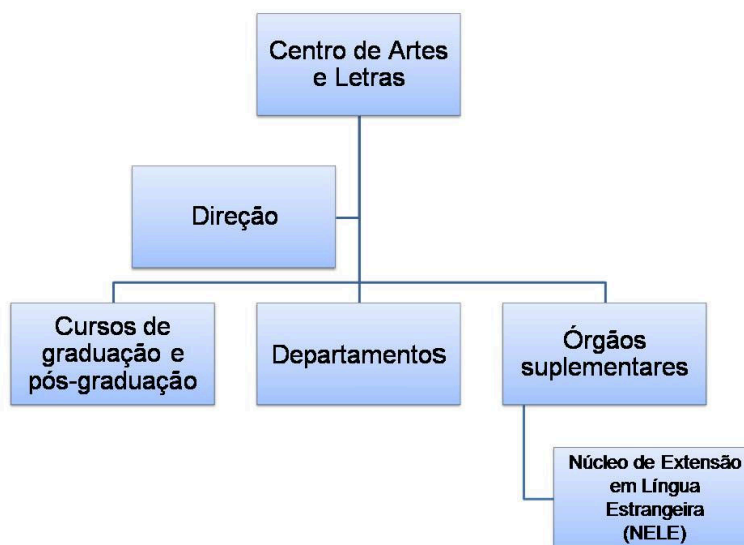
Figura 7 – Organograma da Pró-Reitoria de Extensão com o NELE



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A segunda possibilidade de vinculação administrativa seria o NELE como um órgão suplementar do CAL. Segue o possível organograma do CAL na Figura 8:

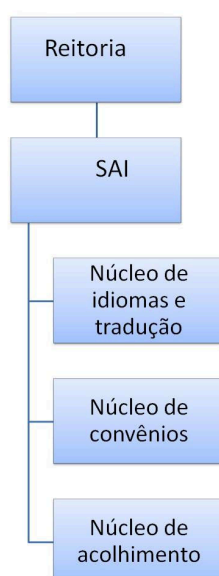
Figura 8 – Organograma do CAL com o NELE



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Ainda propõe-se que o NELE seja integrado ao Núcleo de Idiomas e Tradução da Secretaria de Assuntos Internacionais (SAI) como uma terceira opção de organograma:

Figura 9 – Organograma da SAI



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Conforme informações da página eletrônica da SAI, o Núcleo de Idiomas e Tradução tem por objetivo:

Oferecer assessoria à Reitoria, Pró-Reitorias, unidades de ensino na tradução de documentos oficiais. Além disso, atua no suporte e apoio dos Cursos de Idiomas na Universidade Federal de Santa Maria. Recentemente, o Núcleo de Idiomas e Traduções também vem desenvolvendo o projeto de traduções de grades curriculares dos cursos da UFSM. (Secretaria de Assuntos Internacionais, 2018).

Assim, o NELE poderia ser absorvido pelo Núcleo de Idiomas e Tradução da SAI, levando em conta a criação de uma política linguística na UFSM que acompanhe a política de internacionalização institucional. Destaca-se que segundo a SAI o referido núcleo já vem atuando “no suporte e apoio dos Cursos de Idiomas na Universidade Federal de Santa Maria”.

Propõe-se, como primeiro documento de institucionalização do NELE, uma minuta de resolução, conforme apêndice 4, caso alguma das propostas seja aprovada.

Em relação aos indicadores de qualidade para o Núcleo de Extensão em Língua Estrangeira, segue Quadro 11, o qual compila todos os indicativos apontados na pesquisa. No que se refere às políticas de gestão, a qualidade do NELE poderá ser balizada pela formação de uma equipe gestora, com capacitação em gestão acadêmica. Essa equipe poderá ser designada por meio de portaria, sendo formada por docentes especialistas da área de Linguística Aplicada e por técnico-administrativos em educação. Sugere-se que o referido núcleo possua regimento próprio, projeto pedagógico e colegiado. É importante que as decisões sejam tomadas conforme princípios de gestão democrática com participação de docentes, alunos, técnico-administrativos em educação da UFSM e representantes da comunidade externa.

Em termos de gestão universitária, o compromisso institucional da Universidade pode se constituir em espaços de discussão de demandas dos cursos de idiomas, elaboração de uma política linguística, divulgação institucional e especialmente, na reserva orçamentária.

No tocante à infraestrutura, o NELE necessita de uma sede física administrativa, aquisição de novos equipamentos e mobiliários para secretaria administrativa e para as atividades didáticas. Também é necessário que haja disponibilidade de maior número de salas de aula com a colaboração de todos os

centros de ensino, os quais são beneficiados pelos cursos de idiomas.

O NELE possivelmente terá um código administrativo no SIE, o que lhe permitirá a otimização da gestão administrativa e financeira. Na questão financeira, além da reserva do orçamento institucional seria interessante complementar os recursos através de contrato com a FATEC. Os recursos poderão ser designados para pagamento de bolsas aos tutores, confecção de materiais didáticos, compra de materiais de consumo, mobiliário, e equipamentos e até mesmo contratação de novos professores.

Quadro 11 – Núcleo de Extensão em Língua Estrangeira e suas dimensões

Dimensão	Indicadores de qualidade
Políticas de Gestão	Equipe gestora
	Capacitação em gestão da extensão
	Criação de política linguística para internacionalização
	Projeto político pedagógico
	Apoio institucional
Infraestrutura	Sede administrativa
	Disponibilidade de salas de aula
	Financiamento institucional
	Aquisição de equipamentos e mobiliários
	Ampliação do quadro de docentes, tutores e servidores técnicos-administrativos
Relação universidade-sociedade	Expansão de vagas
	Ampliação da oferta de opções de idiomas
	Oferta de cursos regulares, sequenciais e intensivos
	Oferta de cursos eventuais para públicos específicos
	Divulgação dos cursos
Plano Pedagógico	Planejamento dos cursos conforme necessidades dos alunos – diagnóstico de demanda
	Turmas com densidade de até 20 alunos
	Ofertas de diferentes modalidades: presencial, semi-presencial, educação a distância.
	Currículos com conteúdo cultural
	Material didático de excelência
	Qualificação pedagógica dos tutores
	Interação harmoniosa entre tutor e aluno
	Avaliação formativa com feedback da aprendizagem dos alunos
Produto Acadêmico	Aplicação de testes de proficiência
	Serviços de tradução
	Produção de artigos, trabalho para eventos, materiais didáticos, jogos educativos
	Divulgação da produção acadêmica e demais serviços

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Sugere-se que as opções de língua estrangeiras sejam definidas e ofertadas de forma permanente, especialmente as línguas: Alemão, Espanhol, Inglês, Italiano, Francês e Português como língua estrangeira que possuem maior procura na UFSM. Eventualmente, podem ser ofertadas línguas como o russo, japonês e mandarim a partir de contratação externa de professores ou por meio de convênios. Outra oferta eventual seria as línguas africanas, libras, línguas indígenas, levando em conta as políticas sociais da universidade.

Como recursos humanos, além da equipe gestora, os alunos dos cursos de Letras continuarão dispendo de espaço de formação pedagógica como tutores supervisionados pelos coordenadores de língua. Possivelmente poderão ser contratados novos professores especialmente para as línguas alemão, francês e italiano, em função de não haver cursos de graduação nesses idiomas e conseqüentemente não haver tutores dessas línguas. Os contratos podem ser realizados mediante convênio com a FATEC ou abertura de concursos específicos para o NELE. Sugere-se ainda, a ampliação do quadro de docentes e servidores técnicos administrativos.

No que concerne à relação do NELE com a comunidade, seja ela interna ou externa sugere-se que sejam levadas em conta as suas necessidades. Para o planejamento de tais ofertas pode-se obter um diagnóstico de demanda, por meio de questionários *on-line* destinados à comunidade acadêmica e externa no início de cada ano letivo. Assim será possível planejar a oferta de cursos regulares sejam eles sequenciais ou intensivos, de modalidades presenciais, semi-presenciais ou educação a distância e em horários pré estabelecidos conforme as possibilidades do núcleo e da comunidade.

Atualmente os cursos de Extensão em idiomas conseguem atender parte da comunidade interna, entretanto, atende em menor número à comunidade externa. Assim, torna-se necessário que o NELE amplie o número de vagas, bem como a divulgação a todos por diversos meios de comunicação à comunidade externa.

Pensando na contribuição à sociedade, também podem ser criadas modalidades de cursos de idiomas para idosos, crianças, comunidades indígenas, quilombolas, estrangeiros, etc. No entanto, essa expansão dos cursos à comunidade externa precisa ser acompanhada por uma expansão de infraestrutura, considerando os recursos humanos, físicos e financeiros.

Dentro do plano pedagógico é importante que os tutores busquem qualificação pedagógica, domínio de conhecimento da língua ministrada e que tenham boa convivência com os alunos, sempre atentando às necessidades deles. É fundamental que os materiais didáticos sejam elaborados com qualidade e disponibilizados aos alunos.

No quesito currículo, podem ser inseridas atividades/temas culturais como artes, cinema, literatura no intuito de desenvolver não apenas a língua estrangeira em si, mas também a cultura dos países dos quais se estudam os idiomas.

E relação à avaliação, por ser considerada muito importante para os alunos é necessário que essa dê um real *feedback* da aprendizagem dos alunos. Por isso, o ideal é focar numa avaliação formativa.

Como produto acadêmico, pode-se produzir, por meio do NELE: artigos científicos para periódicos, relatos de experiências, apresentação de resumos e trabalhos completos para anais de eventos, material didático e jogos educativos focados no ensino de línguas. Também seria interessante lançar uma revista própria para divulgação de ações de Extensão e criar políticas de incentivos para publicações de revistas da área de linguística aplicada e Extensão Universitária.

Também seria interessante que o NELE pudesse oferecer serviços de tradução e testagens de proficiência. Assim, todas as atividades referentes às línguas estrangeiras estariam alocadas num só setor.

6 [IN] CONCLUSÕES: DESCORTINANDO AS POTENCIALIDADES DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS ATRAVÉS DA LÍNGUA ESTRANGEIRA

“Hoje desaprendo o que tinha aprendido até ontem. Todos os dias desfaleço e desfaço-me em cinza efêmera: todos os dias reconstruo minhas edificações, em sonho eternas. Esta frágil escola que somos, levanto-a com paciência. E que amanhã recomeçarei a aprender. Dos alicerces às torres, sabendo que é trabalho sem termo. E do alto avisto os que folgam e assaltam, donos de riso e pedras. Cada um de nós tem sua verdade, pela qual deve morrer. De um lugar que não se alcança, e que é, no entanto, claro, minha verdade, sem troca, sem equivalência nem desengano, permanece constante, obrigatória, livre: enquanto aprendo, desaprendo e torno a reaprender”. (Cecília Meireles)

Aprender, desaprender e reaprender são exercícios constantes na nossa trajetória de pesquisa. A cada dia vamos nos tornando mais flexíveis para trilhar esse caminho de descobertas. A extensão universitária conquistou ainda mais espaço na minha vida acadêmica, tema pelo qual pretendo seguir aprofundando meus estudos no Doutorado. Pela área da língua estrangeira fiz um breve passeio, mas deixo minha contribuição para fortalecê-la nesta universidade.

Minha pesquisa confirmou que a língua estrangeira é uma demanda cada vez mais intensa na Universidade, bem como na sociedade. A UFSM como instituição pública e de qualidade necessita fomentar a língua estrangeira, especialmente através da Extensão Universitária, considerando o cumprimento do seu papel social, bem como o processo de internacionalização.

Meus objetivos foram satisfatoriamente alcançados, uma vez que, ao longo da trajetória, foi possível reconhecer os principais indicadores de qualidade para que a institucionalização dos cursos de língua estrangeira seja possível.

A partir da construção dos marcos teóricos e legais, compreendi, em síntese, que cabe à gestão universitária a otimização do ensino, pesquisa e extensão; que a qualidade de uma instituição de educação superior depende da qualidade da sua gestão; que a Extensão Universitária é uma maneira da universidade dar um retorno à comunidade e de trocar experiências, ao mesmo tempo que está intrinsecamente ligada à formação de profissionais humanizados; que as políticas de Extensão são recentes e ainda estão sendo discutidas e implementadas; que a internacionalização também é um dos indicadores de qualidade na educação superior e que essa, por sua vez, não pode ser realizada sem políticas multilinguísticas.

Também constatei que os documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2026) e a política de extensão são as políticas

que respaldam a pesquisa.

Para o alcance dos objetivos, entrevistei tutores, gestores acadêmicos dos cursos do DLEM e gestores universitários. Também apliquei um questionário *on-line* aos alunos dos cursos.

Meus resultados demonstraram que a oferta de cursos de extensão do DLEM enfrenta muitos desafios nos campos da gestão, infraestrutura, relação universidade-sociedade, plano pedagógico e produto acadêmico, no entanto, os participantes da pesquisa sinalizaram importantes indicadores de qualidade para a institucionalização dos cursos.

Nesse sentido, no campo da gestão e suas políticas detectei a carência de apoio institucional, as divergências departamentais em relação à institucionalização de cursos de línguas; a inexistência de capacitação para os gestores dos cursos. Para esse quesito, os indicadores de qualidade seriam fatores que evitem ou extingam tais problemas, como a criação de uma unidade administrativa; a formação de uma equipe gestora capacitada em gestão da extensão; que o DLEM como colegiado adote uma visão institucional diante da demanda existente. Em relação à gestão universitária, é fundamental que essa assuma a institucionalização do Núcleo de Extensão em Línguas estrangeiras como um projeto institucional, bem como estabeleça uma política multilinguística regulamentada por uma resolução, tomando a iniciativa para a sua implementação.

No campo da infraestrutura identifiquei as dificuldades de disponibilidade de salas para as aulas; equipamentos obsoletos; restrição orçamentária e carência de servidores. A partir disso, levantam-se como indicadores para a qualidade dos cursos: espaço físico próprio ou, ao menos, disponibilidade de salas de aula garantidas pela instituição; substituição de equipamentos obsoletos por novos; prioridade institucional na reserva de recursos orçamentários e a inclusão de mais servidores docentes e técnico-administrativos.

No quesito relação comunidade-universidade, o desafio é a ampliação da oferta dos cursos de idiomas para a comunidade externa e o indicador de qualidade seria a divulgação que deve ser acompanhado por uma infraestrutura adequada. Para a comunidade acadêmica a divulgação é realizada principalmente através do site de notícias da UFSM, mas um bom indicador de qualidade seria ter um site que reunisse todas as informações sobre os cursos de idiomas ofertados na UFSM.

Em relação ao plano acadêmico ou pedagógico os resultados demonstram a

importância da boa qualidade didático-pedagógica dos tutores e monitores; boa interação entre tutores e alunos, currículo e material didáticos de excelência; bem como de uma avaliação que dê um *feedback* da aprendizagem dos alunos. Os participantes também apontaram que, para a qualidade das aulas, as turmas não ultrapassem vinte alunos. Como modalidade do curso, predomina-se a preferência por aulas presenciais, no entanto, não se descartam as modalidades semi-presencial e educação a distância.

Em relação ao produto acadêmico identifiquei que não existe uma política interna e espaço virtual para divulgação das produções, assim um bom indicador de qualidade seria ter uma revista científica para divulgação das pesquisas e ações de extensão em idiomas. Outros produtos que são elaborados pelos laboratórios seriam materiais didáticos, jogos educativos e trabalhos para eventos na área de Letras.

Neste cenário, os desafios e indicadores de qualidade identificados na pesquisa apontaram para a efetivação organizacional dos cursos de extensão em línguas estrangeiras na UFSM. Todos os participantes da pesquisa se mostraram unânimes à criação de uma unidade administrativa específica para os cursos de línguas na UFSM com justificativas consistentes. Além das condições de manutenção da oferta dos cursos de idiomas, outro argumento contundente foi a questão da internacionalização da UFSM, um tema emergente na instituição.

Ao analisar outras unidades de ensino de idiomas em algumas universidades federais, observei que, em sua maioria, são institucionalizadas, tendo ampla oferta de vagas e de opções de idiomas. Essas unidades demonstram uma excelente organização administrativa e de gestão, o que vem ao encontro do que se busca através da proposta dessa pesquisa: o Núcleo de Extensão em Língua Estrangeira (NELE). Proponho que o NELE seja um programa permanente vinculado ao outro setor institucional, segundo os indicadores de qualidade, conforme quadro 10.

Quanto às limitações da pesquisa observei que devido às dificuldades de publicização dos dados dos cursos de idiomas da UFSM, não foi possível obter dados numéricos exatos acerca do número total de alunos da UFSM atendidos pelos cursos seja por semestre ou por ano.

Para além dessa dissertação, recomendo que o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, a Pró-Reitoria de Extensão e a Secretaria de Assuntos Internacionais reúnam-se, por meio de seus representantes, para discutir a importância da institucionalização dos cursos de idiomas na UFSM. Também sugiro

que sejam realizados diagnósticos de demanda com a comunidade acadêmica para identificar quais seriam as línguas estrangeiras prioritárias para oferta de cursos na UFSM. Ainda aconselho que sejam aprofundadas as discussões acerca da elaboração de uma política linguística na UFSM bem como sobre as políticas para internacionalização.

Reforço que as universidades federais têm, dentre seus papéis, manter suas ações de extensão em língua estrangeira através dos cursos presenciais e sequenciais. Dessa forma, tanto as atividades de extensão em idiomas quanto o programa Idioma sem Fronteiras poderão somar forças e ações para promover o ensino de língua estrangeira no ambiente acadêmico brasileiro, e com isso, dar base à internacionalização, bem como à qualidade da educação superior.

REFERÊNCIAS

- ABAD, M. **Extensão universitária e sua eficácia**: estudo de caso do UnB Idiomas. 2015. 134 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- ABREU-E-LIMA, D. M.; MORAES FILHO, W. B; BARBOSA, W.J. C.; BLUM, A. S. O Programa Inglês sem fronteiras e a política de incentivo à internacionalização do ensino superior brasileiro in: SARMENTO, S.; ABREU-E-LIMA, D. M.; MORAES FILHO (orgs). **Do inglês sem fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras**: A construção de uma política linguística para a internacionalização. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- ARROYO, D. M P.; ROCHA, M. S. P. M. L. Meta-avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso. **Avaliação** (Campinas), v. 15, n. 2, p. 131-157, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772010000200008. Acesso em: 20 jan. 2018.
- AZEVEDO, J. L. **Educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia**: Um Guia para a Iniciação Científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BERGMANN, J. C. F. **Aquisição de uma Língua Estrangeira**: o livro didático como motivador. 2002. 155 p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Paraná, Curitiba , 2002.
- BEMVENUTI, V. L. S. **Da Intenção ao Gesto**: a Extensão Universitária como Prática Acadêmica na Perspectiva da Construção do Conhecimento Novo. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. UFRGS. 2002
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- BORGES, R. A.; GARCIA-FILICE, R. C. A língua inglesa no Programa Ciência sem Fronteiras: paradoxos na política de internacionalização. **Rev. Interfaces Brasil/Canadá**. Canoas, v. 16, n. 1, 2016, p. 72–101, abr., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/7516> >. Acesso em 23 ago. 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de

set. 2016

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394 de 20 dez.1996. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária**, Manaus, 2012. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em mar.2017.

BUARQUE, C. Gestão universitária: problemática brasileira. In Seminário internacional sobre administração e desenvolvimento universitário: problemáticas e estratégias, 1., 1990, Natal/RN. **Anais**. Natal, RN: Editora Universitária, 1990.

BYRAM, M. **Teaching and learning language and culture**. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 1994.

CABRAL, N. G. **Saberes em Extensão Universitária: Contradições, tensões, desafios e desassossegos**. 2012. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

CALDEIRA, A. M. S. Avaliação e processo de ensino aprendizagem. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 3, p. 53-61, set./out. 1997. Disponível em: <<http://ambientedetestes2.tempsite.ws/ciencia-para-educacao/publicacao/caldeira-a-m-s-avaliacao-e-processo-ensino-aprendizagem-presenca-pedagogica-belo-horizonte-mg-v-3-n-17-p-53-61-1997/>> Acesso em: 20 de out. 2016.

CALDERÓN, A. I. SANTOS, S. R. M e SARMENTO, D. F. (org). **Extensão universitária: uma questão em aberto**. Ed Xamã, São Paulo, 2011.

CARBONARI, M. E. E. Gestão de responsabilidade social. In: COLOMBO, Sonia Simões; RODRIGUES, Gabriel Mario. **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 337-361.

CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de Direito Administrativo**. 15. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

CAVALCANTE, J. F. **Educação superior: conceitos, definições e classificações**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/486167 > Acesso em: 20 de mai. 2018.

COUTELLE, J. E. Rumo ao Exterior. **Revista Ensino Superior**. 204. ed. 2015. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/rumo-ao-externo>. Acesso em: 15 de ago. 2017.

CUNHA, M. I. Qualidade da educação superior no Brasil e o contexto de inclusão social: desafio para a avaliação. In FRANCO, M. E. D. P.; FRANCO, S. R. K.;

ZITKOSKI, J. (Orgs). **Educação superior e contextos emergentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

DALLA CORTE, M. G. **O estágio curricular e a formação de qualidade do pedagogo**. Tese (Doutorado em Educação), PUCRS, Porto Alegre, 2010.

DALBEN, A.; VIANNA, P. Gestão e avaliação da Extensão Universitária: a construção de indicadores de qualidade. **Revista Interagir: pensando a Extensão**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 31-39, jan./dez. 2008. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/1669>>. Acesso em: 21 jan.2018

DALMOLIN, A. M.T. **University extension and society-university articulation**. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

DEMO, P. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS MODERNAS. LabEOn: **Ensino de Línguas a distância via Extensão Universitária**, registro SIE n. 048386, UFSM, 2018. Arquivo DLEM.

DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS MODERNAS. **Programa De Extensão Francês No Campus**, registro SIE n. 044107, Arquivo DLEM.UFSM, 2016.

DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS MODERNAS. **Projeto Curso de Extensão em Língua Estrangeira**. Arquivo DLEM. UFSM, 1993.

DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS MODERNAS. **Projeto Integrado de Extensão do DLEM** - Centro de Línguas e Literatura, registro SIE n. 043139, Arquivo DLEM.UFSM, 2016.

DINIZ, F. **A Extensão Universitária como política pública**. 2012. 142 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1614> Acesso em: 22 de fev. 2018

DOMINGUES, E. S. **EXTENSION IN THE UNIVERSITY UFSM: PROPOSALS TO AN ASSESSMENT INSTRUMENT**. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, INEP/MEC, 2007. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200004 Acesso em: 25 de Nov. 2017.

DOURADO, L. F. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília: Centro de Educação a Distância, 2006.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, mai./ago., 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>> Acesso em: 20 de abr. 2017.

FERNANDES, M. *et al.* Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista**. v. 28, n. 4, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000400007. Acesso em: 20 jan. 2018.

FINARDI, K.; SANTOS, J. , GUIMARÃES, F. **A relação entre línguas estrangeiras e o processo de internacionalização**: evidências da coordenação de letramento nacional de uma universidade federal. *Interfaces Brasil/Canadá*, Canoas, v.16, n.1, p.233-255, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/7514> Acesso em: 25 de out. 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, A. L. S. Inglês: a língua da internacionalização. **Rev. Interfaces científicas**, Educação, Aracaju, v. 4, n. 2, p. 23-32, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/11827> Acesso em: 14 de novembro de 2017.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. **Conceito de Extensão, institucionalização e financiamento**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> Acesso em: 15 de ago. 2017.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE Extensão DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 1999. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

FRAGA, L. S. **Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira**. *Avaliação (Campinas)* [online]. 2017, vol.22, n.2, pp.403-419. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000200008>.

FRANCO, M. E. D. P. Qualidade na Gestão Universitária. In: *Rethinking Inequalities. XXVIII International Congress*. Rio de Janeiro, LASA, 11-14 jun., 2009.

FRANCO, M. E.P.; MOROSINI, M. C. **Qualidade na educação superior**: dimensões e indicadores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

FRANCO, M. E. D. P. **Política e Gestão da Educação Superior**: Discutindo a construção de categorias e repercussões na formação do professor. V Congresso Luso- GESTÃO UNIVERSITÁRIA E POLÍTICAS DE PESQUISA... - Página 81

Brasileiro Política e Administração da Educação, Porto Alegre, UFRGS / ANPAE / FPSE / E.F.E.E, 2007, 12 p. (CDROM).

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, S. M. Desafios da Extensão Universitária na contemporaneidade. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3670> Acesso em: 12 de set. 2017.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação:** uma nova abordagem. Florianópolis: trabalho apresentado no Congresso de educação básica, 2013. Disponível em: < http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf >. Acesso em: 06 set. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRAFFA, L. M. M. Pesquisa e tecnologia digitais: considerando o contexto emergente da cibercultura. In: FRANCO, M. E. D. P.; FRANCO, S. R. K; ZITKOSKI, J. (org). **Educação superior e contextos emergentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

GOMES, E. G. M. **Gestão por Resultados e eficiência na Administração Pública:** uma análise à luz da experiência de Minas Gerais. Tese de Doutorado. São Paulo: EAESP/FGV, 2009.

GONÇALVES, S. Internacionalização em casa: a experiência da ESEC. **Exedra: Revista Científica**, n. 1, p. 139-166, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3398339>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

GRIECO, J. A. N. **Fostering Cross-border Learning and Engagement through Study Abroad Scholarships:** lessons from Brazil's Science without Borders Program. 2015. 149 f. Dissertação (Master of Arts) – Ontario Institute for Studies in Education, Toronto, 2015.

HUNGER, D. *et al.* O dilema extensão universitária. **Educação em revista.**, v. 30, n. 3, p. 335-354, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n3/edur640.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V. Curricularização da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. In: XIII Congresso Latinoamericano de Extensión Universitaria, Havana. **Anais**, 2015. Disponível em: http://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf Acesso em: 14 de out. 2017.

JULIATTO, C. I. **A universidade em busca da excelência:** um estudo sobre a qualidade da educação. 2. ed. Curitiba: ECG, 2005.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.

São Paulo: Atlas, 2003.

LEFFA, V. J. (org). **Produção de Materiais de ensino: prática e teoria**. Pelotas: Educati, 2007.

LEFFA, V. J. Ensino de línguas: passado, presente e futuro. **Revista de Estudos da Linguagem**. Pelotas, v. 20, n. 2, p. 389-411, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2755> > Acesso em: 20 mai. 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Alternativa, 2004.

LIMA FILHO, H. **Análise da adequação das Instituições de Ensino Superior localizadas na região metropolitana de Fortaleza ao plano nacional de Extensão Universitária**. 2014. 199 p. – Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

LOPES, A. C. MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCK, H. **Gestão Escolar e formação de gestores**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: O Instituto, 2000.

LUCK, H. **Gestão Educacional: Uma Questão Paradigmática**. Petrópolis, RJ, Cadernos de gestão: Vozes, 2007.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

LUNARDI, E.M. Qualidade da gestão pedagógica no curso de pedagogia. 362p. Tese (Doutorado em Educação), PUCRS, Porto Alegre, 2012.

MEIRELES, F.S. **A gestão da extensão na universidade**. In: KLERING, L. R. (org). Temas contemporâneos sobre gestão universitária, Florianópolis. Bookess, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/76083/000893401.pdf?sequence=1> Acesso em: 15 de jan. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Brasília: MEC/SESu, 2001. Disponível em <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf> Acesso em: 20 de out.2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 18 mar. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria normativa n. 17 de 28 de dezembro de 2009: regulamenta os Mestrados Profissionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2009. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa_17MP.pdf. Acesso em: 15 de out. 2017.

MUELLER, L. S. A interação professor-aluno no processo educativo. **Revista Integração Ensino, Pesquisa e Extensão**, [S.l.], ano VIII, n. 31, nov., 2002. Disponível em: <https://www.usjt.br/proex/arquivos/produtos_academicos/276_31.pdf >. Acesso em: 14 abr. 2018.

MOROSINI, M. C. Qualidade na educação superior: tendências do século. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 20, n. 43, mai./ago., 2009. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2043> Acesso em: 10 de abr. 2017.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, (local), v. 5, p. 154-164, 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875> Acesso em: 12 de mai. 2017.

MOROSINI, M.C. Estado do Conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar em Revista**, n. 28, p. 107-124, Curitiba Ed. UFPR, 2006

MOROSINI, M.C. **Qualidade da Educação Superior e Contextos Emergentes**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, 2014

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In. FARIA, D. S. (org). **Construção Conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília: Editora UnB, 2001.

OCDE. **Indicadores Educacionais em Foco**, 2012. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/indicadores_educacionais_foco/indicadores_educacionais_foco_n_9.pdf. Acesso em: 04 de abr. 2018

OLIVEIRA, A.A.P; CHIESA, A.M. Boaventura de Sousa Santos e suas contribuições para a Extensão Universitária no século XXI. **Revista GUAL**, Florianópolis, v.13, p. 03-15, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2016v13n23p3> Acesso em: 14 de jun. 2017.

OLIVEIRA, D. A.(Org). **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). **Gestão educacional: novos olhares e novas abordagens**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ORTIZ-RIAGA, M. C.; MORALES-RUBIANO, M. E. Extensão universitária na América Latina: conceitos e tendências. **Educación y Educadores** [online], v. 14, n. 2, p. 349-366, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123-12942011000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 jan. 2018.

PAZETO, A. E. Participação: exigência para a qualificação do gestor e processo permanente de atualização. **Revista Em aberto**. v. 17, n. 72, p. 163-166, fev./jun., 2000. Disponível: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dir_a.php?t=026 Acesso em: 21 de set. 2016.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RODRIGUES, V. M. **O programa de Extensão Universitária PROEXT no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2012**: uma análise a partir da experiência da Universidade Federal de Uberlândia. 2014. Dissertação (mestrado em educação). UMESP, 2014.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas de nominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 6, n. 19, 2006. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo> >. Acesso em: 16 abr. 2017.

SANDER, B. **Administração da Educação no Brasil**: genealogia do conhecimento. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

SANTOS, B. **A Universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SANTOS, G. A. F. **As instituições de ensino superior da cidade de Guarujá-SP**. 2014. 84 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de organizações)- Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

SANTOS, K. M.; LIMA, D.C. A formação do professor de língua inglesa no cenário brasileiro: crenças e experiências como fatores de (trans) formação da política pedagógica. **Revista Signus**: estudos da linguagem, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/8540/9190> >. Acesso em: 15 abr. 2018.

SARMENTO, S.; ABREU-E-LIMA, D. M.; MORAES FILHO (orgs). **Do inglês sem fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras**: A construção de uma política linguística para a internacionalização. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

SARMENTO, S. **O ensino de cultura na sala de aula de língua estrangeira**: o discurso e a prática do professor. 2001. 107 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_2_ensino_de_cultura_na_aula_de_lingua_estrangeira.p>. Acesso em: 14 de set 2017

SAVIANI, D. **Ensino Público e algumas falas sobre a Universidade**. São Paulo:

Cortez, 1985.

SILVA, C. H. D. Currículo e ensino de línguas adicionais: revisitando conceitos e pensando possibilidades. **Pesquisa em Discursos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/18834/18834.PDFXXvmi=>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

SILVA, L. D.; CÂNDIDO, J. G. **Extensão Universitária: conceitos, propostas e provocações**. São Bernardo do Campo: Editora da Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, L. D. **The administration of the university gestores extension in private heis: limits and potentials in view of managers**. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de organizações) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.

SILVEIRA, P. R. **Tecendo saberes no Teia/UFV: Práxis e Extensão Universitária** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2014.

SINAES. **Da concepção à regulamentação**. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

SOUSA, A., L., L. Concepções de Extensão Universitária: Ainda precisamos falar sobre isso? In: **Construção conceitual de Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: UnB, 2001.

SOUSA, C. T. S.; SOARES, M. E. Um estudo sobre a política lingüística no Brasil. **Revista de Letras**, n. 33, v. 1, 2014 Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/1496/1389>

SOUZA, I. M. Empreendedorismo na Gestão Universitária. In: **VIII Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur**, 2008, Assunção, Paraguai. Florianópolis: INPEAU, v. 1. p. 235-249, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/61475/Empreendedorismo%20na%20Gest%C3%A3o%20Universit%C3%A1ria.pdf?sequence=1> Acesso em: 14 set. 2017.

SOUZA, L.A.P. **Extensão Universitária: Institucionalidade e compromisso social**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2013.

TEIXEIRA, C. F. **A Gestão dos processos da Extensão Universitária em uma IES Pública**. 2014. Dissertação (mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S. R. **Handbook de estudos organizacionais: Modelos e novas questões**

em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, v.1, p.196-219, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria**. Portaria n. 156 de 12 de março de 2014. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/ufsm/documentos-oficiais-diversos> >. Acesso em: 15 de out 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2026)**, Santa Maria, 2016. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/ufsm/documentos-oficiais-diversos>>. Acesso em: 20 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Política de Extensão da UFSM**, Santa Maria, 2008. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/pre/index.php/a-pre-2/legislacao#normas-gerais-ufsm>>. Acesso em: 20 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Regimento Geral da UFSM**. Resolução n. 006/2011, de 28 abril de 2011, Santa Maria, 2011. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/ufsm/documentos-oficiais-diversos> >. Acesso em: 20 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução 25/08**, Santa Maria, 2008. Disponível em: <<<http://w3.ufsm.br/pre/index.php/a-pre-2/legislacao#normas-gerais-ufsm>>. Acesso em: 20 out. 2017.

VASCONCELOS, P. F.; PAGNONCELLI, D. **Construindo estratégias para vencer: um método prático, objetivo e testado para o sucesso da sua empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

VEIGA, I. P. A. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14 a edição, Campinas: Papirus, 2002.

VIERO, T. V. **Programa de extensão universitária: perspectivas emergentes na educação em ciências**. 2012. 68 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012

VIEGAS, C. M. A. R. O princípio da supremacia do interesse público: Uma visão crítica da sua devida conformação e aplicação. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 14, n. 86, mar., 2011. Disponível em: <juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9092&revista_caderno=4>. Acesso em: 13 mai. 2018.

WEININGER, J. Do aquário em direção ao mar aberto: Mudanças no papel do professor e do aluno In: LEFFA, V. J (Org). **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. 2. ed. Pelotas: EDUCAT, 2008.

XAVIER, C. M S. **Gerenciamento de Projetos**. 2. ed. Saraiva, 2013.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE – 1

Questionário *on-line*

Público-alvo: alunos dos cursos de Extensão do DLEM

Veiculação: formulário *on-line*

Seção nº 1: informações sobre o participante

1. Qual é o seu vínculo com a UFSM?
) estudante de graduação
) estudante de pós-graduação
) servidor docente
) servidor técnico-administrativo
) comunidade externa

2. De qual centro você faz parte?
) Centro de Artes e Letras
) Centro de Educação
) Centro de Ciências Rurais
) Centro de Ciências Sociais e Humanas
) Centro de Ciências Naturais e Exatas
) Centro de Tecnologia
) Centro de Educação Física e Desporto
) Centro de Ciências da Saúde
) Colégio Técnico
) Colégio Politécnico
) outro: _____
) não se aplica (comunidade externa)

3. Se você for estudante, qual é o seu curso de graduação ou de pós- graduação?

4. Ao realizar cursos de Extensão em língua estrangeira qual seria sua motivação?
) Aprender uma nova língua
) Leitura e escrita acadêmica em língua estrangeira
) Conhecer novas culturas
) Intercâmbio
) Teste de suficiência
) Viagem de turismo

() Melhorar currículo profissional

() outros:

5. Qual (is) opções de língua estrangeira você já cursou ou está cursando na UFSM?

() Inglês

() Espanhol

() Francês

() Alemão

() Italiano

() Preparatório para o teste de suficiência

() Outros:

6. Como obteve conhecimento da oferta dos cursos de Extensão em L.E.?

() Site da UFSM

() E-mail

() Indicação de colegas/amigos

() Outros:

7. Como os cursos de línguas estrangeiras têm contribuído para sua formação profissional?

.....

Seção nº 2:

Prezado participante,

Responda a esta seção com base no que você considera como indicadores de qualidade para os cursos de Extensão que você realiza ou já realizou na UFSM.

Você responderá conforme a seguinte escala:

1. Não é importante

2. Pouco importante

3. Importante

4. Muito importante

Dimensão 1: Políticas de gestão

Você considera importante que a UFSM tenha regulamentos próprios (resoluções, regimento, projeto pedagógico) para os cursos de Extensão em língua estrangeira?

()1 ()2 ()3 ()4

Em sua opinião, qual a relevância da participação representativa dos alunos na construção do planejamento pedagógico e reuniões de gestão em uma escola de idiomas universitária?

()1 ()2 ()3 ()4

Diante dos cursos de idiomas que você já realizou, na UFSM, qual é a necessidade de investimentos financeiros públicos para qualificar o ensino de idiomas na UFSM?

()1 ()2 ()3 ()4

Dimensão 2: Infraestrutura

Estrutura física

Qual seria importância de espaço físico próprio (salas, auditórios, biblioteca, laboratório de informática)?

()1 ()2 ()3 ()4

Equipamentos e acesso à internet:

Qual sua percepção em relação à qualidade dos equipamentos tecnológicos e acesso à internet nas aulas?

()1 ()2 ()3 ()4

Dimensão 3: Relação universidade-sociedade

Divulgação dos cursos de Extensão em língua estrangeira na UFSM:

()1 ()2 ()3 ()4

Qual o meio de divulgação da escola de idiomas que você considera mais eficiente?

() Redes sociais

() Site institucional

() E-mail

() TV/rádio universitária

() Divulgação em sala de aula pelos docentes do curso de graduação/Pós-graduação

Atendimento administrativo

Descrição: este item se refere à qualidade do atendimento no período de informações sobre os cursos, inscrições, pagamento e emissão de certificados.

() 1 () 2 () 3 () 4

Dimensão 4: Plano acadêmico

Currículo

Descrição: (apresentação de plano de curso aos alunos, seleção de conteúdos programáticos, desenvolvimento das quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever), ensino da cultura relativa aos países do idioma estudado):

1 2 3 4

Material didático

Descrição: Qualidade de apostilas, textos, vídeos, áudios utilizados em aula.

1 2 3 4

Avaliação

Descrição: A avaliação no sentido de oferecer um feedback da aprendizagem dos alunos em relação ao idioma estudado.

1 2 3 4

Interação aluno - professor (relação cordial numa via de mão dupla: os alunos procuram o professor, o professor instiga os alunos a aprenderem mais).

1 2 3 4

4.5 Qualidade didático-pedagógica dos professores (domínio do idioma ministrado nas quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever) e desenvoltura no ensino)

1 2 3 4

4.6 Atividades culturais estrangeiras (teatro, filmes, literatura, artes) para a aprendizagem de idiomas:

1 2 3 4

4.6 Em sua opinião qual a relevância da aquisição de línguas estrangeiras para a internacionalização acadêmico-científica UFSM?

Descrição: a Internacionalização permite a troca de saberes entre diversos países, bem como intercâmbios, produção científica e participação de eventos acadêmicos internacionais.

1 2 3 4

Selecione as línguas estrangeiras que você gostaria que fossem ofertadas numa escola de idiomas na UFSM:

Alemão

Espanhol

Francês

- () Inglês
- () Italiano
- () Mandarim (147) japonês
- () outro:.....

Para que os cursos de línguas ocorram com o máximo de qualidade, qual tamanho de turma você considera importante?

- () Turmas de até 10 alunos
- () turmas até 20alunos
- () turmas até 30alunos

Em relação à modalidade dos cursos, qual seria mais adequada ao seu interesse?

- () presencial
- () semi-presencial
- () à distância

4. Com quais sugestões você poderia contribuir para elevar a qualidade dos cursos de Extensão em língua estrangeira?

APÊNDICE – 2

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Público-alvo: tutores, gestores dos cursos de Extensão do DLEM e Pró-Reitora de Extensão/UFSM.

A) Entrevista com tutores (professores dos cursos de idiomas, orientados pelos docentes do DLEM)

Prezado tutor,

1. Há quanto tempo você atua como tutor nos cursos? Como essa experiência tem contribuído em sua formação?
2. Você tem conhecimento da existência de um Projeto Político Pedagógico ou Regimento Geral dos cursos de línguas estrangeiras? Você considera a participação dos tutores importante para a construção desses documentos? Porquê?
3. Você considera que o planejamento dos cursos são participativos envolvendo os docentes alunos e tutores? Em sua concepção essa participação é importante? Porquê?
4. Quais os principais desafios enfrentados pelos tutores?
5. Qual a importância da integração entre ensino, pesquisa e Extensão a partir dos cursos de idiomas?
6. Em sua percepção, quais são os principais indicadores de qualidade para a oferta dos cursos de línguas estrangeiras em relação à:
Infraestrutura;
Políticas de gestão;
Plano acadêmico (pedagógico dos cursos);
Relação dos cursos de Extensão DLEM e comunidade;
Que tipos de produtos acadêmicos são produzidos a partir das ações de Extensão em línguas estrangeiras que você participa?
7. Em sua opinião qual a relevância da institucionalização de uma escola de idiomas universitária na UFSM?
8. Há algum assunto, dentro do contexto desta pesquisa, que não tenha sido contemplado e que tenha interesse em ressaltar?

B) Entrevista com as gestoras dos cursos de Extensão em línguas estrangeiras da UFSM

Prezada Gestora,

1. Há quanto tempo trabalhas como gestora dos cursos de Extensão em línguas estrangeiras do DLEM? Quais têm sido os principais desafios?
2. Como ocorre o planejamento dos cursos oferecidos pelo seu laboratório? (frequência, participação dos alunos em formação e representação dos alunos dos cursos, estratégias e metas)
3. Existe um sistema de avaliação e acompanhamento das ações de Extensão em línguas estrangeiras? Quais?
4. Na atual conjuntura qual tem sido a situação financeira do projeto de Extensão do DLEM e quais medidas estão sendo tomadas para manter a oferta dos cursos?
5. Em que medida a atual gestão da UFSM (Reitoria, Pró-reitoria de Extensão, direção de centro e chefia de DLEM tem apoiado os cursos de Extensão?
6. Tens conhecimento das políticas de Extensão em contexto nacional e local (UFSM) que possam contribuir com os cursos oferecidos pelo DLEM?
7. Como ocorre a articulação entre o ensino, a pesquisa e a Extensão nos cursos de Extensão do DLEM?
8. Em sua percepção, quais são os principais indicadores de qualidade para a oferta dos cursos de línguas estrangeiras em relação à:
Infraestrutura; Políticas de gestão; Plano acadêmico; Relação cursos de Extensão DLEM e comunidade;
9. Que tipos de produtos acadêmicos são produzidos a partir das ações de Extensão em línguas estrangeiras na sua universidade?
10. Já houve algum movimento no sentido de institucionalizar os cursos e qual a situação atual? Em sua opinião qual a relevância da institucionalização dos cursos de Extensão na UFSM?
11. Há algum assunto, dentro do contexto desta pesquisa, que não tenha sido contemplado e que tenhas interesse em ressaltar?

C) Entrevista com a Pró-Reitor de Extensão da UFSM

Prezada Pró-Reitora de Extensão,

1. Tens conhecimento das ações de Extensão em línguas estrangeiras oferecidas pelo DLEM?
2. Dentro da política de Extensão da UFSM, de que maneira a PRE poderia contribuir para a institucionalização dos cursos do DLEM?
3. É possível incluir uma reserva de recurso no orçamento anual da PRE para os cursos de Extensão em línguas estrangeiras?
4. Em sua percepção quais são os principais indicadores de qualidade para a oferta dos cursos de línguas estrangeiras em relação à:
Infraestrutura; Políticas de gestão; Plano acadêmico; Relação cursos de Extensão DLEM e comunidade; produto acadêmico?
5. No caso da institucionalização dos cursos de línguas estrangeiras como uma “escola de idiomas universitária”, na UFSM, quais os trâmites precisam ser observados para que a referida escola faça parte do organograma da Pró-Reitoria de Extensão

APÊNDICE — 3

QUADRO DE REFERÊNCIA EUROPEU PARA LÍNGUAS ESTRANGEIRAS



Marco Comum Europeu: Escala Global

Proficiente (Avançado)	C2	<ul style="list-style-type: none"> • habilidade de compreender facilmente tudo aquilo que ouve ou lê. • habilidade de resumir informação de fontes orais e escritas, expressando-os em uma apresentação coerente. • habilidade de se expressar com espontaneidade, apresentando extrema fluência e precisão, reconhecendo e exprimindo diferenças sutis de significado, até mesmo em situações mais complexas.
	C1	<ul style="list-style-type: none"> • habilidade de compreender uma gama ampla de textos longos e difíceis, e reconhecer significados implícitos. • habilidade de se expressar com fluência e espontaneidade, sem muito esforço. • habilidade de usar a língua com flexibilidade e eficiência, para fins sociais, acadêmicos e profissionais. • habilidade de produzir textos claros, bem estruturados e detalhados sobre assuntos complexos, demonstrando uso competente de padrões organizacionais, conectores e recursos coesivos.
Autônomo (Intermediário)	B2	<ul style="list-style-type: none"> • habilidade de compreender as ideias principais de um texto complexo tanto sobre temas concretos quanto abstratos, incluindo assuntos técnicos referentes a um campo específico de conhecimento. • habilidade de interagir com fluência e espontaneidade, possibilitando a interação com falantes nativos da língua sem esforço para nenhum dos participantes. • habilidade de produzir textos claros e detalhados sobre uma ampla gama de assuntos, e explicar um ponto de vista sobre determinado assunto, apontando vantagens e desvantagens de diferentes opções.
	B1	<ul style="list-style-type: none"> • habilidade de compreender os pontos principais de textos em língua padrão sobre assuntos comuns em ambientes de trabalho, escola, lazer, etc. • habilidade de lidar com a maioria de situações de viagem a lugares onde a língua estrangeira é falada. • habilidade de produzir textos simples e conectados, sobre temas familiares ou de interesse pessoal. • habilidade de descrever experiências e acontecimentos, planos, expectativas e ambições, e dar explicações sucintas sobre seus motivos.
Básico (Iniciante)	A2	<ul style="list-style-type: none"> • habilidade de compreender orações e expressões frequentemente utilizadas, relativas a áreas de relevância imediata (por exemplo, informações básicas sobre si mesmo(a) e sua família, geografia local, profissão, compras). • habilidade de se comunicar em tarefas simples e rotineiras que requerem trocas diretas de informação sobre assuntos rotineiros e familiares. • habilidade de descrever de forma simples aspectos de seu ambiente mais próximo, e assuntos mais urgentes.
	A1	<ul style="list-style-type: none"> • habilidade de compreender e usar expressões cotidianas e frases muito básicas para satisfazer necessidades concretas. • habilidade de se apresentar e apresentar outros, e responder perguntas pessoais, tais como local de residência, pessoas conhecidas e pertences. • habilidade de interagir de forma simples, contanto que o interlocutor fale lenta e claramente, e esteja preparado para ajudar.

APÊNDICE – 4

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

RESOLUÇÃO número _____

Institui o Núcleo de Extensão em Língua Estrangeira na Universidade Federal de Santa Maria

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando:

- O plano de desenvolvimento institucional (2016-2026), bem como a necessidade de uma política de língua estrangeira na UFSM;
- o Parecer n.xxxx, aprovado na xxxª Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de x/x/x, referente ao Processo nº xxxxxxxxxxxxxxxxx.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação, na estrutura organizacional de XXXXX, o Núcleo de Extensão em Língua Estrangeira, na Universidade Federal de Santa Maria.

Art. 2º O Núcleo de Extensão em Língua Estrangeira tem como finalidade ofertar cursos de idiomas na modalidade de Extensão Universitária, para a comunidade acadêmica e externa, bem como ser lócus para formação docente dos alunos dos cursos de Letras.

Art. 3º Caberá à Direção do Centro de Artes e Letras designar uma equipe gestora, mediante portaria, renovada a cada quatro anos, formada por: um coordenador geral, coordenadores para cada língua estrangeira e técnico-administrativos em educação.

Parágrafo único: A equipe de instrutores/professores deve ser composta por profissionais com formação acadêmica na área de Letras, instrutores nativos e/ou por instrutores com formação específica na língua, sendo que todos atuarão sob a supervisão acadêmica do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas.

Art. 4º Caberá à Proplan a reserva orçamentária anual para o Núcleo de Extensão em Língua Estrangeira e efetuar os devidos registros no sistema de classificação institucional.

Art. 5º Caberá à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas realizar a destinação de funções gratificadas do Núcleo de Extensão em Língua Estrangeira.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e quatorze.

APÊNDICE – 5

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: **GESTÃO UNIVERSITÁRIA E QUALIDADE NA Extensão: INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSOS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UFSM**

Pesquisadora responsável: ELISIANE MACHADO LUNARDI

Instituição/Departamento: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL/ DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-8450. Avenida Roraima, 1000, prédio 16, sala 3155, 97105-900 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – LABORATÓRIOS DE Extensão EM LÍNGUA ESTRANGEIRA DO DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS MODERNAS E PRÓ-REITORIA DE Extensão/UFSM. Eu, ELISIANE MACHADO LUNARDI, responsável pela pesquisa: **“GESTÃO UNIVERSITÁRIA E QUALIDADE NA Extensão: INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSOS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UFSM”** e SIMONE DA ROSA MESSINA GOMEZ (autora), o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende reconhecer indicadores de qualidade relacionados aos cursos de Extensão em línguas estrangeiras na UFSM com vistas à construção de uma proposta para sua institucionalização. Acreditamos que a referida pesquisa é importante porque a língua estrangeira é fundamental para a qualificação dos estudantes universitários, bem como para a internacionalização da Universidade. A metodologia de pesquisa é qualitativa do tipo estudo de caso. Os instrumentos para a construção dos dados são a pesquisa bibliográfica, a análise documental, questionários semiabertos on-line e entrevistas semiestruturadas. Como participantes da pesquisa farão parte os gestores, tutores e alunos do projeto de Extensão em língua estrangeira do DLEM e um representante da Pró-reitoria de Extensão da UFSM. O tratamento dos dados será realizado através da técnica de análise de conteúdo. Como produto final, pretende-se elaborar uma proposta de institucionalização dos cursos de línguas estrangeiras mediante projeto de unidade administrativa na UFSM. Sua participação será através de entrevista ou questionário on-line.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos: indisposição, cansaço ou constrangimento. Se caso você sentir algum desconforto terá liberdade para interromper a entrevista ou o questionário e retomá-lo em outro momento ou até mesmo em outro dia conforme sua disponibilidade. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Os benefícios que esperamos a partir deste estudo é: levantar indicadores de qualidade a fim de institucionalizar os cursos de línguas estrangeiras na UFSM, facilitando a logística administrativa, bem como para ampliar a oferta de vagas.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Também serão utilizadas imagens.

Autorização

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE



Santa Maria, _____, de _____, 201__.

ANEXO - 1

Formulário Plataforma Brasil



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: GESTÃO UNIVERSITÁRIA E QUALIDADE NA EXTENSÃO: INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSOS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UFSM			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 56			
3. Área Temática: EDUCAÇÃO			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7, Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: ELISIANE MACHADO LUNARDI			
6. CPF: 568.621.300-30	7. Endereço (Rua, n.º): OY PAVÃO PE DE PLATANO 140 SANTA MARIA RIO GRANDE DO SUL 97110560		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 55991674215	10. Outro Telefone:	11. Email: elisiane.lunardi@gmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Assumo as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e faz parte integrante da documentação do mesmo.</p> <p>Data: <u>27</u> / <u>11</u> / <u>17</u></p> <p style="text-align: right;"> Assinatura</p>			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa	13. CNPJ: 93.291.754/0001-05	14. Unidade do Órgão: Depto Adm. ESCOLAR	
15. Telefone: (55) 3220-9362	16. Outro Telefone: (55) 3220-8411		
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p> <p>Responsável: <u>CLÁUDIO G. EMELSON DUTRA</u> CPF: <u>096 371 920-34</u></p> <p>Cargo/Função: <u>CHEFE DO DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR</u></p> <p>Data: <u>27</u> / <u>11</u> / <u>17</u></p> <p style="text-align: right;"> Assinatura: <u>Cláudio G. Emelson Dutra</u> CHEFE DEPARTAMENTO ADM. ESCOLAR - UFSM</p>			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO – 2**Autorizações Institucionais****AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Eu, Lawrence Flores Pereira, abaixo assinado, chefe do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UFSM, autorizo a realização do estudo **GESTÃO UNIVERSITÁRIA E QUALIDADE NA EXTENSÃO: INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSOS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UFSM**, projeto registrado SIE n. 047758 a ser conduzido pelos pesquisadores Elisiane Machado Lunardi, siape: 2313914, lotação: Departamento de administração escolar/Centro de Educação e Simone da Rosa Messina Gomez, siape: 2047818, lotação no laboratório de línguas/ centro de artes e letras.

O estudo só poderá ser realizado se aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Santa Maria,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Lawrence Flores Pereira", is written over a horizontal line.

Lawrence Flores Pereira

Departamento de Letras Estrangeiras Modernas

UFSM - CAL
Dep. Letras Estrangeiras Modernas

Prof^o Lawrence Flores Pereira
SIAPE 2322962 - Chefe de Departamento



AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, César Augusto Guimarães Finger, abaixo assinado, Assessor do Reitor para Assuntos Internacionais, autorizo a realização do estudo **GESTÃO UNIVERSITÁRIA E QUALIDADE NA EXTENSÃO: INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSOS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UFSM** projeto registrado SIE n. 047758 GAP/CE a ser conduzido pelos pesquisadores ELISIANE MACHADO LUNARDI, SIAPE: 2313914 LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR/CENTRO DE EDUCAÇÃO E SIMONE DA ROSA MESSINA GOMEZ, SIAPE: 2047818, LOTAÇÃO NO LABORATÓRIO DE LÍNGUAS/ CENTRO DE ARTES E LETRAS.

O estudo só poderá ser realizado se aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Santa Maria,

A handwritten signature in black ink, reading "C. Finger", written over a horizontal line.

Prof. Dr. César Augusto Guimarães Finger

Assessor do Reitor para Assuntos Internacionais

Prof. Dr. César A. Guimarães Finger
Assessor do Reitor
para Assuntos Internacionais
GR/UFSM



AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Ascísio dos Reis Pereira abaixo assinado, Pró-Reitor Adjunto de Extensão da UFSM, autorizo a realização do estudo **GESTÃO UNIVERSITÁRIA E QUALIDADE NA EXTENSÃO: INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSOS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UFSM** projeto registrado SIE n. 047758 a ser conduzido pelos pesquisadores Elisiane Machado Lunardi, siape: 2313914, lotação: Departamento de administração escolar/Centro de Educação e Simone da Rosa Messina Gomez, siape: 2047818, lotação no laboratório de línguas/ centro de artes e letras.

O estudo só poderá ser realizado se aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Santa Maria,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Ascísio dos Reis Pereira", is written over a horizontal line.

Ascísio dos Reis Pereira
Pró-Reitor de Extensão Substituto

Ascísio dos Reis Pereira

Pró-Reitor Adjunto de Extensão UFSM

ANEXO – 3

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: **GESTÃO UNIVERSITÁRIA E QUALIDADE NA EXTENSÃO:
INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CURSOS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UFSM**

Pesquisador responsável: **ELISIANE MACHADO LUNARDI**

Instituição: **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

Telefone para contato: **(55) 9 9167-4215**

Local da coleta de dados: **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de questionários on-line e entrevistas na UFSM no 1º semestre/2018.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM, Avenida Roraima, 1000 prédio 16 Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, sala 3155, 97105-970 - Santa Maria - RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade de **ELISIANE MACHADO LUNARDI**. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em 12/12/2017, com o número de registro Cae 80583017800005346.

Santa Maria, 27 de NOVEMBRO de 2017.


Elisiane Machado Lunardi
Pesquisadora Responsável